

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL****Nº 0007/AM/19, de 06/12/2019**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas e trinta minutos, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Manuel Sobreiro Ferreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Felismino da Conceição Neves Carreira, José Gomes Fernandes, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, Elisabete Maria dos Santos Alves, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Pedro Miguel Silva Pinto, João Pedro Domingues, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 13/09/2019;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Eleição de cidadão eleitor que integrará a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal para o Biénio 2017-2019, nos termos da alínea l), do art.º 17.º da Lei n.º 147/99 de 01/09, alterada pela Lei 23/2017 de 23 de maio, na sequência da renúncia ao mandato de Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, eleita pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano;

Ponto 2.2. Eleição de um membro para o Conselho Municipal da Juventude, nos termos da alínea b) do art. 3.º do Regulamento do CMJ, na sequência da renúncia ao mandato de António José Cardoso Pires da Silva, eleito pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020 e respetivos anexos;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020/2023;

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2020 (Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação);

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art. 12º do DL 127/2012 de 21/06;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 23/2019 – 2.ª secção – Auditoria aos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e aos respetivos Planos Operacionais Municipais, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2019;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o n.º de dependentes, relativo ao ano de 2019;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2019;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2019;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2020;

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama a Cobrar no Ano de 2020;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2020;

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Pombal;

Ponto 2.16. Apresentação do Relatório Final sobre a concessão de exploração da Quinta de Sant'Ana - Redinha – Para Conhecimento;

Ponto 2.17. Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental - 3º trimestre de 2019 da PMUGEST, Pombal Manutenção Urbana, E.M – Para conhecimento;

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal para domínio privado do município no Loteamento Industrial da Guia;

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros (Lei 52/2015 de 9 de junho) – Adenda nº 1/2019.

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.21. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Drª Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murtinho, Dr. Pedro Brillhante, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michæl António e Dra Odete Alves.

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Maria Adelaide Pereira da Conceição, como 2.ª Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:



MUNICÍPIO DE POMBAL

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, Edite Maria Pascoal da Silva;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Felismino Carreira;

De Edgar Domingues, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias, que acabou por ser substituído por Maria da Conceição de Freitas Anastácio;

Da Bancada do Partido Socialista:

De, Célio Ferreira Fernandes tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves;

Da Bancada do CDS:

De Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Liliana Adelina Gonçalves Silva que acabou por ser substituído por Pedro Miguel Silva Pinto;

De Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista Cidália Maria Rola Cardoso, que faltou, falta essa que a mesa justificou;

Do Movimento NMPH:

De Manuel Freire Barros, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, João Patrício Dias Ferreira, que faltou, falta essa que a mesa justificou;

Do Bloco de Esquerda:

De Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Domingues;

Recebeu ainda o pedido de substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Sílvio da Mota Santos, tendo vindo em sua representação a tesoureira da Junta de Freguesia Sofia Gonçalves.

Renúncias:

De Sílvio Pedrosa Ramos, do Movimento Pombal Humano, tendo sido devidamente convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano que aceitou o mandato para o qual foi eleita e tomou o seu lugar na sessão.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, dar início à nossa reunião da Assembleia Municipal, de 6 de dezembro de 2019. Como devem ter reparado, por lapso, não consta da ordem de trabalhos a informação do Sr. Presidente da Câmara, apesar de a mesma ter sido disponibilizada atempadamente. Uma vez que esta informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal é uma obrigação legal, estatuída na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 25.º, n.º 2, alínea c), pergunto à Assembleia se alguém se opõe a que a mesma seja incluída na ordem de trabalhos, no Ponto n.º 2.1, Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara. Ninguém se opõe? Caso ninguém se oponha, procederemos à inclusão deste ponto, e à renumeração da ordem de trabalhos. Alguém se opõe a esta nova renumeração?”

Querida ainda solicitar a vossa aprovação para que se aditasse ao Ponto n.º 2.20 da nova renumeração a expressão “com a CIM”. Ou seja, o ponto passaria a ter a seguinte redação: “Ponto n.º 2.20, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros com a CIM – Lei n.º 52/2015, de 9 de junho – Adenda n.º 1/2019.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Alguém se opõe a que este ponto passe a ter esta redação? Então, este ponto passa a ter esta redação.

Solicitei aos serviços que imprimissem uma nova ordem de trabalhos, com estas alterações, que se encontra neste momento a ser distribuída – agora sim, é esta nova ordem de trabalhos que passaremos a respeitar. Muito obrigada.”

Com a reordenação dos pontos, a Ordem de Trabalhos ficou como se segue:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 13/09/2019;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Eleição de cidadão eleitor que integrará a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal para o Biénio 2017-2019, nos termos da alínea l), do art.º 17.º da Lei n.º 147/99 de 01/09, alterada pela Lei 23/2017 de 23 de maio, na sequência da renúncia ao mandato de Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, eleita pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano;

Ponto 2.3. Eleição de um membro para o Conselho Municipal da Juventude, nos termos da alínea b) do art. 3.º do Regulamento do CMJ, na sequência da renúncia ao mandato de António José Cardoso Pires da Silva, eleito pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020 e respetivos anexos;

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020/2023;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2020 (Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação);

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art. 12º do DL 127/2012 de 21/06;

Ponto 2.8. Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 23/2019 – 2.ª secção – Auditoria aos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e aos respetivos Planos Operacionais Municipais, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2019;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o n.º de dependentes, relativo ao ano de 2019;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2019;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2019;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2020;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama a Cobrar no Ano de 2020;

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2020;

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Pombal;

Ponto 2.17. Apresentação do Relatório Final sobre a concessão de exploração da Quinta de Sant'Ana - Redinha – Para Conhecimento;

Ponto 2.18. Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental - 3º trimestre de 2019 da PMUGEST, Pombal Manutenção Urbana, E.M – Para conhecimento;

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal para domínio privado do município no Loteamento Industrial da Guia;

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros com a CIM (Lei 52/2015 de 9 de junho) – Adenda nº 1/2019.

Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.22. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 13/09/2019.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

*“Vamos, então, passar ao **Ponto n.º 1.1, Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 13 de setembro de 2019.***

Alguém se quer pronunciar sobre a ata? Não havendo ninguém que queira fazer qualquer observação, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? A ata foi aprovada por maioria, com cinco (5) abstenções, porque não estiveram presentes na reunião. Muito obrigada.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 13 de setembro de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta, fazendo a seguinte intervenção:

“A correspondência que tem chegado à Assembleia, a pedido da Mesa, é enviada para os Srs. Deputados. E portanto, não tenho mais nada a acrescentar neste ponto.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

*“Posto isto, vamos agora passar ao **Ponto n.º 1.3**, Intervenções na generalidade.*

Então, neste ponto, quem é que se inscreve?

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sr. Presidente, na última Assembleia, o Sr. Presidente manifestou-se como um verdadeiro defensor da discussão dos assuntos públicos importantes, dizendo, e cito: “Os assuntos públicos importantes não devem deixar de ser discutidos na praça pública, porque é aí que nós percebemos, por exemplo, por que é que as coisas acontecem.” Fim de citação.

Acontece que todos soubemos através de uma nota informativa, datada de 9 de outubro, exarada no site do Município, e posteriormente difundida pelos órgãos de comunicação social, da avocação dos pelouros / competências ao Vereador Pedro Brilhante. Aquilo que não explicou, na linha daquilo que defendeu aqui, neste mesmo fórum, na referida Assembleia de setembro, foi as verdadeiras razões dessa avocação, não tendo para si a mesma exigência do que aquela que teve, na altura, para com a empresa municipal PMU.

Importa, assim, rebuscar esse seu nível de exigência e perguntar, dispensando de uma história longa e despida de conteúdo, quais os reais motivos para essa avocação. Tão só, e apenas isto.

Segunda questão: o Sr. Presidente lançou em 2016 um programa de gestão florestal que apelidou ser um projeto estratégico para o Concelho de Pombal, e até inovador no país, ficando o mesmo conhecido por OPA Florestal. À época, não fez a coisa por menos, e numa sessão presidida pelo então Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Eng.º Armando Torres, anunciou com pompa e circunstância a medida, com recurso a investimento exclusivamente municipal. Passados três anos, vem agora dizer que, fruto do que aconteceu com os incêndios de 2017, a conjuntura e a realidade da floresta se alteraram por completo, deixando de fazer sentido o programa então por si lançado.

Dito isto, concluímos que, chegado ao presente, de estratégico o programa nada tinha, e de inovador pelos vistos também não, pois ninguém lhe seguiu o exemplo, não passando, por isso, de uma moda simplista e sem qualquer retorno efetivo para o concelho. Se mais razões não houvesse, pelo menos por estas urge saber qual foi o custo do investimento, exclusivamente municipal, em termos relativos e absolutos, quer diretos, com a compra de terrenos, quer indiretos, com a publicidade, marketing, layouts, etc., que tal programa acarretou. Sr. Presidente, quanto foi gasto do Orçamento Municipal neste programa inconsequente e sem criação de qualquer mais valia para os Pombalenses?

Terceira questão: Sr. Presidente, anunciou no mês passado a aquisição de cinco novos miniautocarros para o alargamento da Rede Pombus, num caderno de encargos cujo investimento se estima de quatrocentos e vinte e cinco mil euros (425.000€). Não obstante ter encomendado um estudo, com custos na ordem dos sessenta e cinco mil euros (65.000€), o que quase daria para mais um miniautocarro, avançou para a aquisição dos mesmos sem antes ter apresentado as conclusões do referido estudo.

Também recentemente ficou a saber-se que Pombal aderiu, ou pretende apostar, a um programa de sustentabilidade ambiental. Então, Sr. Presidente, explique lá a esta plateia qual a razão por que o estudo encomendado ainda não foi apresentado, parecendo até que o mesmo era dispensável, uma vez que decidiu avançar com a adaptação às necessidades mesmo antes de conhecidos os resultados finais do referido estudo. E já agora, se avançou desde logo para um



MUNICÍPIO DE POMBAL

equipamento amigo do ambiente, que justifique a preocupação do Município com a pegada ecológica.

Quarta e última pergunta, um assunto que até me custa falar sobre ele. A verdade é que não posso deixar de o fazer, por imperativo de consciência. Não fosse talvez já a obra mais mal conseguida de todos os tempos realizada no Concelho de Pombal, com gastos que já todos conhecemos, o Sr. Presidente insiste em tentar continuar a disfarçar algo que muito dificilmente terá sucesso, não fosse tantas vezes certo o provérbio popular “aquilo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. Refiro-me, como já percebeu, ao CIMU-Sicó, que não obstante nunca ter sido explicado de forma clara qual o objetivo real de tal empreendimento, continua a merecer da sua parte um avultado investimento, sem contudo garantir um destino claro à obra, sem uma explicação cabal do retorno de investimento, sem garantias que alguém, algum dia, estará na disposição de mexer naquele esqueleto, e depois ter que assumir as inconformidades estruturais que já de si são evidentes.

Se tudo isto não fosse de si razão suficiente para apenas se falar deste assunto após uma reflexão profunda e séria, respondendo a todas estas dúvidas, o Sr. Presidente acaba de encomendar uma maquete interativa, com um custo de duzentos e quinze mil euros (215.000€) – repito, duzentos e quinze mil euros (215.000€) – talvez para continuar a acreditar – e parece-me que será o único – que dali poderá sair a obra da sua vigência no Município de Pombal. Será, do nosso ponto de vista, seguramente a mais cara, tendo em conta o retorno que irá devolver aos Pombalenses. Espero, mas espero mesmo poder estar enganado.

Sr. Presidente, deixe-me dizer que os estudos e as maquetes não fazem milagres; não fazem milagres, se na essência das ideias não estiver presente uma visão clara da utilidade das coisas. Sem isso, as infraestruturas, por muito boas que sejam – e que aqui não é o caso – de nada servem. Ainda assim, gostaríamos de saber se está em condições de dizer aos Pombalenses qual o objetivo definitivo da obra, para que vai servir a mesma, que mais valias vai trazer para o concelho, o que é que ali se fará que justifique uma aparente tão má gestão de dinheiros públicos.

João Coucelo (PPD/PSD):

“Agradeço à Câmara Municipal o livro sobre a Misericórdia de Abiul, que foi feito pelo nosso conterrâneo Ricardo Pessa de Oliveira.

Passados dois meses das eleições legislativas que deram a vitória ao Partido Socialista, sem maioria parlamentar, e ainda sem o Orçamento de Estado aprovado, é com natural preocupação que vemos o futuro deste país, tal a complexidade e diversidade de problemas que persistem ou se agravaram após quatro anos de “geringonça”. Não por ausência de “geringonça”, porque teremos uma nova composição parlamentar alargada a Iniciativas Liberais, a Chegas, e mesmo Livres, com PAN à mistura, que são fruto do desencanto face aos Partidos clássicos e às trapalhadas governativas, mas, porque em áreas críticas para o bem-estar social e económico continua a haver uma evidente distância entre o que nos é prometido e dado como realizado, e a realidade sentida pela generalidade da população.

Senão, vejamos: o que se passa na saúde, nem no tempo da troika se viu. Hospitais a encerrar serviços que sempre funcionaram bem, chefes de equipa a demitirem-se de funções, profissionais de saúde a emigrar continuamente, ou a fugir para o setor privado, listas de espera a aumentar, financiamento da saúde com os valores mais baixos, em percentagem do PIB, desde 2011 – aliás, somos o quarto país da Europa Comunitária em que tal aconteceu, segundo os dados recentes da OCDE – ausência de carreiras profissionais que motivem os trabalhadores, etc. Eu pergunto como é que conseguirá o Governo reformular o Serviço Nacional de Saúde sem financiamento adequado. Como pode a responsável pelas nomeações atribuir à gestão dos serviços a causa primeira das ineficiências e falhas do Serviço Nacional de Saúde?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há Partidos que apontam estas questões, mas que por preconceitos ideológicos – o caso do PCP e do Bloco de Esquerda – não encaram a participação do setor social e privado na solução dos problemas dos utentes, como acontece na maioria dos países com maior desenvolvimento económico e social, e com serviços de saúde que são maioritariamente públicos. As dívidas no setor da saúde aumentam, e vimos recentemente a Coordenadora do Bloco de Esquerda, a tal das contas certas, a funcionar como muleta da Dra. Marta Temido, a reclamar mais oitocentos e sessenta milhões de euros (860.000.000€) para o orçamento da saúde, o que não chega sequer para pagar as dívidas acumuladas. Como será possível, então, novas contratações de funcionários em falta, melhorar o parque tecnológico e refazer as carreiras profissionais, melhorando os vencimentos, que tornem o serviço público atrativo?

Na educação, os problemas que têm vindo a público neste início de ano letivo traduzem bem que não é apenas a carreira dos professores que não tem uma solução à vista. Escolas sem os assistentes operacionais necessários, professores não colocados e alunos sem aulas em algumas disciplinas, inadequação dos estabelecimentos de ensino, o caso do amianto, que é escandaloso, ficamos perplexos quando uma das matéria de debate mais intenso na Assembleia da República foi a anunciada não retenção dos alunos até ao nono ano, com base em teoria de que o sucesso escolar sairá beneficiado – aliás, não é bem assim, diz o Primeiro Ministro que os alunos com dificuldades educativas vão ter mais apoio letivo, não se sabe é com que professores, e com que auxiliares, sendo anunciado que esta medida irá poupar algumas centenas de milhões aos cofres do Estado. Como é possível este milagre?

No que diz respeito ao crescimento económico, apraz registar que têm sido as empresas deste país a mover a economia, com um parco investimento público, dando o exemplo a seguir com a consequente criação de emprego e riqueza para distribuir com mais justiça social. O aumento do salário mínimo ainda nos deixa quase na cauda da Europa; mas, com a carga fiscal que recai sobre empresas e trabalhadores, seja em impostos diretos, mas também em indiretos, que o nosso Primeiro Ministro já anunciou que irão aumentar, como seremos competitivos? Basta ver o preço da energia em Espanha, eletricidade, combustíveis, e ver o que se passa em Portugal.

Mas, se o crescimento económico é ainda satisfatório, a dívida pública continua a aumentar para níveis inoportáveis, com a previsível instabilidade que irá acontecer na Europa, a curto prazo. Ainda recentemente, uma associação empresarial que representa mil e duzentas empresas fez uma petição ao Governo a solicitar o pagamento de setecentos e quarenta milhões de euros (740.000.000€) em dívidas a mais de noventa dias, realçando que as autarquias, cumprindo as obrigações que o Estado lhes impôs, passaram de uma dívida de mil e duzentos milhões de euros (1.200.000.000€) para sessenta e nove milhões de euros (69.000.000€) em quatro anos, com prazos médios de pagamento atualmente em cerca de vinte dias. O Estado não cumpre as leis que impõe aos outros.

As alterações climáticas dominaram também parte das atenções da campanha eleitoral, assunto da ordem do dia, ainda por cima num país que não tem ainda uma política bem definida nessa matéria, apesar de se afirmar a descarbonização total para 2050. É uma prioridade planetária e nacional, mas evidentemente que os maiores poluidores são os grandes responsáveis, e se não colaborarem ativamente, todas as medidas falharão. Então, precisamos de uma política de recursos hídricos que satisfaça a necessidade de todos – cidadãos individuais, agricultura e indústria; precisamos de bacias de retenção e barragens para proporcionar transvases e centrais de dessalinização eventualmente. Acabar com os bovinos será boa ideia? Deixar de comer carne de vaca nas cantinas é de aplaudir? Só chatear os espanhóis depois do clamor público, como fez o Sr. Ministro do Ambiente, quando confrontado com a baixa dos caudais do Rio Tejo, por



MUNICÍPIO DE POMBAL

incumprimento do acordo com os espanhóis, primeiro negando, e depois indo a correr atrás do prejuízo, falando com a sua congénere espanhola.

Que dizer da insatisfação das forças de segurança, que se manifestaram ordeiramente, mas foram tratados como se fossem energúmenos? Seria por causa do movimento zero? E os outros, que são a maioria, não se fariam respeitar? Sabidas as remunerações dos agentes da autoridade e o que lhes é exigido, e as condições de trabalho deploráveis que ainda têm, temos que exigir a quem nos governa que saiba ouvir aqueles de quem depende a nossa segurança, e os remunerar de forma digna.

Vamos lá ver se tudo se compõe positivamente após a época natalícia, ao longo do ano de 2020, o que eu duvido, para que no próximo ano possa dizer, nesta altura, com toda a tranquilidade, bom ano novo.”

Aires da Ponte (NMPH):

“Estamos em final de ano, e esta é a última reunião anual desta Assembleia Municipal. É, pois, altura de fazer uma reflexão sobre a evolução do nosso concelho ao longo deste ano em algumas vertentes, nomeadamente nas obras públicas. Se é certo que houve obras que melhoraram a qualidade de vida dos Pombalenses, outras há que continuam o “calcanhar de Aquiles” deste Executivo. Umhas, a sua execução aponta para as calendas gregas; outras, que em nossa opinião não deviam ter continuidade, por correrem o risco de se tornarem elefantes brancos e sorvedouro de dinheiro municipal, que é de todos os contribuintes. Refiro-me concretamente ao CIMU-Sicó, cujo último concurso ficou deserto.

No alargamento do parque industrial Manuel da Mota, a opção do aumento da área disponível encontrou barreiras, cujo contorno não se afigura fácil, nem breve, dada a morosidade destes casos. Certo é que a procura provocará atrasos consideráveis, que impedirão a fixação de novas empresas, perdendo-se oportunidades de postos de trabalho, bem necessários à fixação de população jovem num concelho onde os idosos são a grande fatia da nossa população. Enquanto isso, os concelhos nossos vizinhos – Leiria, Marinha Grande e Alvaiázere – avançam em toda a linha a acenar aos investidores com as suas infraestruturas industriais. Obras como o saneamento dos Vinagres arrastam-se e arrastaram-se sem fim à vista, provocando um incómodo a quem por aí tem que circular.

Por falar em incómodos, que dizer dos incómodos com as deficiências ocorridas no Centro Escolar de Pombal?

Relativamente aos centros escolares, deixo aqui um alerta a que todos temos que estar profundamente atentos: Pombal tem vindo a perder população, já faltam crianças para preencher a capacidade dos nossos centros escolares, e alguns, assim como algumas creches, mantêm frequência média com a chegada de imigrantes, sobretudo brasileiros. Temos urgentemente que implementar soluções que promovam a fixação dos nossos jovens no nosso concelho, criando-lhes oportunidades de aqui constituírem a sua família. Essas soluções passam por promover o investimento no concelho, oferecendo aos investidores condições competitivas.

A Casa Varela vai finalmente, após um longo interregno, prosseguir a sua recuperação. Esperamos que desta vez seja dentro dos prazos. Também a Quinta de Santana tem finalmente uma solução para a retirar do impasse em que caiu desde que terminou, há já alguns anos, o anterior contrato de exploração.

As obras de requalificação do Jardim das Laranjeiras, Jardim do Cardal e Rua Custódio Freire, agora em estaleiro, apesar da época natalícia, quero acreditar e faço votos para que após concluídas, venham a tornar Pombal, em 2020, mais atraente.

Para terminar, permita-me constatar que na equipa que gere os destinos de Pombal, tendo em conta algumas soluções adotadas, o ambiente não será muito saudável. Um ambiente desta



MUNICÍPIO DE POMBAL

natureza não é gerador de consensos, por vezes necessários, e leva a desgastes e perdas de energia que poderiam ser canalizados para o encontro de soluções que contribuem para o desenvolvimento de que Pombal tanto precisa. Esperamos que neste natal que se avizinha, o menino Jesus possa trazer uma prenda no sapatinho a todos os interessados no desenvolvimento do concelho, independentemente da opção política que advoguem para a conseguir.

Por mim, desejo a todos os presentes um feliz natal, extensivo a todos quantos estão ao serviço do Município e seus familiares.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“A realização da Cimeira do Clima, em Madrid, leva-nos também a refletir sobre este tema ambiental. A qualidade do ambiente está atualmente em discussão em quase todos os lugares, cidades e países, onde todos querem dar uma opinião, e poucos ou nenhuns querem ou sabem dar uma solução funcional. Trata-se de uma discussão pouco racional e pouco baseada em argumentos técnico-científicos e mais radicalizada em dogmas, mitos, ídolos e testas de ferro criados pela comunicação social para aumentar audiências, e por grupos económicos candidatos a promotores de novas formas de produção de energias, ditas limpas, para se poderem apropriar de fundos públicos e comunitários que não têm que devolver. Veja-se o que se passou com a concessão da exploração do lítio em Montalegre, em que a corrida ao maná dos fundos comunitários levou ao tráfico de influências e a negócios pouco transparentes, e nos permitiu perceber que o que se dizia ser uma fonte limpa de energia, pode mesmo trazer mais poluição e danos sociais do que a produção e consumo de combustíveis fósseis.

Muitas vezes, os aparentes ativistas ambientalistas estão limitados e condicionados por estratégias partidárias e políticas, por benefícios económicos ou vaidades e exibicionismo realizadores do seu egocentrismo enquanto atores deste teatro mundano. Tal como os pretensos defensores da liberdade e da igualdade, que de forma muito corajosa recorrem, em países democratas, a manifestações violentas contra Governos eleitos, enquanto se votam ao silêncio e cumplicidade cobardes sobre as atrocidades cometidas contra mulheres em países muçulmanos, também os atuais ecologistas radicais gostam de diabolizar ideias e adversários diferentes, enquanto silenciam sobre a verdadeira causa do esgotamento de recursos naturais e dos desequilíbrios ambientais, o que me parece ser o grande crescimento da população mundial – dentro dos próximos trinta anos, deverá crescer cerca de mais dois biliões de pessoas. É necessário encontrar espaço para toda esta gente, e proporcionar-lhes alimentação, habitação, cultura e energia, o que talvez o planeta não suporte. Mas, devemos não apenas procurar formas mais baratas e menos poluentes de energia, mas também, e sobretudo, encontrar soluções para controlar e reduzir o consumo desses e de outros recursos no nosso planeta.

Por cá, lembro as crateras lunares da Serra de Sicó, cada vez maiores, sem regras de segurança, abertas para empedrar obras, estradas e caminhos, muitas vezes necessários e poluentes. Lembro também as descargas de escombros e aparelhos avariados na serra, e as descargas de efluentes nos cursos de água, sobretudo em tempo de chuva, para se dissiparem na enxurrada. Temos de refletir sobre a forma de defendermos a natureza e evitarmos os referidos atos, parecendo-me que não há necessidade de empedrar e alcatroar tantos caminhos e estradas.

Nesta reflexão, e na decisão subsequente, não nos podemos deixar condicionar por donativos, associações, nem pelas figuras públicas, dirigentes ou não dessas associações.

Lembro também, finalmente, que Pombal foi, pelo décimo quarto ano consecutivo, galardoado com a Bandeira Verde ECO XXI, e que a Agência Portuguesa de Ambiente considerou Pombal como o Município mais azul da região centro, o que nos deixa a perceber que Pombal está a fazer um bom trabalho no campo ambiental.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A minha intervenção vem um pouco na sequência da primeira intervenção desta Assembleia, do deputado Pedro Pinto. A esse propósito, eu relembro aqui a primeira de todas as competências da Assembleia Municipal, a primeira que vem na Legislação, que é acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara. Vem isto a propósito de uma decisão do Sr. Presidente da Câmara, já aqui referida, de retirar os pelouros atribuídos ao Vereador Pedro Brilhante. Inferimos desta decisão – que é legítima, porque o Sr. Presidente tem competência para atribuir pelouros – que retirou a confiança política a este vereador, apesar de sabermos que o Partido que representa manteve a confiança política no mesmo vereador. O que nos faz pensar que, ou os pelouros estavam subavaliados, com outros pelouros sobreavaliados, podendo a sobreposição de outros vereadores pôr em causa o desempenho desses pelouros por parte dos que os receberam através da redistribuição, nomeadamente a juventude, as florestas, o desporto, etc.

O facto de existir um vereador que embora mantendo a confiança política do Partido pelo qual foi eleito, mas a quem o senhor retirou essa mesma confiança política, não põe em causa previsivelmente a estabilidade da Câmara? Das reuniões do Executivo, retiramos um certo lavar de roupa suja, o Sr. Presidente foi várias vezes interpelado sobre este assunto, tivemos também oportunidade de visionar, através da TV, mas não prestou quaisquer esclarecimentos sobre as razões que fundamentam a sua decisão.

Na composição do Executivo, o PSD dispunha de cinco mandatos – e dispõe – e a Oposição de quatro mandatos. As questões que se colocam, para além desta que falei, dos pelouros, são: o Sr. Presidente acha que os munícipes não poderão ser prejudicados por uma possível não aprovação de determinados projetos da Câmara, por o vereador neste momento estar livre da fidelidade que deve ao Presidente nas suas votações? Não será que todos estes pelouros que saíram das suas mãos, da sua cabeça, do seu trabalho, agora porque estão sobrepostos noutros vereadores, não ficarão todos esses pelouros com um subaproveitamento, com um trabalho sobreavaliado, e portanto, com uma perda de eficácia e de eficiência?

Sr. Presidente, sabemos que o senhor, muitas vezes, nas reuniões, fala da transparência política deste Executivo e desta Câmara Municipal. Pois, o que lhe peço hoje é que a bem da transparência do órgão político Câmara Municipal, nos esclareça aqui, para nós, Assembleia Municipal, para a população, através da TV, que nos está a ver, que nos esclareça a todos sobre as reais razões. Por quê? É falta de competência? Foi o quê? O que é que se passou? Nós temos o direito de ser esclarecidos, a bem da transparência.”

João Pedro Domingues (BE):

“Represento aqui todos os eleitores, especialmente os que confiaram no Bloco de Esquerda, para eleger um deputado nesta Assembleia. Venho da Freguesia do Louriçal, onde nos últimos anos a política do PSD é populista e baseada na ilusão de caçar votos. A Vila do Louriçal está atrasada no tempo, com fraco desenvolvimento, a cada dia que passa perde valências institucionais e humanas. Entre muitas promessas eleitorais do PSD, nos últimos vinte anos, está a zona industrial do Louriçal, com o objetivo de criar postos de trabalho para alavancar a economia local da região. Esta Câmara gastou cerca de um milhão de euros (1.000.000€) em obras para não conseguir criar um único posto de trabalho na zona industrial e na Freguesia do Louriçal. E não, não é o corte nos contratos de associação, como aqui disse noutra sessão o Sr. Presidente da Câmara, que nos leva gente e serviços; é a falta de emprego e de desenvolvimento na terra.

Mais uma vez, os senhores usaram o dinheiro dos contribuintes sem qualquernexo, construíram a zona industrial em terrenos alheios, e no espírito de litigância que caracteriza esta Câmara, arrastaram-se processos em tribunal, impedindo utilizar lotes para a construção das indústrias que tanta falta fazem para fixar pessoas na nossa terra. É estranho, pois o Sr. Presidente tem tanto apreço pelas pessoas do Louriçal, ao ponto de, com a ajuda do seu Presidente de Junta,



MUNICÍPIO DE POMBAL

terem apregoado em todas as capelas e associações da freguesia que o Centro de Saúde do Louriçal iria fechar. Foi uma encenação que terminou na Praça Joaquim da Silva Cardoso, em setembro de 2017, e que cumpriu a missão pretendida: serem ambos eleitos com maioria confortável, para logo a seguir às eleições darem o dito por não dito. Foi uma manobra política para amedrontar e enganar as pessoas, caçando-lhes votos. O Louriçal merecia mais dos senhores. Esperava-se mais do que uma chantagem barata.

Como se vê, felizmente, o Centro de Saúde do Louriçal não vai fechar. O edifício, agora em construção, só peca por dez anos de atraso.

E o mercado? O que dizer do mercado, senhores? Está condenado, porque nunca existiu uma estratégia de desenvolvimento, de melhoramento, ou de promoção. O Mercado do Louriçal não tem data de começo, mas com estas políticas terá um fim, com certeza. Veja-se como a Guia e a Marinha das Ondas se estão a aproveitar bem da inércia do Louriçal para fazerem crescer mercados nas suas terras.

Falta ainda falar do socorro. Também aí o poder autárquico tem primado por lavar as mãos, tapando os olhos sempre que é preciso uma ambulância da Guia ou de Pombal para prestar socorro no Louriçal, assim como fecha os olhos ao facto de as bocas de incêndio da Freguesia do Louriçal não funcionarem. Veja-se o que aconteceu no incêndio do Belarinho, que os autotanques foram obrigados a abastecer no Louriçal, porque na aldeia não havia uma boca de incêndio para o fazer. Onde está o Plano de Proteção Civil, Sr. Presidente? O que anda a fazer a sua Proteção Civil, Sr. Presidente?

Da saúde ao ambiente, do comércio à indústria, o Louriçal definha e atrasa. É obrigação do poder político lutar para inverter este estado a que chegámos, em vez de se pavonearem entre almoços domingueiros e castanhadas pagas pelo povo.

Conheci o Louriçal como uma aldeia do Concelho de Pombal; agora é uma vila. Em muito poucos anos, passará a aldeia novamente. Não é esta política que os Louriçalenses querem.”

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, eu já há tempos pus uma questão, e como isso ainda não está nada visto, visivelmente, eu ponho novamente, e queria acrescentar mais alguma coisa à situação. É relativamente à requalificação da 109, na Freguesia do Carriço. O Sr. Presidente disse que estava no bom caminho, e que em breve iam iniciar os trabalhos. No entanto, parece-me que nessa altura o Sr. Presidente comunicou que era só da rotunda do Carriço até ao Cabeço. Eu propunha que, como a Freguesia do Carriço é extensa na faixa da Nacional 109, que isso fosse alargado desde os Vieirinhos até aos Lagoeiros, porque é bom que já há uns tempos a esta parte não tenha lá havido desastres mortais, mas no passado recente isso foi uma constante, e isso, temos que começar a pensar que isso tem que ser invertido, porque aquela estrada tem muito movimento.

Por outro lado, também pretendo dizer que é com satisfação que a Câmara Municipal, através da Junta de Freguesia do Carriço, nomeadamente o Pedro Silva, que há seis anos a esta parte assume a mesma, e um louvor para ele, que a população dos Alhais, assim como as populações limítrofes, vão ser contempladas com a rede móvel, nomeadamente com uma promotora, que já se encontra no terreno o material para a montagem da respetiva antena. Por isso, muito obrigado, Sr. Presidente, porque também deu o seu contributo para que isso fosse uma realidade, e é bom que isso aconteça. Isso é o importante, porque as pessoas merecem, o Carriço merece, e merece mais.”

Carlos Lopes (PS):

“Dizer que quando comecei a ouvir a intervenção do deputado, Dr. João Coucelo, quase que me deu a sensação de que estávamos na Assembleia da República, porque, de facto, aquilo que o Dr.



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Coucelo aqui trouxe foram questões de política nacional. Mas, gostaria só, a título muito breve, de lhe dizer que ainda ontem saiu um relatório da OCDE, em termos da saúde, que nos contava que na troika foram cortadas verbas na proporção do dobro daquilo que era necessário. Portanto, se calhar isto poderá eventualmente explicar algumas das coisas que foram motivo da preocupação dele.

Depois, gostaria também de relembrar que em 2008, Ferreira Leite e Passos Coelho, em declarações ao Expresso, vieram apregoar o fim do Serviço Nacional de Saúde gratuito. Talvez isto também queira dizer alguma coisa.

O país – e também dados de ontem – tem estado a crescer, e inclusivamente cresceu mais do que até a própria Alemanha, que é aqui o motor da Europa, e poderá também querer significar alguma coisa.

Finalmente, para dizer que gostaria de ver o Dr. João Coucelo preocupado, com a mesma ênfase, com a mesma dedicação, com as questões locais, porque essas é que, no nosso modesto entender, devem ser objeto, e é para isso que nós aqui estamos, estamos aqui para fiscalizar o Município, e gostaria de o ver preocupado com as questões locais.

Sr. Presidente, a questão que eu vou tratar já aqui foi aflorada por dois membros desta Assembleia, tem a ver com a OPA Florestal. Ela fazia parte do programa que foi apresentado pelo Executivo nas últimas eleições autárquicas, e foi, de facto, apresentada neste Salão Nobre com pompa e circunstância, e bem recordamos que este Salão Nobre, porque, de facto, a população de Pombal aderiu a ela. Não vou aqui relatar quais foram os objetivos que presidiram a essa operação; vou só dizer que depois daquilo que se passou, ficámos a saber, em primeiro lugar, que ninguém comprou nada, que era um mecanismo de compra, mas não de gestão e exploração florestal, e ficámos também a saber pela voz do Sr. Vereador que a OPA não fazia sentido. Isto leva-nos a tirar uma conclusão, que apenas se tratou de uma encenação política, e que desta vez não correu nada bem, e tinha tudo até para correr mal.

O problema, Sr. Presidente, é que a nossa floresta, e os problemas da nossa floresta não se resolvem com OPA's, e eu pergunto se verdadeiramente existiu alguma OPA. Esta é a questão que eu gostaria de fazer. E gostaria também de perguntar ao Sr. Presidente, uma vez que esta medida estava incluída no seu programa, que medidas promocionais é que foram feitas para promover essa OPA, porque a ideia que temos é que nada foi feito. Que explicações é que a Câmara tem a dar aos Pombalenses para ter desistido da OPA?

E finalmente, Sr. Presidente, e conexamente com esta questão, a Feira Nacional da Floresta. Vai também este evento ser arredado pelo Município?

Finalmente, Sr. Presidente, dizer que nós, no ano passado, quando fizemos a análise dos documentos previsionais, já prevíamos que a OPA Florestal estava votada ao insucesso. Infelizmente, ou não, ela aí está, a OPA acabou.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“A minha intervenção prende-se com dois pontos muito simples.

Em primeiro lugar, gostaria de dar nota da Feira Nacional de Artesanato e Tasquinhas de Pombal, que atingiu na edição de 2019 um máximo de inscrições de expositores, num total de duzentos e quinze, onde se destaca também que trinta e um expositores participaram pela primeira vez no evento, tendo sido nesta edição também testado pela primeira vez o sistema de contagem de entradas, que identificou mais de doze mil entradas, apenas na entrada principal e lateral, pelo que se estimou que conjuntamente com as entradas pela área das tasquinhas, o total de visitantes tenha perfazido um valor de aproximadamente vinte e cinco mil visitantes, o que nos demonstra que o evento se tem renovado, tem chegado a cada vez mais pessoas, e isso é por si um reconhecimento deste evento promotor do artesanato, da gastronomia local e da cultura popular;



MUNICÍPIO DE POMBAL

e do esforço que tem sido feito para chegar a mais artesãos e tipos de artesanato diferentes, que fica patente também no aumento de expositores e no número de expositores que participaram, então, pela primeira vez.

Gostava de destacar também o final da Taça de Portugal de Dança Desportiva, que se realizou em Pombal. Este é mais um evento nacional que Pombal recebe, a exemplo do que acontece no inverno, com a realização das provas nacionais e regionais da modalidade de atletismo em pista coberta, competição onde Pombal acolhe os melhores clubes e atletas nacionais.

Para finalizar, e também aqui no âmbito cultural do ARTEMREDE, destacar a iniciativa do Município de criar um grupo de espetadores que tem, então, a oportunidade de escolher parte da programação da sala de espetáculos da cidade, os Visionários. O grupo é constituído por vários cidadãos do concelho, desde estudantes a empresários, e até mesmo aposentados. De uma lista de espetáculos predefinida, veem, então, os vídeos de apresentação, consultam exigências técnicas, debatem, trocam argumentos e decidem, com o objetivo e a perspetiva de captar mais público e de mudar os hábitos culturais em Pombal, e atrair também públicos diferentes. E para isso, nada melhor do que contar com a colaboração dos próprios espetadores na programação. E por isso, congratular também o Município por esta iniciativa, e por integrar os cidadãos naquela que é a escolha do programa cultural da cidade.”

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“A minha intervenção é uma intervenção mais de registo simples, para dizer que se assinalou no passado dia 25 de novembro o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Doméstica. E trago aqui apenas uma pequena nota, porque este flagelo nos incomoda a todos, e para recordar que de acordo com os dados estatísticos da APAV, entre 2013 e 2018 registaram-se cerca de quarenta e quatro mil processos, a que corresponderam cento e cinco mil factos criminosos. E no nosso concelho, o Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra refere cinco casos com apoio, que são um número bastante acima da média de muitos outros concelhos. Se por um lado nos preocupa por serem casos que nos envergonham a todos, por serem graves, também nos podem mostrar que existe já, talvez, um maior conhecimento das situações.

Sem entrarmos nos detalhes das tipologias destes crimes, nem sobre o género, idade ou contexto em que ocorrem, referir as iniciativas ocorridas no nosso concelho nesta data, e destacar as ações de sensibilização com os alunos do secundário, no âmbito do Programa do Parlamento de Jovens. Temos que acreditar que serão estes nossos jovens que irão erradicar definitivamente o preconceito de que “entre o homem e a mulher, não metas a colher”, e criar uma outra dimensão, em que entre homem e mulher se denuncie todo o mal que houver.

Sugerir também ao nosso Município que na divulgação das iniciativas que realiza e nas agendas que publicita, possa registar num cantinho, junto a outra publicidade, ou perto dela, ou no rodapé, o contato da APAV, que de certeza alguém, algum dia, irá reparar, e provavelmente servir-se também.

Tenho dito.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“A minha intervenção é na área da educação. Dar nota e felicitar as escolas do nosso concelho por terem atingido mais de vinte e cinco por cento (25%) das Eco-Escolas do Distrito de Leiria, com vinte e duas escolas do nosso concelho com este galardão, obviamente também com o apoio dos serviços municipais, mas que é de grande nota Pombal ter realmente esse desempenho e essa preocupação, que andamos sempre aqui a falar de ambiente, e os nossos jovens nas escolas, e os professores, prestam aqui um grande serviço à comunidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dar nota de um novo projeto, que é o Espaço Maker, o Doing Pombal. Felicitar o Executivo Camarário e a Sra. Vereadora, pela concretização deste projeto, porque é um projeto inovador, que tem como propósito a experimentação, e que está aberto à comunidade, e que de certeza que com uma articulação com as Direções dos Agrupamentos, no objetivo de o disponibilizar para as escolas, terá uma maior utilização, e certamente será o primeiro de muitos destes projetos que visam dotar os nossos mais novos dessa curiosidade e do propósito de experimentar as tecnologias, a robótica e outras tecnologias que são emergentes para os dias de hoje.

E felicitar o Sr. Presidente de Câmara por ter trazido para Pombal o Encontro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, que teve presente mais de sessenta Municípios, e que visa um propósito municipal de dar importância à educação e à formação, quer dos mais jovens, quer dos adultos, visando a concretização de três objetivos principais: termos jovens mais interventivos, participativos e informados, um concelho capaz de se desenvolver social, cultural e economicamente, e uma sociedade mais justa e coesa, assumindo a educação uma função de elevador social e promotor de igualdade de oportunidades e valorização do trabalho e do mérito pessoal. A responsabilidade que o Sr. Presidente tem a noção de que vai assumir daqui a um ano, no dia 1 de janeiro de 2021, contra a vontade dos Municípios – que, no fundo, não foram todos ouvidos, nem as escolas, como ainda esta semana os Secretários de Estado tiveram oportunidade de confirmar que as escolas não foram ouvidas, quando estiveram aqui em Pombal, num encontro regional da região centro na Escola Secundária de Pombal – a Câmara tem dado os seus passos, no sentido de preparar o concelho para esse processo. Prova disso foi o investimento de mais de quatrocentos mil euros (400.000€) neste verão, na reabilitação de edifícios, e daquilo que tem perspectivado, e que daqui a pouco vamos aprovar, de mais de cinco milhões de euros (5.000.000€) de obras em edifícios escolares que se perspectivam, quer seja para o Centro Escolar da Guia, Vila Cã, Pelariga, e para a Escola Conde de Castelo Melhor, para além dos projetos como o EPIS, o Programa Escolas III, e este projeto Maker Space, e outros que estão em curso, em parceria com as escolas e os agrupamentos escolares, e as escolas com contratos de associação. Penso que é este o caminho para preparar Pombal para esse grande desafio que será no dia 1 de janeiro de 2021, que será um grande desafio para o Município, e certamente na educação será o desafio maior das transferências de competências, de todas aquelas que vai ter que assumir.

Tenho dito.”

Elisabete Alves (PS):

“A minha intervenção é sobre as infiltrações no Centro Escolar de Pombal. Estão a decorrer obras de reparação do Centro Escolar de Pombal, em virtude das infiltrações, fissuras, risco de queda de tetos, que por sua vez levaram ao fecho de salas e WC's, tudo isto com o ano letivo a decorrer. Esta obra demonstra o total falhanço deste Executivo Camarário na fiscalização de obras das quais é dono o Município de Pombal, e a inércia perante os problemas que se vêm arrastando desde pouco tempo após a sua inauguração, há dois anos.

Por outro lado, aquando da construção, mesmo para um cidadão comum era bem esclarecedora a falta de cuidado na execução da estrutura e acabamentos, sem atentar nas regras da arte. Ora, por ali não se via ninguém da parte do dono de obra a fiscalizar a obra e a chamar a atenção para a má execução dela. Adivinhava-se o problema, que não tardou em chegar. Relembro que esta obra, que aproveitou parte do existente, a escola primária antiga, teve como entidade promotora o Município de Pombal, e um valor de adjudicação de mais de dois milhões de euros (2.000.000€), com um prazo de execução estimado em quinhentos e quarenta dias. De acordo com a explicação dada para ser levada a cabo esta obra, destacavam-se as péssimas condições do edifício antigo, que entre outros aspetos, registava problemas de humidade, infiltrações,



MUNICÍPIO DE POMBAL

fissuração e empolamentos. Após a abertura do centro escolar, começaram a registar-se problemas que não foram solucionados e que se foram agravando, chegando a este estado de coisas. Já no ano letivo anterior se registavam os problemas, e o assunto não foi resolvido, sendo que só agora, com o ano a decorrer, ao mesmo tempo em que o centro escolar está em funcionamento, decorrem as obras, com todos os constrangimentos que tal implica.

Perguntamos: foi para isto que se gastaram mais de dois milhões de euros (2.000.000€)? À Câmara Municipal só cabe mandar fazer e pagar, com o dinheiro dos nossos impostos? Não se fiscaliza, não se acompanha a obra, dia a dia, durante a sua execução? Não se solucionam os problemas mal eles surgem? A isto chamamos de má gestão, péssima gestão de dinheiros públicos e inércia. Para que interessam a atribuição de prémios e bandeiras, que este Executivo e seus discípulos tanto gostam de apregoar, quando a realidade é bem outra, como sabemos, de falta de estratégia, falta de rigor e má gestão. Veja-se a vergonha que se passa noutras obras, que já aqui foram faladas, o CIMU-Sicó, a Casa Varela – tudo isto nos sai do bolso. Qual a bandeirinha que vão ostentar por todas estas obras mal executadas e mal pensadas?

Se algo podemos aproveitar do erro é a melhoria constante, mas os erros que têm vindo a ser cometidos por esta gestão camarária apenas têm servido para acumular outros erros.”

Maria da Conceição Anastácio (PPD/PSD):

“Nem de propósito, esta intervenção vem a seguir à da Dra. Elisabete.

Digamos que vou fazer uma comparação: há um jardim; para que haja flores, é preciso pôr alguma coisa no local. Há pessoas que chegam ao jardim, olham só para o que se põe na raiz, há outras que até gostam de desfrutar da flor. Eu vou pôr-me na posição de quem gosta de desfrutar da flor.

De facto, o Município de Pombal recebeu a Bandeira Verde de Autarquia mais Familiarmente Responsável, que é atribuída pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Vou dizer alguns dos critérios que fizeram com que o Município de Pombal recebesse esta bandeira, e começarei por dizer: a criação de comissões de freguesia, a continuação do Programa AMPARHA, o Programa “Like Saúde”, a implementação do Programa “PARA”, apoios no âmbito social, nomeadamente com o Projeto III, e também nas políticas fiscais – o IMI na taxa mínima de zero vírgula três por cento (0,3%), e é reduzido de acordo com o número de filhos de cada casal, e a redução vai de vinte (20€) a setenta euros (70€). A Câmara fez também as famílias pouparem, não só no IMI, como no IRS, mais de um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000€). Isto foi o que foi tido em conta como critério para atribuição da bandeira.

Mas, como eu já ouvi aqui, e noutros sítios, que este Executivo trabalha apenas e só para receber bandeiras, eu encontrei mais alguns critérios que sustentam esta ideia de apoio às famílias, naquilo que é já hábito na atuação desta Câmara. Por exemplo, estar de folga no aniversário dos filhos até aos quinze anos, tardes do dia de aniversário, a manhã do primeiro dia de aulas dos filhos, a atribuição de cabaz de recém-nascido, a abertura de serviços camarários aos seus funcionários, a gratuidade dos transportes escolares até ao décimo segundo ano, bolsas de estudo – e poderia continuar a dizer muito mais coisas, que estão resumidas numa brochura da Câmara, que acho que seria até interessante as pessoas verem.

Para terminar, e como será a última intervenção, desejo bom natal a todos.”

Ana Tenente Gonçalves (Presidente J.F. Vila Cã, Independente):

Sr. Presidente, fui informada recentemente que o Centro de Saúde de Vila Cã iria encerrar. O que está neste momento a circular em Vila Cã e em Abiul é que mal a Dra. Lília Marçal receba a informação da sua reforma – ela pediu a reforma – mal ela receba a informação, o dia em que se irá aposentar, o Centro de Saúde irá imediatamente ser encerrado. Eu gostava de lhe perguntar



MUNICÍPIO DE POMBAL

se o Sr. Presidente tem conhecimento desta situação, e em caso afirmativo, que diligências tomou de modo a apurar esta situação e acautelar o normal funcionamento do Centro de Saúde.

Não sei se volto a falar; mas no domingo, gostaria de convidar todos os presentes desta Assembleia para, a partir das três e meia, irem à Senhora das Virtudes, que a nossa capela vai fazer quinhentos e onze anos.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Referir dois ou três aspetos, que acho que era importante também partilhar convosco.

O primeiro tem a ver com duas reuniões que tivemos aqui neste Salão Nobre durante esta semana, para preparar o Plano Estratégico Educativo. E queria dizer que da minha experiência, enquanto Presidente de Junta, e daquilo que tive oportunidade de ouvir, pelas partilhas das várias pessoas que participaram, creio que é muito importante esse tipo de momentos, em que podemos partilhar pontos de vista diferentes sobre uma área que é crucial para o desenvolvimento estratégico do nosso concelho. E por isso, queria desejar as melhores felicidades a este trabalho, porque é um trabalho que vai ficar para as novas gerações, naturalmente, e para o futuro do nosso concelho. E foi muito interessante as partilhas que ouvi, e que também tive oportunidade de participar.

E falando nesta área da educação, queria também salientar algo que não é tão visível, mas que é muito importante para a vida das pessoas, e que se prende com a plataforma digital, que hoje todos os encarregados de educação no nosso Concelho de Pombal têm disponível. Nós, no ano passado, lançámos na Junta de Freguesia, este ano alargou-se a todas as freguesias do nosso concelho, e com mais funcionalidades, e permite que os encarregados de educação tenham conhecimento atual, ao minuto, de muitas das atividades que são desenvolvidas em contexto escolar, e sobretudo acesso aos serviços – transportes, refeições, ementas, diversos pagamentos – e isso facilita a vida dos pais. Isso não é muito falado, porque, naturalmente, é um serviço que tem menos visibilidade, mas é de enorme utilidade para quem o usa – tanto nós, enquanto servidores, como também os encarregados de educação, enquanto utilizadores. E eu acho que isso era muito positivo.

Falando ainda na área da educação, destacar também positivamente – perguntou-se aqui para que é que eram os Pombus, eu digo que nós ansiamos para que venham cada vez mais Pombus, mais circuitos, porque nós, também em contexto escolar, vamos todos beneficiar com essa mobilidade ao nível do Pombus, que é uma iniciativa que é verdadeiramente uma mais valia, e que também iremos ter benefício dessa rede alargada, para que todas as nossas crianças possam, de forma gratuita, ir para a escola, ir de casa para a escola, etc., e essa dinâmica também é muito positiva.

Falando ainda no contexto da educação, dizer que se fala muito na escola em Pombal, e também vejo com bons olhos aquilo que está inscrito nas GOP para o ano que vem, de requalificação da Escola Conde de Castelo Melhor; onde estão duzentos alunos diariamente, e que é, realmente, uma mais valia e uma prioridade, que felizmente o Município também partilha, e queria aqui registar.

Relativamente a freguesias e a pessoas, esta semana estive também com a Sra. Vereadora numa conferência de imprensa no Teatro Amador de Pombal. E por que é que eu queria trazer este assunto aqui? Porque eu ouvi, das palavras de quem executa o teatro, palavras altamente elogiosas para as Juntas de Freguesia, para as freguesias, para as coletividades, e isso é muito importante, significa que o projeto “3+3=3”, que eles desenvolvem nas freguesias do nosso concelho, levando as peças de teatro, com a qualidade que o teatro tem, é recebido de braços abertos nas freguesias do nosso concelho, tem um impacto muito positivo nas pessoas, e isso é extraordinário, e é feito com o nosso ADN, e isso merece aqui um destaque muito positivo, tal



MUNICÍPIO DE POMBAL

como eu constato no Ciclo de Teatro Amador que desenvolvemos também com o Município de Pombal e com o INATEL, que realmente quando nós enchemos as coletividades, os salões da capela, etc., o entusiasmo e a alegria das pessoas nesses momentos, e isso, acho que também merece ser registado.

Por último, queria salientar os investimentos feitos na freguesia, tanto no espaço urbano, como nas aldeias, no espaço urbano do PEDU, todos têm falado, visa melhorar a vida das pessoas, e deve continuar a envolver a comunidade, tanto na preparação dos projetos, como na execução das obras, porque é para elas que essas obras são feitas. Nas aldeias, queria destacar a requalificação da Ranha de Baixo. Estivemos com o Sr. Presidente, no mês passado, a apresentar publicamente esse investimento, que é um investimento significativo e ansiado há muito tempo. Felizmente, temos outros projetos a avançar, como a estrada que liga os Vicentes à Cumieira, e também estão inscritos nas GOP's para o ano que vem alguns projetos, muito ansiados, nomeadamente a asfaldagem da zona da Cavadinha, dos Malhos, dos Afonsos, dos Crespos, que também merece ter atenção por parte dos investimentos municipais.

E queria deixar estas notas, agradecendo aquele trabalho em equipa, que visa melhorar a vida das pessoas no dia a dia.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Eu quero partilhar aqui com esta Assembleia uma preocupação da freguesia, e aproveitar também este tempo de antena para, de forma breve, deixar aqui também uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, que tem a ver com um pedido de licenciamento que entrou na Câmara há algum tempo atrás, no que respeita à instalação de uma empresa, que prevê na sua área de atividade a exploração e a produção pecuária. O Sr. Presidente sabe que, de facto, esta Junta recolheu a insatisfação e a preocupação por parte da população, acionou alguns procedimentos no sentido de, de certa forma, defender a posição das pessoas, e como é evidente, assumir-se também como uma preocupação própria da freguesia, porque, de facto, o bem-estar da nossa população é essencialmente uma das nossas preocupações primordiais. Ouvimos as pessoas, ouvimos a empresa, viemos falar com a Câmara Municipal, é evidente que temos estado a par de alguns procedimentos da Câmara, mas, no fundo, o que eu gostaria de deixar aqui era a questão em relação ao ponto de situação que existe neste momento, no que a este tema confere, porque, de facto, é uma situação que tem vindo inclusivamente a assumir algum mediatismo, natural, e como é evidente, a Junta de Freguesia vai estar atenta, e continuará atenta, e como é evidente, do lado da população.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourçal, PPD/PSD):

“Queria aqui, que estamos a chegar ao final do ano, também lembrar os acontecimentos, especialmente na minha freguesia, e lembro aqui, e quero agradecer, antes de terminar o ano, o empenho que tiveram todos estes deputados, o Sr. Presidente da Câmara, vereadores, a mobilização das pessoas em defesa do Instituto D. João V e dos contratos de associação, na qual todos votaram a favor da moção, exceto o Bloco de Esquerda. Agradecer a todos aqueles que votaram a favor da continuidade desta escola, e desagradar-me com a decisão do Bloco de Esquerda, porque pode muito bem fechar, não faz diferença nenhuma.

Depois, dizer que em setembro abandonei esta Assembleia para ir socorrer, ajudar no combate ao incêndio, onde as pessoas que por vezes criticam não estavam lá. Mas, na verdade, congratular-me e agradecer aos Bombeiros Voluntários, ao Município e a toda a população, que conseguiram circunscrever um incêndio que durou um dia e quase a noite inteira, o esforço, o trabalho da máquina retroescavadora que esteve ali a limpar até às três da manhã, o trabalho do associativismo a nível da abertura da associação que esteve, a nível da alimentação, todo um trabalho concertado que fez com que, felizmente, não houvesse qualquer dano material nem



MUNICÍPIO DE POMBAL

humano. Agradecer também aquela boca de incêndio que está junto ao Centro Escolar do Louriçal, que tem cerca de dez polegadas de água, e que alimenta tão bem e rapidamente os carros dos bombeiros. E lembrar que nas aldeias, a conduta que serve e que pode ter as bocas de incêndio só tem cerca de polegada e meio, que levava quase meia hora a encher um tanque; e ali, em cinco minutos, resolve. Portanto, aquilo que é importante é ter um caudal de água, porque havendo bocas de incêndio e não tendo caudal, não vale a pena para os tanques. Há aqui, por vezes, falta de conhecimento, inclusive de quem foi bombeiro.

Depois, dizer que aqui, sim, agradecemos os próprios aviões, um trabalho concertado dos bombeiros, e não há dúvida que há que reconhecer quando as coisas correm bem, e o trabalho, o grande esforço de todos, durante o dia e noite, que estiveram ali em defesa das populações. O próprio esforço da população, que conseguiu ligar furos e tanques de água, gente que se disponibilizou de longe para vir ajudar. Portanto, aqui é o nosso manifesto, aproveitar para dizer que também devemos agradecer pelo trabalho desenvolvido.

Também dizer que soube há bem pouco tempo do trabalho que a Câmara vai desenvolver na rede de transportes, adquirindo mais autocarros, ou miniautocarros, para a rede Pombus. Congratulo-me, Sr. Presidente, que já lhe tinha dito que era importante que um dia chegasse uma rede de transportes eficaz também à Freguesia do Louriçal, sem dúvida um ponto bastante importante para o desenvolvimento, não só do concelho, mas das dez freguesias, que hoje carece, sem dúvida, de uma rede de transportes, até mesmo favorecendo o ensino e as pessoas também mais idosas, que por vezes se deslocam para a vila e para a cidade.

E agradecer, então, que sabemos que não é fácil, ao desenvolver as atividades nas freguesias, e a Câmara, com o seu Orçamento, que estamos atentos, temos vários projetos em desenvolvimento, muito há para fazer, mas nesta reta final de ano, agradecer esse trabalho desenvolvido. Estamos atentos, temos uma equipa a trabalhar, não conseguimos satisfazer toda a gente. O Município, também percebo que pela dimensão do concelho, irá sempre fazer o seu melhor. Uma coisa garanto, que penso que houve aqui anos em que o Louriçal não ficou bem nesta casa, por sempre denegriram a imagem, e não cativar a vontade de fazer. Garanto-lhe que estarei aqui sempre em prol de uma direção construtiva, defendendo a minha freguesia, que foi isso a que me propus, e é isso, com certeza, que os Louriçalenses vão querer.

Dizer também, Sr. Presidente, que defendo aqui e comungo do meu colega Gonçalo Ramos, desta situação, que as pessoas se interrogam daquela possível suinicultura que poderá ser ali construída na Mata Mourisca, e que muito irá prejudicar a Freguesia do Louriçal, porque vai contaminar os efluentes, na qual não geram emprego, e que nós estamos manifestamente em desacordo, e não nos interessa. Sr. Presidente, deixo aqui esse apelo.

Muito obrigado. Um bom natal, um feliz ano para todos.”

Paulo Duarte (Presidente J. F. Redinha, PS):

“Não podia deixar de intervir – e é uma pequena intervenção – só no sentido de parabenizar o Executivo pelo trabalho feito na concessão da Quinta de Santana. Sei que está no Ponto n.º 2.17, mas adianto-me, para conhecimento. E acho que foi um trabalho excelente, muito bem feito por parte do Município, e tenho que dar os parabéns, e congratular-me porque é uma mais valia para a Freguesia da Redinha.

Bom natal a todos, um ótimo ano para todos vós e para as vossas famílias.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Vou também ser muito célere, deixo os outros assuntos para a informação do Presidente, e toco assim só numa informação, e agradecer já ao Município, que nos enviou – a nós, freguesias – hoje uma informação do Gabinete Jurídico relativamente à descentralização de competências.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estamos a finalizar o ano de 2019, era um grande desígnio nacional esta passagem das competências para os Municípios, e depois para as freguesias.

Eu deixo aqui uma preocupação, um alerta, em nome também da minha freguesia, e de outras freguesias – porque vamos estar todos aqui no mesmo bolo – a preocupação basicamente com o financiamento de todas aquelas competências. Eu dou só aqui uma nota, porque é tudo muito bonito em Lisboa, e fazemos políticas e desenvolvermos ferramentas – dou-vos o exemplo das queimas e queimadas, que é excelente os munícipes e os portugueses continuarem a registar o ano todo as queimas e as queimadas, vamos depois perceber como é que essa informação é tratada, e qual é a mais valia que essa informação traz para os Municípios, para os Gabinetes Técnicos Florestais, para o cidadão comum, mas quem é que paga aquele serviço. Ou seja, à data de hoje, o que é que acontece? É que a maioria desse serviço está a ser feito pelas Juntas de Freguesia, pelos funcionários da freguesia, a custo zero para o munícipe, e no fundo, suportado pelas verbas das Juntas de Freguesia, que não têm qualquer cabimento orçamental para aquela função, nem o funcionário está ali para executar aquela função, nem compensação financeira, nem de qualquer outra forma. É um alerta e um apelo que eu faço ao Município, que nestas negociações que terão que haver para 2020 – porque 2019 já concluiu – que tenham em atenção esta questão das freguesias, porque senão somos todos muito proativos, como dizia aqui o meu colega Presidente, mas depois essa proatividade pode dar maus frutos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu começava, talvez, por saudar os Srs. Deputados Municipais que aqui estão pela primeira vez, o Sr. Deputado João Pedro Domingues e a Sra. Deputada Cláudia Caetano, para vos dar as boas-vindas, para agradecer a vossa disponibilidade, e felicitar-vos também porque, de uma forma ou de outra, o concelho enriquece com a diversidade opinativa, com a diferença de opiniões, e com a disponibilidade dos cidadãos para fazerem parte desta Assembleia, sem prejuízo de também poderem estar em casa a ouvir-nos, de forma mais cómoda, e a poderem interromper quando bem entenderem.

Ia começar aqui pelas perguntas, há casos que justificam os meus esclarecimentos, outros foram intervenções diferentes.

E creio que sobre a questão da avocação dos pelouros, que tanto preocupa o Sr. Deputado Pedro Pinto, e vários Srs. Deputados, as razões, vou adiantar aquilo que disse na reunião de Câmara, e que me parece ser suficientemente claro para se perceber: as razões que levam alguém a entregar uma confiança a outra pessoa são isso mesmo, é uma confiança. E isso, cada um tem a sua, cada um avalia com o seu critério, cada um tem a sua paciência, cada um tem a sua exigência, e em função daquilo que deva ser a opção individual, achará se está bem ou se está mal, e deve fazer esta avaliação. Aliás, em bom rigor, como recordava a Dra. Ofélia Moleiro, é a esta Assembleia que compete também fazer esta verificação. E não deixa de ser estranho que aqueles que estão tão preocupados com essa circunstância, aqui tragam tantos assuntos que acham menos bem tratados, precisamente de algumas matérias que estavam nessa delegação de competências. E portanto, faz sentido que a Assembleia pense nestes assuntos, e que pense nestas matérias. E as razões são simples, são exatamente estas.

Sobre a questão da OPA Florestal, antes de mais deixem-me dizer-vos que eu fico reconhecido pela confiança que os senhores depositam nos diversos instrumentos políticos que o PSD e esta Câmara têm criado para este concelho, porque, efetivamente, tem sido essa Bancada e esta Câmara que os tem criado, que os tem pensado e que os tem implementado, porque se ficássemos à espera dessas propostas políticas para resolver estes problemas, vindas de outros lados, nós, de facto, aí perceberíamos onde é que está a inércia, e onde é que está a incapacidade de leitura, do conhecimento, e a capacidade para as poder fazer. Isso é evidente, quando se percebe que o que



MUNICÍPIO DE POMBAL

preocupa é a Feira da Floresta, que fazia parte de uma estratégia de promoção florestal, quando o que preocupa é a OPA Florestal, que fazia parte de uma estratégia de valorização.

Mas, vale a pena olhar para Portugal e perceber, mesmo que possa fazer ali alguma confusão ao Dr. Carlos Lopes, que falou sobre as matérias nacionais, quais são as orientações nacionais para a floresta portuguesa, depois das catástrofes de Pedrógão Grande, e da mortalidade a que nós assistimos. Alguém sabe qual vai ser o resultado da implementação do Plano Regional de Ordenamento Florestal? O critério que estava imputado no PROF do Centro Litoral para a eucaliptização, ou não, que às vezes também preocupa os senhores, depende, era o inventário florestal nacional. E o inventário florestal, o que faz, é precisamente isso, um inventário. E sabem o que é que está no inventário? Estão os prédios licenciados e os não licenciados, está a fotografia do território, com as espécies arvenses. E a CIM de Leiria, por unanimidade, foi a única que votou contra, precisamente por entender que isso era um mau critério. E é um mau critério. E em bom tempo, o Sr. Secretário de Estado entendeu que, efetivamente, devia ficar-se a aguardar essa fotografia para se perceber a estratégia. O Município espera há dois anos pela reflorestação, pelo Plano de Reflorestação das Matas Nacionais – dois anos. Não existe.

Esta é a estratégia, este é o caminho, e esta é a desorganização. Aquilo que nós hoje sentimos em Portugal é que o que interessa é que não morra mais gente, e que não ardam mais casas, não é que se explore e se valorize a floresta, não é que existam planos municipais que possam ser integrados com os nacionais, não é que haja violação do Plano Diretor Municipal pelo ICNF, quando viola em cima do Plano Diretor, e nos introduz modificações substantivas no nosso ordenamento do território. Isto é a realidade, isto é a prática. Mas, quando olhamos – e esta semana tivemos ocasião de olhar – para a avaliação do Tribunal de Contas, que é feita genericamente sobre inquéritos feitos a alguns concelhos, e apenas dois – apenas dois – tiveram relatórios específicos, Pombal e Águeda, se consegue perceber – aliás, esta Assembleia teve ocasião de apreciar há mais de seis meses – que nessa matéria, tirando a circunstância de não haver plano, o Município não foi beliscado. E não foi beliscado por quê? Porque o Município, nos anos em que não teve Plano Municipal de Defesa da Floresta novo aprovado – tinha o antigo – investiu duzentos por cento (200%) mais valor do que aquele que estava previsto nos planos antigos. E esta é que é a realidade, e nós temos que ser objetivos para perceber aquilo que estamos a fazer. Mas, alguns dos senhores foram muito renitentes quando sentiram que, se calhar, o agravamento de IMI dos prédios, quando estavam por limpar, não fazia sentido. E a Câmara tem feito investimentos, que é o próprio Tribunal de Contas – e está aqui o relatório que foi feito, de Pombal, que identifica de forma muito curiosa, no bom sentido para Pombal. E aquilo que hoje o Tribunal vem dizer sobre o equilíbrio do ordenamento do território e as florestas é que aquilo que, por exemplo, Pombal tem vindo a pugnar desde o princípio – aliás, aprovado por unanimidade nesta Assembleia, no seu Plano Diretor Municipal, é que a floresta se deve submeter ao regime do Plano Diretor Municipal, e não o contrário. E portanto, há um conjunto de iniciativas que concorrem para esse grande objetivo, e nós temos vindo gradualmente a procurar fazê-lo.

Hoje, o que o país tem não é a promoção económica da floresta, ou acham que é? É uma proteção rudimentar para se evitar que as coisas ardam, e tudo aquilo que nós vimos é só e precisamente defensivo, não é de promoção. Ora, estas iniciativas são feitas com este propósito. Nós sabíamos – aliás, alguns dos Srs. Deputados disseram-no aqui – que estarmos a impor um hectare como condição mínima para adquirir propriedades no Concelho de Pombal era exigente, que podia dificultar esta operação, porque a dimensão média da propriedade é meio hectare. Algum dos senhores quer propor que reduzamos para meio hectare as aquisições dos prédios? Faz sentido? Faz sentido que o Município o introduza? Eu acho que não faz sentido nenhum,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque a lógica não é essa. A lógica não é essa. Estamos a apreciar os sucessivos decretos, exigências, recomendações que existem sobre as questões florestais? Estamos, estamos a verificar, temos um Secretário de Estado das Florestas novo, temos um Presidente do ICNF novo, continuamos com ações sobre o ICNF, porque não só nos chumbou o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, sem fundamento legal, como nos privou de financiamento comunitário e nacional do Fundo Florestal Permanente para o GTF, para as equipas de sapadores, para a abertura de caminhos, para fazer pontos de água. E limpavam-se caminhos, e fizeram-se pontos de água, e manteve-se a equipa do GTF, e houve mais equipas de sapadores florestais, tudo à custa da Câmara. E nestes anos, custaram mais de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€). Esta foi a política que se seguiu. Esta era uma das iniciativas que aqui estão. Mas, vamos recordá-las: o estudo da Escola Superior das Florestas, o que é que significa? A Feira da Floresta, o que é que procura? Os limites ao fracionamento da propriedade, relativamente àquilo que aqui acontecia, que se fracionava propriedade florestal até à infinitésima parte, e que agora nós proibimos abaixo de um hectare, foi aprovado aqui. O agravamento do IMI aos prédios sem gestão de combustível, os projetos sucessivamente ampliados com as Juntas de Freguesia nas faixas de limpeza, ao longo das vias rodoviárias, que nesta altura são superiores a cento e dez quilómetros, feitos pelas nossas treze freguesias do concelho, os trabalhos de sensibilização. Dr. Carlos Lopes, eu percebo que o senhor já esteja esquecido, este foi o desdobrável da OPA que levou a dezassete deslocações feitas pelo nosso concelho, que começaram em 21 de outubro de 2016, e que acabaram em 28 de abril de 2017. Eu far-lhe-ei chegar a informação detalhada sobre tudo isto.

E portanto, não concordo com a sua observação, Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre o modo simplista – aliás, quando somos avaliados, e esta vantagem de nos submetermos à avaliação tem sempre esta grande virtude, que é percebermos se, efetivamente, a profundidade das coisas que estamos a fazer é, de facto, assim simplista, ou não. Aquilo que eu tenho denotado é que, às vezes, há avaliações que, essas sim, são simplistas. Mas, isso é outra coisa.

Sobre a questão da rede Pombus e o estudo: bem, cá está uma matéria que confirma aquilo que eu acabei de dizer: quem, efetivamente, teve acesso ao estudo, e pelos vistos não percebeu nada do que leu, foi o senhor. E portanto, quando tivermos ocasião de apresentar aquilo que são – não é o número de carros; para se comprar autocarros, só é preciso saber a sua dimensão e o número, o resto é fácil. O que interessa é perceber quais são os roteiros, quais são os horários, quais são os recursos, quais são as necessidades de procura no território, através dos inquéritos. Esse é o trabalho que foi desenvolvido, e é precisamente por isso, com essa profundidade que com que se fazem esses trabalhos, que se evita chamar às coisas aquilo que o senhor disse que era simplista; é precisamente fazendo esses estudos profundos, para chegarem a essas opções.

Posso dizer-lhe que relativamente à sua preocupação com a qualidade ambiental dos veículos, nós vamos usar os veículos ambientalmente mais adequados. Podiam ser elétricos? Podiam, mas eram muito mais caros. E portanto, nesta altura, não vamos ainda tomar essa decisão.

Sobre a questão do CIMU-Sicó, eu sugeria que pudesse, se quisesse, pedir acesso ao processo, perceber o que é que lá vai estar, o que é que é a parte expositiva, o que é a parte de acolhimento, o que é a parte de divulgação da Sicó, onde é que cabe essa maquete, o que é que essa maquete vai ter – aliás, tem essas soluções tecnológicas espalhadas por alguns museus nacionais, sempre com grande interesse. E basicamente, o que nos interessa é apresentar o CIMU-Sicó. CIMU-Sicó é o acrónimo de Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó; significa que ali as pessoas devem conhecer a função da serra, e deve ser um projeto importante para demonstrar de que maneira é que a serra nos ajudou na nossa identidade, porque ali estão os registos de onde há mais anos vivem homens, é no nosso concelho, na Buraca Grande e na Buraca Escura. Ali estão



MUNICÍPIO DE POMBAL

os registos da presença humana e da forma com que o ambiente onde as atividades humanas foram garantindo essa progressão que temos ao longo dos anos. E é isso que nós ali queremos fazer, é demonstrar através dos estudos que são feitos, quer sob o ponto de vista arqueológico, quer sob o ponto de vista da existência da presença humana, esse papel, conjugando-o, evidentemente, com as matérias de turismo da natureza, de formação para essas pessoas, de espaços demonstrativos, de desenvolvimento de conteúdos, de espaço de hotelaria. E portanto, é essa missão genérica que tem um museu.

E portanto, não subscrevo, como calcula, a sua frase de que há aparente má gestão de dinheiros públicos; aliás, este é um projeto que durante muitos anos foi ambicionado por praticamente todos os Partidos. Eu percebo que alguns, entretanto, mudem de opinião.

Dr. João Coucelo, sobre a intervenção política de fundo, eu subscrevo essencialmente as palavras que aqui nos deixou, mesmo que possam a alguns deputados parecer um bocadinho incómodas, o que parece, de facto, que se quer aqui criar é que o país está ótimo, e o concelho está péssimo, e deixem-me dizer-vos com toda a frontalidade: o país não está nada recomendável, e o concelho está muito melhor do que os senhores pensam.

Mas, acho que valha a pena fazer alguma avaliação um bocadinho mais profunda, que foi aquilo que o deputado Aires da Ponte não fez, porque se tivesse feito, por exemplo, na importância do CIMU-Sicó, teria chegado à conclusão de que no programa eleitoral que o senhor andou a distribuir dizia, no campo referente ao turismo, ambiente, espaços verdes e lazer, no Ponto n.º 2, “Desenvolvimento e promoção do programa de atividades do CIMU-Sicó na Redinha”. O senhor andou a distribuir este papel, e portanto, calculo que esteja de acordo com ele, e que não se tenha arrependido de o trazer aqui. E portanto, foi louvável, de facto, a forma exuberante com que mostrou o trabalho que nós temos vindo a fazer – na indústria, ampliando parques industriais; na cultura e no turismo, na requalificação urbana, na educação. Vai-me dizer: “Há coisas que têm problemas”; claro que têm problemas. Mas, o que é que não tem problemas? O que é que nós aqui estaríamos a fazer se essas obras, se esses processos não tivessem problemas burocráticos, operacionais, de recursos, financeiros, de financiamento, e por aí fora? Esse é o trabalho, esse é o nosso trabalho, não é por isso que nós deixamos de fazer as coisas. Agora, há coisas que correm melhor do que outras? Alguém tem nisto uma novidade? Alguém precisou de vir para a Assembleia Municipal para perceber que a vida tem dificuldades, que há coisas que não correm bem, que têm que ser ultrapassadas? Meus amigos, muitos dos senhores são muito mais experientes do que eu, e sabem muito bem que as coisas acontecem assim, e que não se trabalha para isso, não se deseja isso, mas temos que nos levantar todos os dias para os ultrapassar, e não esmorecer por isso.

E por isso, se calhar, às vezes, há circunstâncias que se dizem de forma menos seletiva. O senhor achou oportuno falar sobre ambiente saudável, e eu pergunto-lhe se ambiente saudável é ter uma Bancada que já perdeu metade dos membros na Assembleia Municipal, e já perdeu um vereador. Pergunte lá se isso é saudável. Essa é que é a questão. E portanto, não vamos falar dessas coisas, com saúde ou sem saúde. Olhe, eu acho que tem saúde. Sabe por quê? Porque uma coisa que tem saúde – e estão ali médicos, enfermeiros e clínicos – é um organismo que reage positivamente à adversidade. Isso é uma coisa com saúde; quando eles reagem, é porque têm saúde, mesmo que nós não gostemos dos resultados daquilo que estamos a ver.

Dr. José Gomes Fernandes, eu também gostei daquilo que disse, principalmente porque nos traz sempre, nesta leitura crítica e de reflexão, consciência e realismo, que é uma matéria que parece que é abundante, mas que começa a escassear – deve desaparecer pelas “Gretas” que existem por este mundo fora; deve desaparecer por ali fora. Escasseia; escasseia. E nós, que vivemos no cotidiano, a procurar resolver os problemas às pessoas, não podemos fingir que não sabemos o



MUNICÍPIO DE POMBAL

que é o trabalho na terra, o que são as consequências, o que é o equilíbrio ambiental, o que é a consequência da nossa atividade cotidiana, os riscos que aqui temos. Este concelho tem, desde há trinta anos, ou mais, como objeto dos seus parques industriais uma definição de que não queremos indústrias poluentes. Matéria pacífica, não precisámos que ninguém nos viesse dizer isto, unanimemente. Alguém sentiu que isso algum dia fosse matéria que nos atrasasse? Eu nunca senti, bem antes pelo contrário, acho que isso até nos distinguiu positivamente, e tem-se conseguido demonstrar que, efetivamente, há um caminho a seguir, e é um caminho que nos traz bons resultados. Vide, muito recentemente, os resultados do INE relativamente ao poder de compra. Vamos ver, vamos ver o que aconteceu a Portugal, e ao contrário do que o Dr. Carlos Lopes há pouco aqui dizia, Portugal afasta-se preocupantemente da Europa na média que existe na convergência europeia; preocupantemente. E por mais fantástico que seja o cenário, o que nós temos aqui que perguntar é: se as coisas estão assim tão boas, por que é que todos os dias temos tantas reclamações. Deve ser também tudo inventado pela comunicação social, e os médicos que falam, e as estradas das Meirinhas que têm buracos na Estrada Nacional 1, e a rede de caminhos de ferro que não funciona, e as escolas cheias de pessoas sem terem horários devidos, e professores adequados, e sem auxiliares – é tudo fantasia, é tudo a brincar, nada disto existe, é tudo fabricado para prejudicar o Governo. São as dificuldades de quem gere, da racionalidade dos meios, de termos que escolher e tomar partidos. Não podemos é ter sol na eira e chuva no nabal, mesmo que a “geringonça” fosse para aí.

Dra. Ofélia, de facto, deve-lhe ter escapado alguma informação naquela que reuniu sobre a distribuição dos pelouros. Não houve redistribuição nenhuma; o Presidente da Câmara tem os pelouros todos. Portanto, não fique preocupada.

Agora, há uma coisa sobre a sua pergunta, sobre a estabilidade governativa, que eu talvez lha possa devolver, porque a senhora, tendo sido vereadora, talvez me possa também ajudar a perceber. Algum dia se sentiu condicionada na sua fidelidade a um projeto político, só votar nele porque estava a tempo inteiro? Eu não creio que a senhora pensasse dessa maneira, nem eu creio que nenhum dos vereadores desta casa o pense dessa maneira. E portanto, repare uma coisa, se um qualquer cidadão entende alterar o seu sentido de voto de um projeto político que subscreveu, que deu a cara, que integrou, e que está a ser cumprido, e que, repare, eu tenho a coleção toda – não tenho só esta, também tenho esta, também tenho do PS, tenho a coleção toda, como calcula. Se as pessoas entenderem que devem modificar a sua posição de voto para concretizar aquilo que estava nos programas eleitorais, estamos a falar com a maior democracia do mundo, são todos livres de o fazer. Todos livres de o fazer. E portanto, essas são as regras do jogo. Como calcula, não é o Presidente da Câmara que fica prejudicado. E portanto, não creio que essa linha tão simplificada de reação, que é: “Eu agora não tenho pelouros, vou votar contra”, pronto, se a senhora acha que nos seus conhecimentos tem alguém que se comporta dessa maneira, olhe, eu lamento imenso. Eu lamento imenso. Eu não espero isso, mas se tiver que acontecer, acontecerá. Cada um é portador da sua consciência, e não tenho dúvida nenhuma de que essa estabilidade não fica em perigo. Aliás, se isso fosse verdade, se calhar trinta ou quarenta Municípios deste país eram ingovernáveis, porque há muitos Presidentes de Câmara que não ganharam com maioria, e isso não é verdade, porque, felizmente, temos muitas pessoas que são capazes de perceber o que é que é o interesse da Oposição, e o que é o interesse do Município. E o interesse do Município normalmente – e no PSD sempre se disse, o interesse do país, e eu aqui adequo para o Município, está acima do interesse do PSD, seja quem for que o dirija; está acima o país. E as pessoas têm que ser capazes de tomar essas decisões, pondo o interesse do concelho acima de tudo. Acima de tudo. E está a olhar e a ouvir uma pessoa que quando teve, em Governos do PSD, que se determinar na defesa daquilo que nos interessava, e que nos prejudicava, em função



MUNICÍPIO DE POMBAL

das opções políticas que tinham sido tomadas pelo Governo, não teve pejo nenhum em fazê-lo – na saúde e nas florestas, por exemplo – e já lá vamos à saúde, por aquilo que aqui se falou. Portanto, estou muito descansado sobre este assunto.

Sr. Deputado João Pedro Domingues, eu creio que foi candidato à Junta do Louriçal, e que perdeu. Tenho ideia que foi. E portanto, estranho, estranho que possa, depois do processo eleitoral, vir dizer que não é esta política que os Louriçalenses querem. Os Louriçalenses estão a avaliar as opções políticas que tomaram. É assim que se faz na democracia. Eu percebo que o modelo inspirativo do Governo político do Bloco de Esquerda seja “se não for como eu quero, não pode ser de outra maneira”. Eu percebo isso; aliás, percebemos esses tiques que existem, e que demonstram bem as características democráticas com que o Bloco pretende fazer a sua atuação.

Deixe-me corrigi-lo, porque o Parque Industrial do Louriçal não custou um milhão de euros (1.000.000€), custou quatrocentos e cinquenta mil (450.000€), e que o Município de Pombal comprou terrenos, de que é proprietário, e não abdica deles. Não abdica deles. E portanto, se o senhor tem condições para dizer que construiu em terrenos alheios, eu estranho que a obra não tivesse sido embargada em tempo. E portanto, vale a pena nós estarmos bastante mais clarificados e esclarecidos sobre aquilo que estamos a dizer, para depois não trazermos entropias e ruído para as discussões que, de facto, não são verdadeiras, e que, portanto, contaminam uma discussão séria como aquela que nós aqui queremos fazer.

O que é sério é percebermos que no tempo em que o Governo Português era apoiado pelo seu Partido, a banca saiu do Louriçal, o banco público saiu do Louriçal. Isso é que é verdade. Pode custar-lhe muito, pode custar-lhe pouco, até pode achar que a banca não deveria existir no Louriçal, mas o que é certo é que foi isso que aconteceu. E foi também nesse período que o Louriçal foi francamente prejudicado pelos cortes nos contratos de associação. E isso, o senhor pode vir dizer que os parques industriais deviam atrair mais gente, que devia acontecer isto, devia acontecer aquilo, pode pôr as suposições todas que bem entender; o que não vai aqui encontrar é conforto para abandono do território e desinvestimento. Aqui não vai encontrar, porque nós temos que reagir àqueles precisamente que o senhor condena, e que fazem isso – que fazem isso – e que eu percebo que localmente tenha dificuldade em percebê-lo; até eu tenho, principalmente quando depois temos os mesmos bancos públicos a virem orgulhosamente dizer que tiveram trezentos (300.000.000€) ou quatrocentos milhões de euros (400.000.000€) de resultados positivos. Tenho a certeza absoluta que se não tivessem fechado no Louriçal, não seriam tão felizes. Felizmente que fechando no Louriçal, eles conseguiram ter um resultado líquido tão bom como aquele que nos apresentaram. Eu não concordo com nada disso. Não quero saber se é do PSD, se é do PS, é o que for, não concordo, porque essa riqueza é produzida cá. É produzida cá, e nós temos esse direito, como têm os outros territórios todos. E aqui é que é preciso dizer de que lado é que estamos; não é só dizer de que lado é que eu não estou, é de que lado é que estou. E eu aqui não tenho dívida nenhuma de qual é o lado onde estou, não escolho em função da camisola que visto, ou se sou daquele Partido, ou se estou naquela ou na outra posição. E portanto, é bom que falemos claramente sobre estes assuntos.

Sr. Deputado Felismino Carreira, deixe-me dizer-lhe que já obtivemos o parecer favorável das Estradas de Portugal sobre a Estrada 109. O que estava previsto era uma intervenção congénere à da Guia, e portanto, cerca de dois quilómetros de via entre a zona do Café Dino, do Cabeço, até à rotunda dos Vieirinhos. E portanto, teremos depois que passar à fase seguinte, não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Percebemos a sua preocupação, e registamo-la, evidentemente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dr. Carlos Lopes, voltando à questão da OPA Florestal, já lhe mostrei aqui o desdobrável, se quiser posso também oferecê-lo para juntar à sua coleção de memórias. Trarei depois aqui o relatório – aliás, enviarei para o Sr. Deputado que pediu sobre quanto é que custou estas impressões, deslocações, e por aí fora, sobre toda esta operação. E repare, eu não fico muito preocupado, ou muito triste, porque nós construímos uma ideia, queremos desenvolvê-la, e ela não corre bem à primeira vez. Ponto n.º 1, desistir à primeira é muito fraquinho – e pelos vistos, o senhor já desistiu. Eu não desisti. E não desisti porque o senhor tem razões para acreditar que o país não merece, e se calhar tem razão, mas eu acredito que o nosso país merece. Merece. E portanto, temos de puxar pela cabeça. E puxar pela cabeça é pormos, de facto, à disposição dos outros aquilo que pensamos, aquilo que acreditamos, tendo exigência e tendo equidade. E há uma coisa que nesta Assembleia os senhores não podem dizer, porque nunca o disseram e não o vão dizer agora: é que esta proposta era desequilibrada, ou era injusta, ou não servia para coisa nenhuma, porque ela veio aqui e foi discutida precisamente porque fazia algum sentido. E portanto, repare: uma pessoa como eu, que pensou nela, e achou que podia ser uma boa solução, também não fica muito contente, mas não desarmo. Não desarmo. Repare, se os cidadãos optam por não vender, eu entendo que os devo respeitar. Mas, deixe-me dizer-lhe aquilo que eu penso – e que disse, aliás, aos Srs. Deputados nas Comissões Parlamentares, depois de terem ardido em Pedrógão Grande e as Matas Nacionais: há uma altura em que o Estado tem que pensar qual é o valor superior que deve proteger, se é a integridade física das pessoas, ou é o direito ao seu património. E essa condição, que na Constituição de 1976 não era tão inequívoca, hoje é. E sabe por que é que é? Porque morrem pessoas pelo desleixo das outras – porque morrem pessoas pelo desleixo das outras. E o Estado deve garantir aos cidadãos a proteção da sua integridade. E o propósito que estava subjacente a isso tinha muito a ver com isto, com aquilo que são as expansões. E tínhamos razão. E sabe por que é que eu lhe digo que tínhamos razão? Porque depois de a OPA ter sido criada, nesta altura, é que o senhor teve, em 2017, condições na Lei que lhe determinam que nos perímetros urbanos, a densidade florestal é muito mais baixa do que aquela que existia até à data, onde o senhor podia ter mil árvores por hectare, e hoje não pode ter, até cem metros dos edifícios, árvores a menos de cinquenta metros dos edifícios, não pode ter árvores a menos de dez metros das copas, entre elas, nomeadamente pinheiros e eucaliptos. E isto ia significar que os cidadãos iam beneficiar de uma valorização do seu património, que hoje, se formos rigorosos na implementação da Lei, leva a que as pessoas tenham que limpar à volta dos perímetros urbanos, dos seiscentos e cinquenta perímetros urbanos que tem o Concelho de Pombal, toda a floresta, perdendo a capacidade, não sendo remunerados, e não têm rendimento nenhum no futuro, que isto possa acontecer. E foi isto que nós, antes do tempo, vimos. E hoje, se essa regra for aplicada, o que vamos ter são os cidadãos a cortarem, a deixarem de ter património interessante, porque nem sequer têm o rendimento florestal, vamos tê-los a olharem uns para os outros e a dizer assim: “O que é que nós andamos aqui a fazer? Para que é que isto serve?” E são estas incongruências – incongruências – das políticas simplistas – como dizia ali o Sr. Deputado sobre as do Município – que dizem: Pronto, ficamos todos muito aliviados, porque decidimos que já não vai haver aqui floresta à volta de nossa casa. E os desgraçados todos, que são os que têm propriedades florestais, deixam de ter o rendimento, porque o Estado limpa as mãozinhas sobre este assunto. Acha isto razoável? Acha isto política? Nós podemos pensar que esta é a solução radical na aflição; na aflição, ela pode surgir. Como política de desenvolvimento e de potenciação florestal de um país como o nosso? Tenham paciência; tenham paciência, não o é, seguramente. E tanto não é, que basta ver o que é que está a acontecer. Nós tínhamos, no nosso Plano Diretor Municipal, que queríamos uma floresta vivida, participada, humanizada. O Governo quer uma floresta que não tenha lá ninguém. E o que é que acontece a um espaço que



MUNICÍPIO DE POMBAL

não tem vivência humana? É abandonado, é evidente que é abandonado. E isto nós temos em quatrocentos e cinquenta quilómetros quadrados dos nossos seiscentos e vinte e seis, foi o que nos decretaram, e em alguns casos, licenciaram-nos ocupações florestais violando o próprio Plano Diretor Municipal, que foram já todas mandadas para o Ministério Público para serem apuradas, porque está mal, não é assim que as coisas devem ser feitas. E portanto, vale a pena nós pensarmos nisso.

Feira da Floresta, é evidente que é para reiterar; é um investimento municipal que vamos fazer em 2020 – como, aliás, está definido. Mas, como lhe digo, fico satisfeito por verificar que os senhores identificam nestas soluções municipais boas oportunidades, boas ideias para desenvolvermos nestas áreas matérias que nos são relevantes, como o caso da floresta. Fico satisfeito; fico satisfeito, e espero que os senhores nos tragam outras boas ideias, isso é que eu espero que possa ser trazido.

E portanto, agradeço as palavras da Dra. Nicolle Lourenço sobre a Feira do Artesanato, as várias atividades visionadas, e portanto, esta participação da cultura.

Sr. Deputado Manuel da Mariana, deixe-me dizer-lhe que no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, uma das áreas que vamos trabalhar vai ser precisamente a questão da violência doméstica, e estamos a reunir dados precisamente dos vários organismos que as trabalham.

Agradeço as palavras também do Sr. Deputado Manuel António sobre as questões da educação, este conjunto de investimentos. Ou seja, às vezes temos aqui deputados que veem o copo mais cheio do que os outros, mas isso também faz parte da situação.

E a Dra. Elisabete Alves, que nos veio aqui dizer que houve encerramento de salas: Sra. Deputada, não houve encerramento de salas, a não ser que a senhora entenda, porque se inspira no sistema de saúde português, que as casas de banho são sítios onde se dão aulas, como são sítios onde às vezes estão macas. Não são. Houve uma casa de banho que ficou interditada, e houve condicionamento do uso de um corredor. Não correu bem a empreitada? É evidente que não correu, não correu bem. Estamos a fazer os trabalhos, está a ser removida toda a cobertura, todas as telas vão ser postas todas de novo, e queremos que este processo fique definitivamente concluído.

Agora, não vale a pena – eu percebo o esforço, e que isto seja, de facto, um fator de incómodo para todos, e que nós digamos todos – eu, à cabeça – que isto não devia acontecer. Isto não devia acontecer; ninguém tem dúvida. Agora, não podemos achar que é o fim do mundo porque acontece, porque num concelho que tem oito mil alunos no pré-escolar, no 1.º ciclo, no 2.º, 3.º e secundário, estamos a falar de uma situação em concreto. Eu não a vi tão indignada com o amianto que ainda está na Escola Gualdim Pais, há vinte e cinco anos. Nunca a vi indignada, talvez porque o Partido Socialista tenha governado – nestes vinte e cinco anos, governou dezoito. Talvez por isso o seu silêncio seja tão ensurdecedor. Mas, isso é que vale a pena; isso é que vale a pena nós pensarmos. E portanto, aqui estamos a falar de uma coisa que, afinal, é só água. Não devia acontecer? Tem toda a razão, as coisas não deviam ter acontecido desta maneira, mas não podemos fazer aqui estas dramatizações, como se fizeram, às vezes até querendo criar aqui movimentos, que eu percebo a indignação, percebo a indignação e acompanho todos aqueles que são prejudicados, desde as crianças, que são as primeiras, às pessoas que lá trabalham todos os dias, aos Srs. Professores, aos educadores, aos pais que têm essa preocupação. Mas, vamos tratar destas coisas como elas podem ser tratadas, não vamos pôr as coisas com essa dimensão tão catastrófica, porque se assim fosse, eu também não vi a senhora muito indignada com o buracão que está nas Meirinhas, com carros que lá rebentaram pneus durante toda esta semana, que eu, às oito e meia da manhã, fez segunda-feira oito dias, pedi aos serviços da Câmara que fossem sinalizar na Estrada Nacional n.º 1.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, estas indignações, inversamente proporcionais à dimensão das coisas, mas muito ligadas às entidades que têm responsabilidades, é que eu acho curiosas. Mas, repare, eu acho que os cidadãos também já perceberam isto há muito tempo, e sabem muito bem do que é que estamos aqui a falar.

E por isso, percebendo que às vezes vale a pena pintar as coisas assim de preto, e ser uma coisa muito dramática, é sempre um conforto ouvir as palavras sábias da Dra. Conceição Anastácio. Pronto, ficamos logo bastante mais tranquilos, e ganhamos logo aqui alento.”

Sra. Presidente da Junta de Vila Cã, não conhecia a matéria, mas tenho a certeza que agora aqui com o pedido que farei, em direto, ao Dr. Carlos Lopes, amanhã isto está resolvido. Amanhã isto está resolvido, de certeza absoluta. O Dr. Carlos Lopes, que tem solução para o problema dos médicos, não há problema nenhum, temos imensos recursos, de certeza que segunda-feira lá teremos um médico em Vila Cã, a Dra. Lília pode reformar-se à vontade, e nós ficamos com o processo resolvido. E portanto, temos que o fazer. Evidentemente, sem prejuízo do esforço do Dr. Carlos Lopes, farei chegar ao Sr. Presidente do ACES, porque, reparem, essa faz parte da política – aliás, quem olhou, quem ouviu, e nós aqui já discutimos os termos em que as UCSP's foram criadas, do Sicó e do Vale do Arunca, já percebeu tudo: os Municípios não são achados nem vistos em coisa nenhuma, e isso é que está mal, meus amigos. Mas, nós teremos ocasião para discutir este assunto.

Sr. Deputado Pedro Pimpão, muito obrigado pelas palavras também, pela leitura transversal dos assuntos, não só do concelho, mas de investimentos aqui na freguesia.

E aos Srs. Presidentes do Louriçal e da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, sobre a questão da pecuária: o promotor já reuniu com o Sr. Vereador. Como sabem, estas matérias não são discutidas exclusivamente porque politicamente se veta ou não veta; as intenções de indeferimento precisam de razões de direito e de facto, têm que ser remetidas para as entidades, vamos cumprir todo esse mecanismo. Aquilo que eu vos posso dizer, agora, à frente de todos, como já tive ocasião de vos dizer na última vez que abordámos este assunto, também, julgo eu, na ocasião de uma Assembleia Municipal, é que nós vamos procurar compatibilizar, se for compatibilizável, a convivência humana, a que nós damos prioridade, sobre a convivência animal. Nós não temos dúvidas de que governamos para as pessoas; não governo para porcos, nem para cães, nem para gatos. Nós governamos para as pessoas. E portanto, na justa medida em que possa haver esse prejuízo, e que essa compatibilidade seja comprometida, é a essa razão que eu, de forma inequívoca, deitarei mão. Foi isso que sempre nós aqui fizemos, e é aquilo que teremos que fazer. Nós precisamos das atividades, não vamos agora dizer que já ninguém mais come carne de porco, nem carne de vaca, não se come coisa nenhuma, cada um vai comer ervas ou urtigas, com certeza – quem quiser experimentar, faça favor; é uma democracia, e portanto, usem os prados que para aí estão, mas nós aqui temos que ter esta leitura, e eu sou sensível aos argumentos, mas, como calculam, este processo tem que ser tratado também com os preceitos legais ajustados. E portanto, conheço os vossos argumentos, e trabalharemos precisamente neste sentido.

Para terminar, Sr. Deputado Paulo Duarte, muito obrigado. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Redinha foi uma das pessoas que acompanhou, de facto, muitas das iniciativas de visita, sensibilização, explicação, apresentação e promoção da Quinta de Santana. E portanto, independentemente de ter sido eleito nas listas do Partido Socialista, mas principalmente por ser Presidente da Junta da Redinha, que respeito por representar todos os Redinhenses, tenho um apreço especial nas palavras que me dirigiu, porque isso mostra, de facto, que este foi um trabalho que se quis fazer de forma séria, para correr bem à primeira – que não é a primeira, já é a terceira, porque este assunto já veio três vezes à Assembleia Municipal, hoje será a terceira,



MUNICÍPIO DE POMBAL

se os senhores deliberarem aprová-lo, para finalmente podermos ter um projeto que queremos, pese embora os anos que já decorreram desde a primeira.

Sr. Deputado Humberto Lopes, sobre as sugestões, evidentemente essa é uma longa discussão, onde eu vou animado, mas não estou à espera, sinceramente, que seja essa discussão que possa criar mais condições financeiras para o trabalho que temos que fazer. E portanto, temos que ser nós, em conjunto, nas negociações que já fizemos, nomeadamente na descentralização das treze competências da Lei n.º 50, para as freguesias, que vamos ter que nos entender, e perceber, de facto, se há competências que devem continuar no foro municipal, porque são tão pouco interessantes, que os senhores têm mais que fazer do que aquilo, porque pode haver meses e meses em que não têm uma licença daquelas, e nós temos as questões montadas. E portanto, faremos isso nas próximas rondas negociais, porque o que tínhamos previsto era que no primeiro trimestre de 2020 tínhamos as competências fechadas para entrarem em vigor no ano de 2021. Estamos a trabalhar para isso, e acho que vamos concluir.”

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra antes, ou espera? Então, vamos às inscrições. Quem é que se inscreve neste ponto? Neste momento, tenho quatro inscrições.

Sr. Deputado João Coucelo, pode usar da palavra, se faz favor.

João Coucelo (PPD/PSD):

Eu vou só abordar aqui uma questão, que tem a ver com a pág. 52, uma informação sobre o CIMU-Sicó, e quero desde já manifestar aqui que, sobre esta matéria, eu tenho que confessar a esta Assembleia o facto de me sentir de alguma forma algo tocado por uma afirmação feita pela Sra. Dra. Odete Alves, aquando da adjudicação de um projeto que tem a ver com a maquete de disposição, informática, que é da autoria do meu irmão – e portanto, manifesto aqui esse conflito de interesses, que não há – porque referiu que era um preço elevado, irmão de um ex-Vereador da Câmara e membro da Assembleia Municipal – isso veio escrito no jornal. Eu queria dizer que não fico zangado consigo, mas, pronto, isso veio no jornal, presumo que foi dito, eu não assisti às reuniões de Câmara porque, na altura, ainda estava a trabalhar.

E queria dizer, também para responder aqui ao meu colega do CDS, o seguinte: o CIMU-Sicó, como o Sr. Presidente já referiu, tem essas iniciais que designam um Centro de Interpretação, de uma área que é o maciço da Sicó, com toda a sua história e com todo o seu potencial de turismo de natureza. Quando foi feito – e isto é só para tentar esclarecer, que eu concordo que as pessoas não estejam muito a favor do projeto de arquitetura que lá está implementado, gostos não se discutem, o que interessa são as funcionalidades, naturalmente, e essas já foram explicitadas neste último concurso, sobre o que é que se pretendia daquele espaço. E naquele espaço é para ser instalada essa tal maquete 3D, que eu gostava, para sair em socorro e para esclarecimento dos deputados municipais aqui presentes, de dizer que ela foi feita por um engenheiro chamado Carlos Coucelo, que foi um dos cinco peritos que fez o sistema nacional de informação geográfica deste país, em 1986, foi membro do Centro Nacional de Informação Geográfica, assistente do técnico, é um expert da Ordem dos Engenheiros em engenharia geomática, é um homem que fez os vários sistemas semelhantes, na Serra da Estrela, nas Pedras Parideiras, no Geoparque de Arouca, em Castro Marim, no Monte da Lua - que é considerado o principal resort



MUNICÍPIO DE POMBAL

de natureza da Europa, e que ganhou por cinco anos consecutivos o prémio mundial, e o que lá está feito foi feito pelo Eng.º Carlos Coucelo -, entre muitas outras obras. Aliás, o Eng.º Almeida Santos, que trabalhou aqui nesta Câmara como arquiteto paisagista, lembra-se perfeitamente de quando o meu irmão fez o estudo para a Serra da Estrela, e lá está também o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, feito por ele, entre muitas outras obras. Também fez para Oslo, para a Noruega, também fez quando eles se sentiram atrapalhados, e não conseguiam resolver o problema, chamaram-no. O Eng.º Carlos Coucelo é um técnico que trabalhou para o Eurostat, que trabalhou para a Agência Espacial Europeia, precisamente nestes sistemas de informação, para coordenar sistemas de informação europeus, para falarem uma linguagem única, e para terem também algumas tecnologias destas disponíveis para apreciação em cada um dos países, de uma forma coordenada, em sintonia uns com os outros.

Eu tenho muito prazer em oferecer à Dra. Odete o currículo do meu irmão, e gostava de lhe dizer, se o preço é alto, ou se acham alto, é porque o que se está a pagar é inteligência. Não se está a pagar computadores só, está-se a pagar inteligência, está-se a pagar quem sabe fazer, e quem é, de toda a Europa, o perito português que participou no projeto Inspire do Eurostat, e com a colaboração da Agência Espacial Europeia, todos os países tiveram faculdades, engenheiros, e que em Portugal só há Carlos Coucelo, engenharia geomática. Portanto, eu queria dizer-lhe que, pelo menos, temos a garantia de que o que lá for feito nesta matéria, vai ser útil e vai ser desfrutado pelos cidadãos Pombalenses, e por todos aqueles que nos visitarem. Eu tenho muito orgulho nisso, é meu irmão, em trinta e tal anos que estou na Câmara, é a primeira vez, tirando o meu saudoso irmão, como membro da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, que tantos contributos deu aqui, ter uma pessoa da minha família que finalmente faz um projeto para a Câmara de Pombal, a par das muitas outras Câmaras para onde já fez projetos desta matéria.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sobre as informações do Presidente, tenho aqui alguns apontamentos a fazer, não sem antes lhe dizer, acerca das questões que lhe coloquei no período de antes da ordem do dia, que lamento imenso, mas não obtive resposta conclusiva a nenhuma das minhas perguntas.

Avançando, queria só dar nota de que este ponto vem acompanhado de um parecer, neste caso, que resulta de uma reunião do Conselho Municipal da Juventude, que refere, na sua votação, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor, e três abstenções. É de bom tom, e acho que devemos aos Pombalenses, neste caso em concreto, a exigência de que, para memória futura, se saiba, efetivamente, quem é que votou a favor, e quem é que se absteve, e quem votou contra. Portanto, eu pedia que, quando se juntassem determinado tipo de elementos à Assembleia Municipal, que, de facto, fosse garantida essa informação, porque eu não sei quem é que se absteve, não sei quem é que votou a favor, e daqui a cinco anos, quem ler este documento também não saberá, e não deixa de ser uma falha na informação que é prestada.

Relativamente às informações, o documento é extenso. No entanto, surgiram-me aqui duas dúvidas, nomeadamente uma delas relacionada com a Proteção Civil. É público que o Município contratou uma empresa externa para fazer o ataque da vespa velutina. Contudo, nesta informação nada diz em relação ao número de ninhos existentes, eliminados, por eliminar. E portanto, acho que seria interessante juntarmos quantitativamente esse tipo de informação, para também percebermos qual é a dimensão, e podermos também perceber se o preço que foi adjudicado para o serviço é, de facto, compatível com aquilo que está por fazer.

Ainda noutra rubrica, neste caso da unidade jurídica, percebe-se que existe um aumento significativo de casos de litígio com o Município. Enfim, nada que nos surpreenda, já vimos aqui, infelizmente, já neste mandato, alguns casos, que não é aconselhável falarmos neles, porque, efetivamente, não concorrem para o nosso orgulho enquanto Pombalenses. Mas, também aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

não há nenhum detalhe claro sobre os processos existentes, quais foram as razões para eles terem surgido, quais são as divergências, que previsão de tempo têm para serem solucionados, e quais os custos que trarão para o Município.

E para já, fico-me por aqui.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

Sr. Presidente, é com bom agrado que vejo que o viaduto Eng.º Guilherme Santos consta do PPI. Gostava de frisar que este viaduto, e toda a sua extensão entre rotundas, deve ter caráter de urgência, visto que a cidade precisa urgentemente de uma entrada digna, a sul, à semelhança do que aconteceu a norte da cidade com a rotunda e todos os acessos à cidade.

Sr. Presidente, a população da Ilha tem algumas situações que são urgentes resolver, a falta da rede móvel na Ilha e nos lugares confinantes. Já foi aqui dito que no Carriço, a Freguesia do Carriço também tinha essa dificuldade, e com grande dedicação do Presidente de Junta, em articulação com o Município, está resolvido, ou praticamente – se não está resolvido, há de ficar resolvido a curto prazo. Por isso, as pessoas da Ilha também gostavam de ter essa solução resolvida. E por isso, o que lhe apelo é que o Município possa intervir mais uma vez neste assunto junto das operadoras, para que em 2020 todos os Ilhenses também possam ter um serviço de rede móvel condigno.

E, Sr. Presidente, ponto de situação do saneamento na Ilha, a ligação à conduta Lourical – Carnide. Visto que estamos no final do ano, e no final do ano seria previsível a ligação, o ponto de situação. E reforço também que na Ilha existem lugares que não estão inseridos nesta ligação, assim como nos Helenos, Água Formosa, Ilha, mais conhecido ali junto ao Caseiro, entre muitos outros. Seria bom que, a curto prazo, o Município pudesse avançar na resolução destas necessidades na Ilha e nos lugares confinantes.

Aproveito para desejar boas festas a todos os presentes e a todos os Pombalenses.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu trago aqui um ponto, e um agradecimento público, em nome da Freguesia de Almagreira, à Câmara Municipal.

No dia 13 de outubro foi inaugurado o Museu Etnográfico de Almagreira, uma obra que nasceu do empenho da população, e inclusivamente do próprio Grupo Folclórico e Etnográfico, que este ano faz trinta anos. Ou seja, foi basicamente uma prenda que aquelas pessoas mereciam há muitos anos. O museu foi inaugurado há vinte anos, na antiga Escola Primária de Almagreira, numa sala, já na altura era pequeno, e passados vinte anos – e quem puder e quiser, e eu faço questão de convidar, com todo o gosto, para visitar o Museu Etnográfico de Almagreira, que é um museu não só da Freguesia de Almagreira, mas de todo o Concelho de Pombal. É um museu que mostra aqui dois aspetos fundamentais: além de dignificar a cultura dos nossos antepassados, também dignifica o património municipal. Ou seja, o museu foi edificado por cerca de sessenta mil euros (60.000€), numa antiga escola, antiga pré-primária de Almagreira, no fundo sinónimo que demonstra muito bem aqui a política que tem sido seguida pelo Município, há muitos anos atrás, de não alienação dos edifícios das escolas primárias e o seu reaproveitamento. E este é um caso que eu considero muito bem feito, a todos os níveis, quer de conteúdo, quer da própria envolvência. No fundo, isto só é possível graças às pessoas do rancho – posso também referir a Maria Estrela como a responsável por toda aquela equipa, que durante estes vinte anos não desistiram de uma ideia, de um projeto, e como dizia o Presidente há bocadinho, e bem, não é na primeira dificuldade que vamos desistir, e não é no primeiro contratempo que vamos abandonar aquele projeto. Foram vinte anos de luta, e graças a essa luta, temos ali, para Almagreira, para o concelho e para o país, um espaço digno de se ver.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O apelo que eu faço, e o desafio, é que aquele museu passe a ser um museu vivo. É o desafio que tenho lançado à Direção do museu, ao Grupo Folclórico e Etnográfico, para que, no fundo, aproveite aquela mais valia para que, no futuro, além de ser um repositório, seja uma forma de as nossas crianças e a geração futura consigam perceber como é que o país foi formado, e como é que o país cresceu.

E uma nota também para uma pessoa, que não é do nosso concelho, mas que, no fundo, foi um dos pais do Grupo Folclórico, o Sr. Salvador Félix. Também quero dizer aqui publicamente, acompanhou o rancho trinta e um anos. A pessoa faleceu recentemente, era o ensaiador do rancho, é natural da Vila de Pereira, mas, como ele dizia, tinha Almagreira no seu coração. E eu pude participar em muitas dessas atuações, por muitos países, não só em Portugal, mas que levava o nome de Pombal, e o nome da nossa freguesia no seu coração e no seu sorriso. E por ele, também queria deixar esta nota, em nome da freguesia, ao Sr. Salvador, porque, sem dúvida, as instituições são feitas de pessoas, e são essas pessoas que dão a cara, porque sem elas não tínhamos esta mais valia, não tínhamos este projeto.

Uma nota final, uma preocupação que eu tenho na freguesia, para a questão das vespas, noutra sentido – ou seja, as freguesias, mais uma vez, têm sido um parceiro fundamental do Município na deteção e no alerta, nesta questão da vespa asiática, que assola principalmente os apicultores – temos aqui um Presidente de Junta que é apicultor, e sente na pele este problema da célebre vespa asiática. Ele tem dado conta do recado na Pelariga, mas outras freguesias não têm a apetência que o Nelson tem. E, no fundo, o apelo que eu faço, e este repto ao Município, é que nós fazemos o reporte ao Município de todas as situações que detetamos e que também vão chegando ao nosso conhecimento, mas que depois nos deem um feedback. Para quê? Para quando o munícipe chega outra vez à Junta a perguntar: “O ninho continua lá? Aquilo é perigoso? Não é perigoso?”, e nós não temos, muitas vezes, a resposta no imediato, para sabermos se o ninho que já foi identificado já foi tratado. É esse o alerta que eu faço aos serviços, porque eu sinto que tem sido um trabalho muito complicado, atendendo aos recursos que o Município tem neste momento, mas é um apelo que eu faço uma vez mais.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, era para ter tomado a palavra há pouco, no período de antes da ordem do dia, mas como aqui também nas informações dadas pelo Presidente se fala no processo eleitoral, fazer aqui só uma nota – a Bancada do PSD, numa próxima oportunidade, fará isto de outra forma, mas dar nota do seguinte: o nosso ex-deputado, Pedro Pimpão, dar nota de que neste momento foi terminado o mandato dele, e penso que Pombal se associará ao sentimento que a Bancada do PSD tem, de que os serviços prestados pelo Pedro Pimpão, enquanto Pombalense, à nação e a Pombal, esse serviço merece uma nota muito positiva. Pena é que não tenha sido possível repetir essa indicação e essa eleição, porque por mérito próprio deveria ter sido, mas fazer esse reparo, e numa próxima oportunidade, numa próxima Assembleia, faremos um outro apontamento. Mas, dar nota disso, porque tinha pensado em fazê-lo no período de antes da ordem do dia, que terminou assim abruptamente, e peço desculpa por esse momento.

Por isso, dar esse ênfase e esse destaque a um Pombalense que soube também prestar um serviço a Pombal e ao país.

Tenho dito.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sobre as questões que me foram dirigidas, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu creio que, relativamente à referência que fez à votação do Conselho Municipal da Juventude, eu creio que se deveria querer referir, não ao Ponto n.º 2.1, Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara, mas sim à votação sobre o parecer sobre a proposta da Câmara para o Orçamento e



MUNICÍPIO DE POMBAL

Grandes Opções do Plano – isto é dos Pontos n.º 2.4 e 2.5, não será neste ponto. Calculo, se foi isto, não conheço outro parecer que tenha sido votado.

Sobre a questão das vespas velutinas, esta matéria foi pelo menos duas vezes abordada na Câmara, eu tive ocasião, na última vez, que foi no princípio do mês de novembro, de distribuir o relatório de monitorização que tínhamos, à data de 24 de outubro. É o que eu tenho aqui, há outro posterior a este. Na ocasião, estávamos a fazer uma contratação externa para aumentar a capacidade de intervenção; entretanto, capacitámos também os nossos bombeiros para poderem, connosco e com esta equipa, fazer esta intervenção. E portanto, faz sentido, conjugando esta observação com aquilo que o Sr. Presidente da Junta de Almagreira referiu, enviar aos Srs. Presidentes de Junta, porque nós temos feito uma caracterização por freguesia, em que temos o número de pedidos que nos foram dirigidos, o número de ninhos que estão intervencionados, os ninhos por intervencionar, as situações em que não é aplicável, aqueles casos em que são inacessíveis, ou os casos em que estão por localizar, porque também temos alguns. E portanto, farei chegar essa informação, agradecendo esta colaboração que existe.

O Sr. Deputado Pedro Pinto faz também referência aqui às questões de litígio do Município de Pombal, e consegue, nestas páginas que aqui estão – julgo que a partir da 125, se a memória não me falha – tirar uma conclusão extraordinária, que eu não consigo, e pedia-lhe que talvez me pudesse ajudar a perceber como é que o senhor chegou à conclusão de que há um aumento dessa litigância. É que eu não consigo perceber como é que o senhor, nesta informação que aqui está, consegue tirar esta conclusão. Deixe-me, aliás, dizer que se há matéria em que eu tenho tido muita preocupação, e me orgulho bestialmente dos resultados deste Município, é da litigância com o Município de Pombal. Os senhores têm uma ideia de quantos processos anualmente são apresentados contra o Município, que tem trinta mil utilizadores da água, tem mil e seiscentos quilómetros de rede viária, tem milhares de situações que podem ser conflituantes? Eu creio que em 2018, foram seis, seis processos. Seis processos. Portanto, tirar esta conclusão e atirar esta atoarda absolutamente infundamentada, da boca para fora, de um deputado municipal, eu acho que não ajuda muito a credibilizar a atuação de cada um de nós. Portanto, se o senhor quiser conhecer rigorosamente isso, tem todo o direito, peça, eu endereço isto imediatamente para o gabinete – aliás, o gabinete reporta semestralmente à Câmara a atividade do Gabinete Jurídico, para ser conhecida pelos membros da Câmara. E portanto, está à vossa disposição. Evitem, Srs. Deputados, falar sem conhecerem os dados, a não ser que tenham alguma informação que eu desconheça, e que me ajudem aqui, dizendo: “Olhe, eu tenho este relato fidedigno dos serviços, que contraria aquilo que o Sr. Presidente está a dizer.” Não especulem, porque isso não ajuda nada, vai ao encontro daqueles que querem, na confusão, fazer vingar as políticas. E eu acho que o senhor também é uma pessoa séria, e não faz parte daqueles que acham que isso é o caminho adequado; eu não o tenho nessa conta, não me surpreenda pela negativa.

Sr. Deputado Rui Acácio, tem toda a razão. De facto, o viaduto Guilherme Santos apresenta-se aos olhos dos cidadãos como sendo a entrada da cidade menos favorecida. E percebe-se, porque falou apenas da rotunda do Alto do Cabaço, eu acrescento-lhe a nova entrada para a Avenida Heróis do Ultramar, na Estrada Nacional 237, acrescento-lhe as obras de requalificação na Rua do Castelo, com o cruzamento com a Rua dos Vicentes, e o cruzamento da Rua Amadeu Cunha Mora, de acesso ao Santo Amaro, que está em obra, com requalificação daquele espaço, acrescento-lhe a Estrada das Congostas, que também foi intervencionada, acrescento-lhe a abertura do impasse da Avenida Biscarrosse, que melhora também tudo isto, a saída para Abiul, que também é nova, na continuação da EN 237. E de facto, depois ficamos ali, no viaduto, principalmente, porque a parte do tabuleiro foi há um ano recuperada pela Infraestruturas de Portugal, porque a obra de arte ainda é deles, e portanto, temos esta situação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Deixe-me dizer-lhe que o problema principal que nós ali temos prende-se com a drenagem das águas pluviais do lado da Charneca. Essa drenagem foi francamente prejudicada ao longo dos anos pela circunstância de termos muito mais áreas impermeabilizadas na Dona Inês, naqueles loteamentos todos que estão do lado de lá da Estrada Nacional n.º 1, e portanto, os canais de drenagem são insuficientes para a capacidade hídrica que tem que ser escoada. Portanto, para além de estarmos agora a abrir o concurso, que está com o caderno de encargos e com o programa do concurso terminado, para fazermos a requalificação de toda a zona industrial da Formiga, e canalizarmos essas águas para ao pé do Bairro Margens do Arunca – são mais de mil metros de conduta pluvial que nós vamos ter que passar, porque não queremos que esta água pluvial seja lançada dentro da cidade de Pombal, ou no meio da cidade de Pombal; convém que ela seja a jusante da cidade, para que possa ser menos arriscada para a nossa utilização urbanística. E portanto, é uma matéria a ter em linha de conta, e obrigado por trazê-la aqui.

Sobre a rede móvel da Ilha, acompanha um conjunto de iniciativas que temos feito com as três operadoras, não só no sinal de frequência de telemóvel, mas também na fibra ótica, porque é outro assunto. E portanto, estamos a fazer essas reclamações, porque achamos que este nível de serviço não pode ser inferior ao serviço que existe, dentro daquilo que é o essencial, que é o telefone fixo, é a água, é o saneamento – no fundo, é o conjunto das ditas utilities que servem os cidadãos. E portanto, aqui não queremos, nem áreas de primeira, nem áreas de segunda. Aliás, o recente protocolo que fizemos com a Altice tinha um bocadinho este propósito, de estender a uma percentagem importante, setenta e cinco por cento (75%) da nossa população, toda esta rede e todas estas soluções.

Sobre as ligações de saneamento da Ilha: como sabe, está em construção a estação elevatória de S. João das Tábuas, que vai viabilizar o funcionamento do emissário de Carnide para o Louriçal, um emissário que, em princípio, estará pronto em março, um emissário que tem dezassete quilómetros, que foi suportado integralmente pelo Orçamento Municipal, para fazer a drenagem de toda a Ribeira de Carnide. Em ato contínuo, temos estas ligações para poderem ser elevadas e tratadas para a ETAR do Louriçal, e teremos, de acordo com as nossas organizações e previsões para 2020, a oportunidade de fazer a ampliação da rede de saneamento, iniciando a construção nos Barros da Paz, Assanha da Paz, Ladeira, Gregórios, Penedos e Meias Vides – isto na margem direita da Ribeira de Carnide – na margem esquerda, de toda aquela linha que faz Casalinho da Foz, Foz, Brejinho e S. João da Ribeira, e no lado direito, através da margem direita, no Casal da Rola, para termos os núcleos populacionais mais importantes drenados e servidos, para pormos toda aquela rede a funcionar. São quase sete milhões de euros (7.000.000€) de investimento, e que nós vamos ter, depois, que fazer essa discussão aqui na Assembleia, é um caminho que temos que percorrer.

Sr. Deputado Humberto Lopes, sobre o Museu Etnográfico de Almagreira, eu subscrevo integralmente – aliás, essas razões e outras, como conheceram, porque elas foram descritas e apresentadas a todos na cerimónia do 11 de novembro, quando se atribuiu a medalha de honra (grau prata) ao Museu Etnográfico de Almagreira, atestam, de facto, esse trabalho, esse compromisso da comunidade, essa cedência de tantas peças, essa preparação e organização, onde tem na Estrela Noronha uma pessoa muito notável, à frente de uma equipa de muitas pessoas, mas que representam centenas de cidadãos de Almagreira, da Pelariga, do Louriçal, das redondezas, que ali depositaram a sua confiança para podermos ter ali uma memória viva de tudo o que são os últimos cem, cento e cinquenta anos, da tradição agrícola e etnográfica dos nossos territórios. E portanto, subscrevo em absoluto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E como disse, faz algum sentido remeter-vos, sobre a questão das vespas asiáticas, o tal relatório, por freguesia, para os senhores também nos ajudarem na identificação e na priorização das nossas intervenções.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradecer-lhe as suas palavras em relação à boa conta que tem para comigo. Em boa verdade, eu também tenho boa conta em relação a si.

Contudo, não posso deixar de reafirmar – interpretou isso como uma atoarda, eu não comungo dessa sua opinião, porque falou em seis ou oito processos em 2018, e eu contei aqui rapidamente – está bem que alguns serão processos administrativos, não sei qual é a complexidade dos processos, mas eu contei sessenta e três. Ao olhar para o documento, eu não tenho que saber aquilo que aqui está. Aquilo que eu pedi foi, efetivamente, uma discriminação mais completa destes assuntos, porque lendo as informações que o Sr. Presidente enviou, lamento imenso, se calhar o defeito é meu, mas eu não consigo perceber o porquê destes sessenta e três casos que estão aqui assinalados.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado, talvez se me indicar a página que está a usar como referência, nós consigamos chegar a essa conclusão. Diga-me lá, se faz favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Da pág. 125 à 131, começa na ação judicial, e termina na 131.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado, a pendência judicial não significa que são ações daquele ano. Portanto, se o senhor tem uma ação, logo a primeira, que é a 107/07, significa que está em pendência há doze anos. O processo 08 é de 2008; o processo n.º 44/09 é, de facto, de 2009; o processo n.º 43/10 é de 2010. Quando se começa a vir por aqui fora, vai percebendo que até à pág. 130, não tem processos de 2019. Tem aqui o processo n.º 48/19, tem o 280/19, tem o 31/19, tem o 355/19, tem o 377/19 – estão aqui estes. E em alguns casos, sabe o que são? São as execuções das dívidas por falta de pagamento, por exemplo, de rendas, que são processos pendentes, que já estão condenados pelas dívidas vencidas e vincendas, e que nós, depois, para executar essas ações, temos que judicialmente as acionar. E portanto, aqui tem, naquelas que são interpostas contra a Câmara, e aquelas em que a Câmara tem que deitar mão para se defender. Portanto, não sei se consegue, em cada um destes casos, tirar diretamente se estão mais ou se estão menos. Na maior parte dos casos, o que lhe posso dizer é que tem a ver com iniciativas que nós temos que lançar mão para receber aquilo a que temos direito.

Agora, o senhor quer dizer-me que achava que deve haver aqui uma descrição. Repare, nós sabemos que esta informação tem algum carácter público. O senhor gostaria de ver aqui o seu nome, se fosse visado? Se a Assembleia me disser que acha que é importante estar aqui o nome das pessoas que demandam a Câmara, e que a Câmara demanda, eu cumpro aquilo que vocês decidirem, estejam à vontade. Eu não acho adequado, e acho que deve ficar no recato do processo. Eu não acho adequado, mas se a Assembleia entender que é oportuno, porque ficam a saber se é o Manuel, a Maria ou o António – agora, se os senhores me disserem assim: “Olhe, essa parte talvez não, mas saber se a Câmara foi acionada, ou se foi a Câmara que acionou, isso faz algum sentido”, eu peço para fazer aqui uma destrinça. Agora, eu não acho que seja muito adequado, nem é útil para a nossa função, saber se é assim ou se é assado. É como os senhores quiserem, eu só reporto o que os senhores quiserem. Eu não acho adequado, mas pronto.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.2. Eleição de cidadão eleitor que integrará a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal para o Biénio 2017-2019, nos termos da alínea l), do art.º 17.º da Lei n.º 147/99 de 01/09, alterada pela Lei 23/2017 de 23 de maio, na sequência da renúncia ao mandato de Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, eleita pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Temos aqui a lista apresentada pela Líder da Bancada do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, que nos diz o seguinte: o nome proposto é do Sr. Deputado Aires da Ponte. Vocês têm aí na vossa mesa dois boletins de voto, uma vez que se trata de duas eleições diferentes. Então, quem votar favoravelmente o nome do deputado Aires da Ponte, põe no boletim a letra “A”; quem não quiser votar, faça como entender, mas a letra “A” significa que estão a votar no Sr. Deputado Aires da Ponte.”

Nesta altura o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia chamou os Deputados para exercerem o seu direito de voto.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, está feita a votação.

Agora, eu pedia à Sra. Deputada Ofélia Moleiro e ao Sr. Deputado Manuel António para procederem à contagem dos votos.

Terminada a contagem a **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, informou o seguinte:

“Votaram trinta e oito deputados.

O resultado foi o seguinte: dezassete (17) votos na Lista A, dois (2) nulos, e dezanove (19) brancos.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor, 2 (dois) votos nulos e 19 (dezanove) abstenções, aprovar a eleição do Sr. Deputado Aires da Conceição da Ponte, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal, para o Biénio 2017-2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3. Eleição de um membro para o Conselho Municipal da Juventude, nos termos da alínea b) do art. 3.º do Regulamento do CMJ, na sequência da renúncia ao mandato de António José Cardoso Pires da Silva, eleito pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Foi-nos apresentada uma proposta para que seja a deputada Fernanda Domingues. E mantém-se a eleição da mesma forma, a proposta A. Vamos à votação, e o 1.º Secretário vai fazer a chamada.”

Nesta altura o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia procedeu à chamada individual dos Deputados, para exercerem o seu direito de voto.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Se não fosse pedir muito, pedia outra vez ao Sr. Deputado Manuel António e à Sra. Deputada Ofélia Moleiro para fazerem a contagem destes votos. Muito obrigada.”

Terminada a contagem a **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu nota do seguinte:

“A informação que chegou à Mesa é a seguinte: “A”, catorze (14), dois (2) nulos, e vinte e dois (22) brancos.

A Sra. Deputada Fernanda Domingues passa a integrar o Conselho Municipal da Juventude, pelo Movimento Narciso Mota – Pombal Humano.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 2 (dois) votos nulos e 22 (vinte e duas) abstenções, aprovar a eleição da Sra. Deputada Maria Fernanda Domingues, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, pelo Movimento Narciso Mota – Pombal Humano.”

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020 e respetivos anexos.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Vamos continuar, então, com a nossa Assembleia, e vamos passar ao ponto seguinte, **Ponto n.º 2.4, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020, e respetivos anexos.***

*E pedia-vos, se concordassem, que passássemos à discussão também, em conjunto, do **Ponto n.º 2.5, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020-23.***

A discussão seria conjunta, e a votação seria em separado.

Concordando, vou abrir as inscrições.”

De seguida usaram da palavra:

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Uma nota prévia, antes da análise do Orçamento, porque o Sr. Presidente interpretou mal a minha intervenção no PAOD. Eu só queria dizer que uma coisa são os vereadores que não têm pelouros e que estão no Executivo, outra coisa são os vereadores a quem são retirados pelouros durante o mandato, o que indicia alguma conflitualidade. Só isto.

Quanto ao Orçamento, estamos perante o Orçamento de 2020, e oferece-me dizer o seguinte: apesar de ter sido exercido o Direito de Oposição, pelo menos no que diz respeito aos vereadores do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, nós não apresentámos propostas, por razões de divergência política nas prioridades para o nosso concelho. Este Orçamento, como os anteriores do mandato que decorre, é um Orçamento que materializa o programa político do PSD, como é normal, não é o nosso Orçamento. Não traz nada de novo, limitando-se a dar continuidade aos projetos em curso, que têm sido sucessivamente adiados, como muitas vezes é referido nesta Assembleia. É, portanto, uma continuação dos anteriores. Aliás, mais de oitenta por cento (80%) deste Orçamento está comprometido com o passado deste mandato.

Nele não estão inscritos nem o Parque Verde, nem projetos turísticos, nem indústria. Para este desígnio, seria absolutamente necessário o redimensionamento do Parque Industrial. Porém, não foi criado ainda nenhum lote industrial. Apesar de o PDM assentar a estratégia de desenvolvimento do Concelho de Pombal nos pilares indústria, turismo de natureza,



MUNICÍPIO DE POMBAL

aproveitamento de recursos naturais, o Orçamento não reflete esta estratégia delineada para o concelho.

Em relação ao desenvolvimento industrial, que motivou algumas deslocações do Presidente da Câmara para atrair novos investimentos – e chegou-se a falar na captação de investimentos da América do Sul – eu pergunto: tem nesta altura terrenos para novos empresários? É que se não tem, como parece não ter, se um empresário, por hipótese, quisesse investir agora em Pombal, terá de esperar provavelmente dez anos para iniciar a sua atividade. Se pensarmos em tudo o que teria de ser feito, desde o levantamento topográfico dos terrenos, a adjudicação do redimensionamento do parque industrial, a execução da obra pública por parte da Câmara, a venda do terreno, o licenciamento do projeto industrial, a construção da fábrica por parte do investidor, etc., estamos a falar de um prazo que não será, provavelmente, inferior a dez anos.

O que sabemos sobre o parque industrial é que a Câmara comprou um terreno que sabia que ia para litígio. Qual é o empresário que espera dez anos para concretizar um projeto? A oportunidade de negócio passa, a ideia iria falir mesmo antes de ser concretizada. A Câmara tem uma capacidade de endividamento de quarenta e nove milhões de euros (49.000.000€), que é utilizada apenas numa parte muito pequena. E nós até gostaríamos aqui de lançar o desafio: Sr. Presidente, faça um projeto para um parque industrial, e aprovaremos o empréstimo, estaremos aqui a apoiá-lo, porque ele traria – como já foi aqui também referido numa anterior intervenção – riqueza para Pombal, através da criação de emprego, da coleta de impostos, desenvolveria o comércio, atrairia nova população.

Entretanto, como também aqui já foi referido, à nossa volta, concelhos como Leiria e Marinha Grande vão criando novas infraestruturas industriais atrativas, e até outros concelhos mais pequenos, a litoral norte. Nós estamos parados, agarrados a uma conjuntura desfavorável de diminuição e envelhecimento da população, sem quebrar as amarras desta estagnação económica e social.

Não somos contra a construção das novas escolas, ou da regeneração urbana, ou do saneamento, mas queremos mais para o nosso concelho. Vemo-lo, no entanto, a definhir. E voltando aos eixos estratégicos, gostaria de referir, por exemplo, o turismo. É referido um investimento para a Praia do Osso da Baleia, mas ela nunca irá alavancar e evoluir enquanto destino turístico se não tiver as condições logísticas e de apoio condignas – e apenas sabemos que o que está previsto é o parque automóvel, ou a regeneração do parque automóvel. Foi abandonado o projeto para a Casa da Guarda Norte, o CIMU-Sicó tem sido um falhanço total até agora – esperemos que o futuro seja mais brilhante – a Praia do Urso está prevista há mais de dez anos, o parque de campismo ecológico também não foi feito, e até agora tem sido o insucesso da Quinta de Santana.

Portanto, falta a este Orçamento e a estas GOP's rasgo, inovação e criatividade. E mesmo na cultura, podemos falar do abandono do projeto da Casa Mota Pinto; noutras áreas, o adiamento da pista de ultraleves, da praça de táxis, está tudo por fazer nestas áreas.

São também as obras mal executadas, e sempre com sucessivos atrasos. Perguntamos: é falta de fiscalização do dono das obras – que, neste caso, é a Câmara?

Ainda o já falado aqui insucesso da OPA Florestal. O Centro de Negócios, cuja atividade não conhecemos, que se encontra vazio (suponho), e cujo técnico responsável, penso que ainda não foi substituído.

Portanto, precisamos de menos propaganda, mais dinâmica, outras opções e prioridades de planeamento.

Por tudo isto, que illustrei apenas com alguns exemplos e observações, estas não são as nossas opções. Pese embora os pontos positivos que lhe reconhecemos, não é, como já disse, o nosso



MUNICÍPIO DE POMBAL

Orçamento; é a concretização do programa eleitoral do PSD, contra o qual concorreremos nas últimas eleições autárquicas. E portanto, não vendo novos investimentos, novos projetos neste Orçamento, vendo apenas a continuação dos projetos anteriores, e não vendo novas estratégias, por tudo o que disse, pelo exposto, o nosso sentido de voto é contra.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, no seu essencial, tem um contexto de continuidade relativamente ao do ano anterior. E como a Dra. Ofélia disse, e tem razão, é óbvio que ele deve inscrever no seu cerne, no seu núcleo de prioridades, aquilo que foi o programa de candidatura do PSD a esta Câmara. É bom quando as pessoas têm um programa e não se desviam dele; não se desviam dele, vão acrescentando, vão melhorando, vão fazendo alguns retrocessos, eventualmente devido às conjunturas económicas e possibilidade de captar apoios, mas esta é, naturalmente, a função de uma autarquia responsável, quando cumpre um programa de candidatura sufragado pela população.

No seu essencial, as previsões de receita e de despesa são sobreponíveis às do ano anterior. O montante da receita anda à volta dos trinta e oito milhões de euros (38.000.000€), sendo as correntes de trinta e três milhões (33.000.000€), e as de capital, à volta dos cinco milhões (5.000.000€). E como habitualmente, e em função das necessidades de suprir alguns projetos, parte das receitas correntes são transformadas em receitas de capital. Claro que as previsões da receita – e eu estou a ater-me essencialmente ao Orçamento, neste momento – estão condicionadas – como está expresso no documento – pelas transferências do Orçamento de Estado e pelas candidaturas submetidas também ao Quadro Comunitário 2020, que ainda aguardam, de alguma forma, decisão favorável para concretização.

Relativamente à despesa, queria só frisar três ou quatro aspetos, que é o facto de a Câmara ter evoluído – e nós vamos depois ver o Mapa de Pessoal, em termos de contratação de pessoal – haver um aumento de cerca de quatro vírgula dois por cento (4,2%) nas despesas com pessoal, que se situam, no total do Orçamento, em cerca de vinte e seis por cento (26%) do total da despesa, e isto tem a ver, não só com as admissões, mas também com a requalificação de alguns funcionários, na valorização das suas carreiras, e provimento de alguns cargos dirigentes. Também ainda não se conhece, para completar a questão das despesas com pessoal, qual é o valor da atualização dos salários, que será aprovado em Orçamento de Estado.

Quando se fala aqui que a definição de prioridades não envolve algumas áreas, como a questão do tecido económico, desenvolvimento de parques industriais, bem, no PPI há uma verba consignada para aquisição de terrenos e ampliação de parques industriais, tanto quanto eu vejo aqui, nomeadamente o Parque Industrial Manuel da Mota. Mas, pronto, se entendem que isso não chega, é a vossa opinião sobre a matéria; a Câmara não deixará, com certeza, de fazer, e o mais rapidamente possível, a aquisição de terrenos para ampliação de parques industriais. E tanto quanto eu sei – enfim, não vou dizer aquilo que, de alguma forma, me é comunicado por outras vias que não a autarquia - há boas perspetivas para o ano de 2020, de dinamização de um ou dois parques industriais. De qualquer das formas, vamos aguardar para ver se isso se concretiza, ou não.

Naquilo que respeita às dotações do PAM, eu entendo que a Câmara definiu globalmente, nas Grandes Opções do Plano e para o PAM, três áreas de extrema importância, nomeadamente aquelas que têm a ver com a atividade educativa, e que não se restringe à construção de novos centros escolares, tem outras vertentes extremamente importantes. Também a questão das redes de saneamento e a rede viária, e ainda na área cultural e desportiva, manter um conjunto de investimentos – que, aliás, estão devidamente explanados no documento de suporte das Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos, que, tanto quanto nos é dado a conhecer,



MUNICÍPIO DE POMBAL

define estes eixos estratégicos, ou prioridades, tendo como primeiro eixo a requalificação urbana no âmbito do PEDU, a construção dos centros escolares, mas também um conjunto de iniciativas tendentes ao sucesso escolar, e que a Câmara Municipal tem sido muito atenta nesta matéria. Também tem a ver com a beneficiação da rede viária – como eu já disse – das infraestruturas de água e águas residuais, a aquisição das viaturas da Rede Pombus, a recolha de resíduos sólidos urbanos, e apoio a infraestruturas turísticas.

Quando a Dra. Ofélia fala na Quinta de Santana, a Quinta de Santana, que nós hoje vamos ter aqui oportunidade de, espero eu, aprovar aquilo que foi o concurso que deu, finalmente, uma utilidade à Quinta de Santana, por parte de um empresário com experiência na área – ainda por cima Pombalense, o que é extremamente importante – falo também, não se trata apenas, no Osso da Baleia, da requalificação do parque de estacionamento, há também o parque de merendas, a Câmara tem prevista a ampliação dos apoios de praia. E, naturalmente, quando se fala do CIMU-Sicó, estamos a falar também de um apoio ao turismo, ao turismo de natureza, e eu espero que desta vez esse projeto tenha pernas para andar, e que este concurso que foi lançado, ou que vai ser lançado, tenha quem possa proceder à construção desse almejado projeto do CIMU-Sicó. Queria dizer ainda que há também algum investimento na área da Proteção Civil, e eu espero que a Câmara consiga finalmente ter acesso aos fundos comunitários para construção de um Centro Municipal de Proteção Civil, sabendo-se como a Câmara Municipal tem sido atenta, ao longo dos anos, a estas matérias – aliás, já aqui focadas, no que concerne inclusivamente à defesa da floresta e à proteção contra incêndios.

Há também, na área do desporto, a requalificação da zona desportiva de Abiul, e a conclusão do parque de lazer e parque radical em Albergaria dos Doze, que, de alguma forma, vem satisfazer necessidades e projetos já anteriormente preparados e situações identificadas, no ano de 2019.

Nem sempre se consegue fazer tudo com a celeridade que se pretende, e o CIMU-Sicó é um exemplo disso. Não é porque o projeto, como alguém diz, que aquilo não seja recuperável; neste momento, há dificuldade em algumas obras de construção civil, em todo o país, não é só em Pombal, as empresas de construção estão com dificuldade em ter pessoal qualificado para concorrer a muitos projetos, e, naturalmente, alguns não têm resposta, mesmo por parte daquelas autarquias que pagam prontamente aos Srs. Empreiteiros, como é o caso da Autarquia de Pombal.

Eu não vou identificar os múltiplos investimentos a nível da rede viária e na área de saneamento, que estão claramente exemplificados no documento, mas gostava de também realçar, no Plano de Atividades Municipal, o reforço de colaboração com as Juntas de Freguesia, nomeadamente o estabelecimento dos acordos e execução de contratos interadministrativos com delegação de competências nas Juntas de Freguesia – aliás, já aqui foi falado, algumas competências, elas já as vão assumindo, outras provavelmente poderão ter que as renegociar.

E na questão do sucesso educativo, os programas lançados no âmbito do EPIS a nível do pré-escolar, os programas “Creche para todos”, a atividade de apoio à família, também, que ainda que não sejam muitas vezes valorizados, ou contabilizados, em termos de investimento, são matérias que traduzem preocupações de âmbito social elevado, e que se traduzem por melhorias significativas no bem-estar das famílias e das crianças, essencialmente.

Queria ainda destacar, tal como está aqui previsto, que estão plasmadas também neste documento algumas ações importantes na área do desenvolvimento social: um plano integrado de envelhecimento ativo, o Ténis Solidário, a renovação e manutenção do projeto AMPARA, e ainda uma série de iniciativas de combate às alterações climáticas, que incluem atividades de educação ambiental, e ainda a manutenção do Orçamento Participativo. Aliás, como já foi falado aqui, as



MUNICÍPIO DE POMBAL

preocupações ambientais desta Câmara têm sido alvo de reconhecimento público, que já hoje aqui foi falado.

Portanto, este Orçamento é um orçamento equilibrado, na continuidade do anterior, em que se evidencia uma elevada capacidade de planeamento e execução, fruto de uma saudável situação financeira, em que ainda se consegue promover, projetar algumas iniciativas, com candidaturas a fundos comunitários, uma vez que temos capacidade de obter esse financiamento, atendendo aos recursos próprios da Câmara Municipal. Como sabemos, a Câmara Municipal é o quinto Município com maior equilíbrio orçamental do país, nos Municípios de média dimensão, e o quarto mais sustentável, em termos de Municípios ECO XXI.

Não podemos esquecer que no contexto da receita, a Câmara Municipal tem vindo a abdicar de uma parte daquilo que lhe competiria, na participação em IRS, a favor das famílias, e que nós temos hoje um documento para aprovar que reduz para três vírgula cinco por cento (3,5%) a participação da Câmara, deixando um vírgula cinco por cento (1,5%) do total do IRS, ou dos cinco por cento (5%) de IRS, nas famílias, o que corresponde já a um montante significativo, de quatrocentos mil euros (400.000€).

Portanto, penso que neste momento, e como diz a Dra. Ofélia, o facto de já estarem assumidos, ou comprometidos, doze milhões de euros (12.000.000€) para 2020, tal não prejudica, de maneira nenhuma, a capacidade e iniciativas de desenvolvimento do concelho, uma vez que temos – como dizia, e muito bem – alguma capacidade de endividamento, ainda uma larga capacidade de endividamento, se for necessário acorrer a novos compromissos para o concelho.

Se, naturalmente, as prioridades de investimento neste documento não são unânimes – como não poderiam ser – creio eu que são, ainda assim, garante de uma continuidade de progresso e de desenvolvimento do nosso concelho, pelo que votaremos favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. E esperamos também que o Sr. Presidente, na sua intervenção, reforce esta ideia – que estou certo de que o irá fazer – respondendo às críticas que habitualmente lhe são feitas aqui nesta Assembleia, e que ele está, mais do que ninguém, muito bem preparado para responder.”

Carlos Lopes (PS):

“Estamos a analisar os documentos mais importantes da gestão municipal. São eles que nos dão a definição de um rumo, de uma estratégia, de um caminho – ou seja, o que se quer para o Município. Ora, analisando estes documentos, ficamos convictos de que não se encontra definido qualquer rumo, nem sequer vislumbramos qualquer clareza nas opções políticas deste Município. O rumo, o destino, é, assim, vago e sem qualquer linha condutora que nos dê a possibilidade de descortinar um fio condutor para o nosso Município.

Vejam, então: a nível económico, notamos um total desinteresse na criação dos polos empresariais nas freguesias, medida esta que é relegada para 2022, e ainda assim contemplada com a verba de cinco mil euros (5.000€). Aliás, esta verba até veio a decrescer relativamente ao previsto para 2018, uma vez que ali estavam inscritos dez mil euros (10.000€).

Sr. Presidente, concentremo-nos agora no turismo – aliás, temática que já aqui abordámos em várias outras intervenções, quando analisámos estes documentos: neste aspeto, constatamos que o grosso do investimento se destina ao lançamento do concurso do tão já falado aqui hoje CIMU-Sicó e na valorização do Osso da Baleia e do Urso. Então, Sr. Presidente, e o turismo nas outras freguesias do nosso concelho? O Louriçal, por exemplo, com o turismo religioso. E o Centro Paleontológico de Santiago de Litém? Mais uma vez, nestes documentos previsionais, o Município de Pombal desprezou um potencial importante. Todos sabemos o impacto que o turismo tem nas economias locais, e as potencialidades que traz. Pombal, infelizmente, está a passar ao lado desta mais valia. Era importante que Pombal promovesse um plano de promoção



MUNICÍPIO DE POMBAL

turística que integrasse as freguesias, e que desta forma conseguisse atrair turistas. Nós temos um notável património, quer arqueológico, quer histórico, quer natural, e estamos a desprezar essa mais valia.

Obviamente que o Osso da Baleia é importante, ninguém o negará, mas centrar a atenção essencialmente neste aspeto do nosso turismo é redutor. O turismo não pode ser só praia. Seja ousado, Sr. Presidente, e no próximo ano inclua nestes documentos o roteiro turístico de Pombal. Não desperdice a mais valia que é o facto de termos uma figura chamada Marquês de Pombal. Aproveite ao máximo esta mais valia, venda esta marca como referência de Pombal.

Ainda relacionado com este aspeto, e já o referimos no ano passado, deslocalize o Posto de Turismo do Castelo, e fixe-o no centro da cidade. Sr. Presidente, alguém acredita que se os turistas pretenderem uma informação, se irão deslocar ao castelo? Estamos convictos que não.

Também a ponte suspensa no Vale dos Poios vai ser um projeto adiado, relegado para o ano de 2021. Depois de no ano passado termos referido a nossa preocupação com o facto de se ter adiado a criação da Rede de Aldeias Calcárias, vemos agora com agrado que no próximo ano poderá ser – repito, poderá ser – uma realidade, atenta a verba inscrita.

Já algumas vezes aqui questionámos o Sr. Presidente da Câmara acerca do nó de ligação à autoestrada, a ser construído algures na Freguesia das Meirinhas, eventualmente Colmeias, no Concelho de Leiria, tendo até sido motivo de preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, S. Simão de Litem e Albergaria dos Doze. É, pois, com preocupação que notamos que essa rodovia estruturante para pelo menos uma parte do concelho não mereceu acolhimento nestes documentos previsionais. Poderá V. Exa. dizer que essa obra tem interferência com outro Município, é bem certo que sim, mas isso, só por si, não poderá explicar o seu não acolhimento em termos previsionais nestes documentos.

No enquadramento que faz ao Orçamento Municipal, V. Exa. refere, e passo a citar, “o efeito da evolução demográfica, marcada pela redução da população residente.” Pombal continua a apresentar um decréscimo de jovens, temos tido dificuldade em fixar os jovens. Sabemos que muitos fazem cá a escolaridade obrigatória, e depois vão prosseguir os seus estudos superiores para fora de Pombal, sendo certo que, depois, a grande maioria não se fixa em Pombal. A verba inscrita para o Programa de Arrendamento Jovem não nos dá nenhum conforto; bem pelo contrário, ficamos a saber que o Município não apresenta qualquer preocupação com a fixação dos jovens no nosso concelho. Lamentamos que assim seja.

Sr. Presidente, no que se refere ao Gabinete do Investidor, uma lacuna que temos vindo a denunciar há muito tempo, também não merece qualquer importância por parte do Município. Basta vermos a insignificância da verba atribuída, uns singelos quinhentos euros (500€). Revela bem um desinvestimento do Município numa área que, ao invés, deveria merecer toda a atenção, e como tal, deveria ser dotada de uma verba que pudesse acolher a relevância que deveria ter.

De referir ainda que constatámos, infelizmente, que obras de extrema importância para o concelho ficam adiadas. Referimo-nos concretamente ao Parque Verde da Cidade, junto ao Rio Arunca. Já o denunciámos no ano passado, e voltamos a fazê-lo este ano, porque entendemos que é uma obra que deveria merecer prioridade. A bacia de amortecimento de água a nascente de Pombal vai ser mais uma obra adiada. Com a preocupação que a sociedade tem manifestado com as alterações climáticas, adiar esta obra pode significar um grave problema para o futuro de Pombal.

Adia-se a requalificação da Escola Conde de Castelo Melhor para 2021 e 2022, adia-se o espaço envolvente ao Convento do Carmo, adia-se a reabilitação da Casa Prof. Mota Pinto, a construção da piscina ao ar livre é relegada para 2021 e 2022. Poderíamos, Sr. Presidente, aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

elencar um conjunto muito maior de obras que veem a sua execução adiada, e quiçá mesmo não verão a luz do dia neste mandato.

O PSD apresentou-se aos Pombalenses, no último mandato, com um programa eleitoral que era expectável que fosse executado. Esse programa foi denominado “Pombal – Um concelho com mais futuro”, elencava um conjunto de obras e ações nos mais diversos setores de atividade. O que podemos constatar, e face aos documentos que estamos a analisar, é que muito do que ali se encontra vertido não terá execução. Como já dissemos no início desta intervenção, os documentos em análise não nos fornecem um fio condutor em que possamos vislumbrar para onde vai o Concelho de Pombal. Em nossa opinião, são propostas avulsas, medidas desligadas entre si, que revelam uma falta de estratégia para o concelho, o que deixa o PS preocupado.

É nossa profunda convicção de que o Concelho de Pombal merecia mais e melhor. Há setores chave do desenvolvimento que não merecem qualquer preocupação por parte deste Executivo, não existe preocupação em mudar os números do empobrecimento do concelho, do baixo poder de compra, da perda de população e da falta de jovens no nosso concelho.

Por tudo isto, e porque as prioridades que se encontram vertidas neste documento não nos convencem de que será o melhor caminho a trilhar para o Concelho de Pombal, o nosso voto vai ser contra.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Em primeiro lugar, obviamente, neste tempo natalício, desejar boas festas a todos.

Gostaria de fazer aqui uma breve apreciação sobre aquilo que são os documentos que nos são agora apresentados, nomeadamente as Grandes Opções do Plano. Eu entendo que, ao longo do ano, nas várias Assembleias Ordinárias que temos, se há documento que vale a pena nós olharmos – valem todos, mas se há documento que vale a pena, pelo menos quanto a mim, que vale a pena olharmos com olhos de ver e analisarmos com cuidado, são as Grandes Opções do Plano, porque refletem, são o espelho daquilo que o Município não quer fazer só a um ano, mas que pretende fazer a médio prazo – podemos dizer a médio prazo – neste caso, por um prazo de quatro anos. E em certa medida, são o espelho daquilo que será a estratégia a médio prazo do Município. E portanto, gosto em particular de olhar para as Grandes Opções do Plano.

E ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Carlos Lopes acabou de dizer, o que nos é hoje aqui apresentado, o documento que vem hoje aqui à votação à Assembleia Municipal, corresponde e vai ao encontro daquilo que foi o projeto político, o programa político apresentado pelo PSD nas últimas eleições autárquicas. E obviamente que se vai ao encontro, vai com o objetivo de que se cumpra esse projeto político que foi sufragado pela grande maioria dos Pombalenses. Obviamente que, volvidos dois anos de mandato, ainda é cedo para fazer essa avaliação da sua exequibilidade, ou não, mas ainda faltam dois anos de mandato, para que depois se possa fazer essa apreciação sobre se esse programa eleitoral foi ou não foi executado.

Dar nota de que o Município continua a fazer um grande esforço em obras que, não sendo politicamente visíveis, digamos assim, são essenciais para o concelho e para os Pombalenses, como é o caso do saneamento. Muitos dirão que é um investimento do passado, mas, obviamente que se as pessoas existem, se as habitações existem, e se as populações precisam de ser servidas, este investimento tem de ser feito. E para um concelho como o nosso, com a nossa disparidade entre freguesias, e com a nossa área territorial, é normal que este investimento demore alguns anos até estar feito na sua plenitude. E portanto, deixar aqui esta nota positiva de que o Município continua a investir no saneamento, não sendo algo visível, e se calhar já muito apetecível politicamente, aos dias de hoje, porque a grande maioria das pessoas entende que é um investimento que já deveria estar feito, obviamente que aqui, no caso de Pombal, este



MUNICÍPIO DE POMBAL

investimento tem sido feito faseadamente, de forma equilibrada, e correspondendo àquilo que são os anseios das populações.

Depois, dar nota de que na pág. 5 do PPI, fico satisfeito ao verificar que existe o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Pombal, que prevê um conjunto de investimentos na cidade de Pombal, que, obviamente, são investimentos que são esperados pelos Pombalenses, que são investimentos que vão trazer mais qualidade de vida aos Pombalenses, melhor qualidade de vida à cidade, e certamente também, pese embora os constrangimentos que possam causar aquando da sua feitura – durante as obras, obviamente que causam constrangimentos de trânsito, causam constrangimento à vida das populações e de quem nos visita, mas regra geral, no fim de estes investimentos estarem feitos, toda a gente percebe que foi um bom investimento, e que valeu a pena esse pequeno sacrifício que fizeram enquanto estas obras decorreram, neste caso na cidade de Pombal. E portanto, dar também nota positiva a este plano estratégico que existe para o centro da cidade de Pombal.

Depois, e numa perspetiva diferente da do deputado Carlos Lopes, dar nota de que fico satisfeito por não caírem projetos essenciais para o nosso Município, como é o caso do Parque Verde da Cidade de Pombal. Obviamente que todos concordamos que é uma obra essencial para o Município de Pombal, obviamente que mais um ano vem no PPI, e ainda bem que vem, é sinal de que, efetivamente, continua a ser uma prioridade para o Município, que o Município não deixa cair esta obra, e é daqueles investimentos que acho que todos nós queremos que, quando se concretize, seja uma coisa bem feita, que valha a pena termos esperado este tempo todo para, efetivamente, termos este Parque Verde, para que os Pombalenses e quem nos visita, as famílias, as crianças, os jovens, possam usufruir. E portanto, estou esperançoso de que este lapso temporal, não só destes mandatos, mas há vários anos, na expectativa de que esta obra se venha a realizar, no final, no balanço final, que façamos todos um balanço positivo, de que esse tempo de espera valeu a pena, porque não se fez só uma coisa por fazer, uma coisa às três pancadas, para dizer que se tinha feito, mas fez-se, efetivamente, uma coisa bem feita. E acredito que é nisso que o Município está empenhado, para que esta obra se concretize. E portanto, ao contrário do deputado Carlos Lopes, tenho a perspetiva positiva, e não negativa, desta rubrica no PPI.

Fico também satisfeito, e também numa perspetiva positivista, e não negativista – ao contrário, neste caso, da deputada, Dra. Ofélia Moleiro – fico satisfeito por ver também, nas pág. 18 e 19 do PPI, a valorização da Praia do Osso da Baleia e a Praia do Urso, que é também um desígnio do Município, há alguns anos a esta parte, e que esperamos que no próximo ano possa já ser uma realidade. Aqui, obviamente que todos temos presente que têm que ser feitas algumas infraestruturas, e têm que ser criadas novas condições nesta nossa orla costeira para que os veraneantes possam usufruir, mas se lermos a informação do Presidente, também verificamos que alguns investimentos já estão em curso, nomeadamente o parque de estacionamento, e certamente haverão outros pensados, para que estas nossas praias – neste caso, a Praia do Osso da Baleia e, futuramente, a Praia do Urso – possam dar aos seus visitantes, aos veraneantes, ótimas condições para fruírem das mesmas.

Aqui, eu vou um bocadinho mais longe, e penso que sem descurar a rubrica que existe para o parque de campismo, que também já se fala há muitos anos para o Osso da Baleia, julgo que devíamos ser um bocadinho mais ambiciosos e arrojados, não descurando isto – obviamente que uma coisa pode ser compatível com a outra – e pensar aqui num projeto de turismo de qualidade, um projeto ecoturístico, que faça um equilíbrio entre aquilo que deve ser a preservação do habitat, da fauna, da flora, das dunas, mas também possa dar a melhor fruição a quem pretenda ali fazer turismo. Isto deve ser sobretudo inserido numa lógica de termos cada vez mais turistas em Pombal, numa lógica de potenciar cada vez mais o turismo. Isto não será um investimento que



MUNICÍPIO DE POMBAL

se possa fazer de um dia para o outro, mas penso que devia ser uma ambição do Município a médio prazo, conseguir ter aqui um projeto de ecoturismo, alicerçado na qualidade, alicerçado na preservação do habitat e das condições naturais que a natureza, neste caso, nos dá, mas dando a possibilidade para que também o ser humano possa usufruir dessas condições, fazendo este equilíbrio de que hoje tanto se fala, entre o ser humano e entre, neste caso, a natureza.

Por fim, ainda quanto ao PPI, dar aqui duas sugestões muito simples, a meu ver, que têm que ver com a pág. 10, a página dos resíduos sólidos e da gestão urbana, e eu tenho uma ideia, tive aqui uma ideia recentemente, que é uma ideia completamente simples, nada de inexecutável, e que é uma coisa extremamente fácil de aplicar, que é: junto dos contentores de lixo, de resíduos sólidos urbanos, dos contentores de lixo indiferenciado, ter sempre uma placa com informação, a dizer onde é que ficam os ecopontos mais próximos. Ou seja, isto é uma mera informação, mas pode incentivar a que as pessoas, em vez de colocarem todos os resíduos naquele local, façam uns metros, façam um quilómetro, façam dois quilómetros, e levem esses resíduos aos ecopontos mais próximos. Obviamente que isto pode ser articulado, naturalmente, com uma app – agora as apps estão na moda – com uma aplicação que possamos ter no telemóvel, onde possamos também aceder a essa informação.

E isto vai ao encontro da segunda ideia, ou da segunda proposta que eu tinha nesta matéria, que se prende com a implementação de um programa de monitorização de recolha de lixo. Eu penso que os serviços já terão pensado nisso, ou já ouvi alguém falar disso aqui em Pombal, mas para que as rotinas de recolha do lixo não sejam numa lógica de rotina, mas sejam, sim, numa lógica de necessidade. O camião vai recolher se, efetivamente, o contentor estiver cheio, e se não estiver cheio, não vai, e se encher mais cedo do que o esperado, vai mais cedo do que o esperado fazer essa recolha. A informática já nos permite ter estas funcionalidades, e portanto, acho que seria um investimento interessante para o Município fazer.

Ao nível do trânsito na cidade, e não sendo propriamente isto que eu vou dizer uma incumbência do Município – eu acredito que seja uma incumbência da PMU – mas, acredito também que o Município pode, em certa medida, influenciar positivamente a PMU para que esta minha ideia possa ser uma realidade – se não acharem disparatada, obviamente – que tem que ver também com uma coisa muito simples, que é: as máquinas de pagamento do estacionamento de duração limitada na cidade servem, e serviram durante muitos anos, os nossos cidadãos que estacionam os seus veículos, mas julgo que seria importante inovar e introduzir um sistema de pagamento mais vanguardista, que não passasse só pelo pagamento com moedas, e pudesse eventualmente passar pelo pagamento com uma app, ou o pagamento através mesmo do sistema de Via Verde.

Portanto, ficam estas sugestões, que eu penso que vão ao encontro daquilo que vem plasmado no PPI, e que eu penso que não são sugestões muito arrojadas, ou muito difíceis de implementar.

Por fim, e mesmo para terminar, dizer só que ao nível do PAM – Plano de Atividades Municipais, na pág. 13, consta a rubrica do fomento aos parques industriais, ao Gabinete de Apoio ao Investidor; e obviamente que, ao contrário também daquilo que a Dra. Ofélia disse, eu quero acreditar que independentemente de os valores que aqui constam serem valores modestos, eu quero acreditar que isso não colide com a estratégia que o Município tem, de incentivo, de atração, numa perspetiva positiva e proativa de atração de investimento para Pombal. E portanto, tenho a certeza de que não é por nesta rubrica constarem valores modestos que essa estratégia é posta em causa, e que o Município não descarta, de todo, essa sua importante missão, que é cada vez fixar mais investimento em Pombal.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A Juventude Social Democrata tem assentado a sua intervenção política na auscultação de jovens, no sentido de conhecer as suas preocupações e necessidades, e na apresentação de propostas aos vários órgãos políticos públicos em matérias de juventude, entre outras.

Numa Assembleia em que se discute o Orçamento Municipal, não poderíamos deixar também nós de dar o nosso contributo.

O acesso à habitação representa hoje um dos principais desafios para a emancipação dos jovens em todo o país, e em particular no Concelho de Pombal. É cientes da importância do tema e da falta de respostas políticas efetivas para o resolver que apresentamos a proposta de criação de um programa de apoio ao arrendamento jovem “Livin’ Pombal” – que acho que já todos têm acesso, e aproveitava para agradecer à Virgínia pelo apoio.

No mercado de arrendamento em Pombal, verifica-se uma falta de oferta que leva a que nos poucos imóveis disponíveis, as rendas sejam elevadas e pouco acessíveis a jovens em início de carreira.

A oferta de habitação pública centra-se especialmente em casos de grande carência económica, que deixa de fora grande parte dos jovens que não se encontram em situação de grave carência, mas também não têm meios de se emancipar e manter um nível de vida aceitável.

O Programa “Porta 65”, criado pelo Governo em 2007, é manifestamente insuficiente para todo o território nacional. Para termos uma ideia, no caso de Pombal, existiram nas últimas três fases de candidatura – um ano – onze novas candidaturas aprovadas, e trinta e uma renovações, num universo de oito mil, trezentos e oitenta e nove jovens. Estes números significam que, no limite, o programa apoiou cerca de um por cento (1%) dos jovens do concelho.

Assim, com este programa, o que pretendemos é um incentivo ao arrendamento por jovens de habitações para residência permanente no Concelho de Pombal, mediante a concessão de uma subvenção mensal. Esta é uma rubrica que inclusivamente já faz parte do Orçamento e que, no nosso ponto de vista, é uma boa oportunidade para que seja dotado, e é por isso mesmo que apresentamos esta proposta de regulamento. Temos consciência de que as atuais dificuldades do mercado de arrendamento no concelho requerem diversas e mais profundas intervenções, que permitam nomeadamente aumentar a oferta de habitações para o arrendamento. Com esta proposta, pretendemos minimizar as dificuldades sentidas pelos jovens no acesso à habitação. Na análise dos programas de apoio à habitação já existentes, verificámos que vários Municípios têm programas deste género, mas de índole iminentemente social. Existem também programas de apoio ao arrendamento jovem, mas com habitações sociais. E então, optámos por um modelo mais semelhante ao “Porta 65”, com algumas adaptações. Destas, destaca-se a majoração do valor da renda máxima admitida, e conseqüentemente dos apoios para áreas de reabilitação urbana. Complementarmente às políticas de incentivo à reabilitação e penalização dos imóveis degradados que o Município de Pombal tem vindo a seguir, cremos que esta pode ser uma das formas mais atrativas para a reabilitação de imóveis e para a sua disponibilização no mercado.

Estamos inteiramente disponíveis para participar e contribuir para uma discussão mais alargada sobre o tema, procurando soluções complementares àquela que hoje aqui vos apresento. Se a presente proposta tiver como resultado suscitar essa discussão e colocar o tema na agenda política, uma parte do objetivo estará certamente cumprido.

Num outro âmbito, e para finalizar, gostaria também de vos dar uma breve nota sobre o “Pombal Sharing”, uma proposta que foi apresentada em sede de Conselho Municipal da Juventude, e que aproveito aqui para vos dar destaque também dela. Esta proposta surgiu por conhecermos e reconhecermos que as associações têm um papel muito importante no desenvolvimento do nosso concelho. O que propusemos foi, de uma forma muito genérica, a criação de uma plataforma de partilha interinstitucional, que ajude a potenciar o esforço e trabalho destas mesmas



MUNICÍPIO DE POMBAL

associações, permitindo o contato entre as diversas associações do concelho, para que possam partilhar recursos, equipamentos, competências e ideias, garantindo uma maior comunicação entre elas e uma melhor gestão dos recursos, articulação na programação e uma maior divulgação do trabalho que cada uma destas associações vai fazendo.

Sr. Presidente e restante Executivo, contem connosco para propor soluções, para colaborar e contribuir de uma forma construtiva para a continuidade da evolução do nosso concelho.

Termino, sendo esta a minha última intervenção na Assembleia de hoje, desejando um excelente 2020, e que continuemos focados no desenvolvimento comum, no desenvolvimento do nosso concelho, apesar da diversidade de ideias, que é para isso que os Pombalenses confiaram em nós.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Sr. Presidente, da leitura feita aqui aos documentos, de facto, percebemos que o trabalho da Câmara não é um trabalho propriamente fácil de agradar a todo o território, até pelo volume de projetos existentes, de intenções de projeto existentes, e daquelas que são as ideias e os objetivos de cada Presidente de Junta. Eu, como é óbvio, fiz um pequeno levantamento, vou falar só de alguns temas, de forma bastante breve, de questões que eu acho que devem aqui merecer o seu destaque.

E eu iria começar, de facto, por congratular a Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, o Sr. Presidente, pelo trabalho feito em algumas áreas, em alguns projetos, nomeadamente na iminente execução do Centro Escolar da Guia. Não temos dúvidas de que, em termos de educação, ficamos imensamente bem servidos.

Dizer também, e aproveitando para cumprimentar aqui o Sr. Vereador Pedro Brillhante, agora sem pelouros, até porque este projeto, penso que foi através dele que me chegou às mãos, e dá a ideia de que a empreitada relacionada com a recuperação e a beneficiação dos caminhos florestais vai mesmo avançar, e eu queria congratular também o Presidente por isso, porque, de facto, não sendo só uma mais valia ali local, mas sim concelhia, acho que é daquele tipo de iniciativas que deveria de acontecer, se calhar até com mais frequência. Mas, congratular, porque, de facto, parece-me haver já procedimentos que indicam que vai mesmo avançar, e a curto prazo, e deixar aqui esta nota.

Da mesma forma que as problemáticas, já aqui sobejamente discutidas, relacionadas com o saneamento, quer em Ilha, quer em Mata Mourisca, e nós aqui, como é evidente, defendemos o nosso território, cada um o seu. Parece-me que sim, que está iminente, e congratular também a Câmara Municipal. Esperemos que sim, que 2020 nos traga boas novas a este nível.

Mas, e porque tenho testemunhado de perto, dar, de facto, os parabéns ao Sr. Presidente pelo trabalho feito ao nível daquela que será uma das estratégias mais importantes para o crescimento de qualquer território, que tem a ver com a ampliação da zona industrial da Guia. Como já disse, tenho testemunhado, de facto, o trabalho que tem sido feito. Para nós, Guia, para nós, União de Freguesias, é de uma importância tremenda, para o concelho também será, aumentar o índice de captação de investimento, combater consequentemente o défice demográfico, aumentar a dinâmica empresarial e industrial é, de facto, o caminho, e eu tenho testemunhado isso, e quero publicamente aqui assumir que, de facto, esse trabalho tem sido feito, e na nossa opinião, bem.

Agora, Sr. Presidente, eu queria só aqui procurar, em relação a dois temas distintos, o que esperar para 2020, nomeadamente no que diz respeito ao turismo – já foi aqui falado – à criação de acessos à Praia do Urso, e um bocadinho também na sequência daquilo que aconteceu no ano passado, porque essa era uma intervenção que nós tínhamos praticamente dada como garantida, e à última da hora, por falta de emissão de parecer do ICNF, acabou por não se avançar. Eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

queria saber se, de facto, há algumas novidades em relação a esta intervenção, porque ao nível turístico, de facto, teria a sua importância, que não é assim tão pouca quanto isso, para nós e para o concelho, evidentemente.

E depois, ao nível daquele que é o turismo religioso – chamemos-lhe assim – nós, na Guia, temos um monumento histórico, que é a Ermida de Nossa Senhora da Guia. Ela vai fazer quatrocentos anos. Há neste momento uma envolvimento muito grande da comunidade em torno deste monumento, que a Junta de Freguesia também assume, naturalmente. Há um projeto da Câmara que nós já discutimos, só que, como é evidente, eu tenho que aproveitar este momento para sublinhar que são quatrocentos anos, são quatrocentos anos em 2020, e eu sei que a própria Ermida, monumento, necessita e tem tido algum apoio do Município, mas a envolvente, que será espaço público, eu gostava aqui de deixar esse apelo, solicitar, de facto, que essa seja uma intervenção real, porque juntaríamos o útil ao agradável, e é algo que faz todo o sentido.

Terminar a minha intervenção, referindo que foi aqui falado da questão da rede móvel na Ilha, dizer que a questão do défice da rede móvel não é só na Ilha, mas também é objetivo deste Executivo, desde o início, abrimos alguns procedimentos. Não é, de todo, uma situação de resolução no imediato, mas como foi aqui levantada, de facto, também congratular a Câmara por estar a tratar do assunto. Dizer que, em conjunto, espero que seja neste mandato resolvida essa situação, que hoje em dia, será uma questão básica, estamos a falar de comunicações, talvez não seja é admissível que já exista este problema há tantos e tantos anos naquela zona. E portanto, está na altura de resolvermos, vamos pôr mãos à obra. No que diz respeito à União de Freguesias, conte connosco.

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Também aqui, muito rapidamente, dizer que tive a oportunidade de avaliar a questão orçamental do Município, e enquanto Presidente de Junta, é claro que nós nunca nos sentiremos satisfeitos, e mal seria se isso acontecesse. Num território como o Louriçal, que estamos a falar de quarenta e oito quilómetros quadrados – e, realmente, ouvi aqui falar, o Centro de Saúde, por exemplo, é um caso que já carecia há dez anos, só que ninguém, dos Executivos passados, nem nunca o propôs como uma construção nova, que sem dúvida não eram dez, eram vinte, porque são cinco mil utentes, e penso que essa obra, foi acordado nós podermos executá-la, e o Município, e bem, o Sr. Presidente decidiu, com os técnicos do Município, e também o arquiteto, penso que criou ali um grande projeto. E nós abdicámos da tal grande obra, que também é muito desejada pelos Louriçalenses, que é o Centro Cultural. Estamos a falar de, para já, adiar para mais tarde a construção do Centro Cultural, que estamos a falar de um investimento de cerca de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), deixando para trás essa construção, beneficiando o Centro de Saúde, que o valor é sensivelmente muito mais abaixo. De qualquer forma, para nós, é muito mais importante, neste momento. Sabemos que a saúde era importante, e as pessoas todas não iriam, com certeza, ficar satisfeitas se tal tomada de posição não fosse feita. E muito bem, o povo aceita, aguarda pela execução deste projeto também, que será o Centro Cultural, mas que na rubrica do Orçamento, já verifiquei que será para mais tarde. Esperamos que as verbas possam vir em benefício desta freguesia, que também no seu âmbito cultural e associativo tem feito um grande trabalho, e a continuidade do desenvolvimento, e acima de tudo nas atividades das Louriçalíadas, que este ano iremos realizar a 7.ª Edição, neste ano de 2020 que estamos a preparar, assim como os Serões Culturais, que voltarão em 2021. Penso que é benéfico e importante, não só para a freguesia, mas como para o concelho. É claro que não esqueceremos que a obra é tão importante, mas, na verdade, temos de fazer escolhas, tendo em conta os valores orçamentais. E aí, congratulo-me pela decisão e pela articulação da mesma forma. Esperamos que até ao verão, a obra do Centro de Saúde esteja concluída.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também dizer que me congratulo pelo facto de, finalmente, e depois de haver o projeto, concluído há cerca de dois anos, do saneamento do Casal da Rola, que é a segunda maior aldeia da freguesia, seguir, estar previsto no próximo Orçamento. É claro que é uma ambição daquela população. Também dizer que fica ali muito próximo da estação elevatória, e por isso merecia, sem dúvida, também ser contemplada, assim como a execução do saneamento em S. João das Tábuas, porque fica ali inserido, e mal seria se não contemplássemos aquela população com o saneamento, uma vez que também passa por ali o emissário. E nós, com certeza que ficamos contentes, porque o Município está a investir na valorização e na melhoria das condições em termos daquilo que é a proteção ao ambiente, e dando assim a possibilidade de rentabilizar aquilo que é a construção do saneamento no concelho, poder valorizar aquela estação de tratamento que está nos Casais do Porto. E nós não temos nada contra que logo possamos incluir a Freguesia do Louriçal, no seu todo, no saneamento, que ainda falta Matas, Torneira, Cipreste, Cavadas, Vale da Cabra e Casal do Queijo. Esperamos que no curto prazo, esses projetos possam seguir.

Aqui também dizendo que, sem dúvida, uma das nossas preocupações tem a ver com o turismo, e com o turismo religioso, e com o turismo de património histórico de que o Louriçal é detentor. Com certeza que aqui falamos de uma mais valia, não só para o Louriçal, mas como para o concelho, que podemos aproveitar. Podemos dizer que nos últimos dois anos, a televisão transmitiu quatro vezes diretamente do Louriçal, algo sempre relacionado com o turismo religioso, e também com o biscoito, uma iguaria que não sendo doçaria, é hoje já cada vez mais reconhecido e já cada vez mais também representa uma grande parte no emprego que se vai ali também fixando.

A indústria em si, também sabemos que não tendo a zona industrial acumulando ali grande indústria, penso que também tem muito a ver com os investidores. E eu posso aqui dizer – porque, às vezes, lançam-se aqui desafios ou ideias, de que o Município ou a Junta de Freguesia não têm feito tudo o que é possível – sabemos que ali não se proporcionará grandes empresas, até porque a nossa ligação à zona industrial Manuel da Mota é muito próxima, através do IC8, hoje verifica-se o grande impacto que tem tido no emprego de proximidade, pela fixação de pessoas, pela valorização e fixação – podemos dizer que neste último ano, são mais de vinte as construções novas na freguesia, e isso é de destacar. E com certeza, o desenvolvimento da freguesia só peca por algumas coisas que não têm sido bem sucedidas por parte da tutela. E aí sim, eu queria aqui deixar um apelo ao Sr. Presidente, que depois de sermos bastante penalizados, porque se a saúde é importante, a educação não é menos, e esta freguesia, com quatro mil e seiscentos habitantes, seria importante que mantivéssemos a escola do instituto. E para isso, já que estamos aqui na iminência de podermos, este ano, defender essa continuidade, justificando-o com mais alunos – por exemplo, este ano, no centro escolar, com alunos suficientes para abrir duas turmas no quinto ano, que temos essa prova, é sinal de que as pessoas cada vez mais se fixam naquela terra – seria importante que a Câmara e todos nós pudéssemos defender esta escola, na continuidade do desenvolvimento económico e fixação de pessoas, não só para a freguesia, mas enquanto riqueza também para o concelho. Aí, também penso que a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer no seu Orçamento, no que diz respeito aos transportes, facilitando a possibilidade dos alunos que podem ali estudar. Sabemos que é uma tarefa difícil, mas também fruto, talvez, de um tempo em que não se apostou muito nesta área, era importante a Câmara poder favorecer as crianças, ou os alunos e os pais, dessa mais valia. E eu penso que o Sr. Presidente, com certeza que terá em conta este Orçamento neste plano, que será a defesa da escola, porque acreditamos que, ao não acontecer, penalizará, e muito, aquela freguesia, e por circunstância também o concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aqui na questão do turismo religioso, eu não queria deixar passar em claro a questão da recuperação do teto do Convento do Louriçal. Era uma obra que foi contemplada, que poderia ter uma candidatura, de cerca de trezentos mil euros (300.000€). Sei que tem havido aqui algumas controvérsias em termos da clarificação de a quem a obra pertence – o Convento é das Irmãs Clarissas, mas a Igreja é património histórico e do Estado – mas, esperamos que a obra se conclua.

E a nível da sinalética das principais vias rodoviárias, queria também dar os parabéns ao Executivo, ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, pelo facto de conseguirmos a indicação do Convento na IC8, mas faltam as restantes vias rodoviárias, como a A17. Penso que todos teremos a ganhar. Tem havido uma grande evolução na visita, até ao Louriçal, e para isso precisamos também de poder contemplar as obras da Praça Luís Meneses, do parque, para podermos também assinalar ali um cartão de visita na entrada da vila.

São também os passeios nas Matas, que estão contemplados neste Orçamento, assim como os pontões do Valarinho, porque é uma necessidade, estão em perigo aquelas pontes. É muito do nosso desejo de obra, assim como o Parque Verde, que estava contemplado. Sr. Presidente, eu sei que temos inúmeras obras por fazer, e o tempo passa. Não deixarei nunca de dizer que, como princípio, vale a pena nós refletirmos, e acima de tudo pensarmos o seguinte: hoje em dia, as freguesias também têm que se gerir pelo seu Orçamento, mas também sabemos que nesta nova delegação de competências que todos iremos verificar que irão ser aprovadas em 2020, Sr. Presidente, há aqui uma cautela que todos temos que ter, porque hoje em dia, as freguesias assumem um papel muito importante naquilo que não acontecia há vinte anos, porque tratamos dos transportes, asseguramos a alimentação, asseguramos toda a parte logística a nível escolar, a manutenção – felizmente que estamos com as escolas recuperadas, que é uma mais valia, e aí, muito bem – mas, depois, há uma série de responsabilidades cada vez mais acrescidas para as freguesias, que no seu Orçamento podemos também adivinhar aqui como um período mais difícil, porque, hoje em dia, sustentar uma freguesia no seu todo, desde o desporto, a tantas outras atividades, onde os carros e os transportes são necessários, a nível da manutenção das vias rodoviárias, manutenção e limpeza de valetas, espaços verdes, sei que o Sr. Presidente também olhou na delegação de competências para este fator, mas na verdade, a nível do pessoal, hoje cada vez se torna mais difícil a contratação de pessoal capaz de exercer estas responsabilidades, com a exigência das pessoas, das populações que se habituaram a ter tudo limpo à sua porta. E os Presidentes de Junta são sempre aqui os mais próximos a ser abordados.

Portanto, no contexto geral do que é este Orçamento, gostaria de deixar aqui um apelo ao Sr. Presidente e a todo o Executivo, que os Presidentes de Junta terão uma tarefa cada vez mais difícil, e num território grande, que talvez, como o Louriçal, supera alguns concelhos a norte do distrito, torna-se muito difícil sustentar esta freguesia. Portanto, aquilo que apelo ao Sr. Presidente é ao bom senso, acima de tudo prepararmos, então, esta delegação de competências no próximo ano, não esquecendo que ainda no decorrer do próximo ano, poderá haver outras obras que não estão contempladas, mas que nos valores que poderão aparecer, a Junta de Freguesia do Louriçal, e eu, enquanto Presidente, gostaria de ver mais algumas obras possíveis de executar em 2020.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Não era para intervir sobre isto, era só uma interpelação à Mesa, era para pôr uma questão à Mesa.

Quando a Sra. Deputada Nicolle estava a intervir, estava a apresentar uma proposta – aliás, duas propostas – mas não fazia parte deste ponto da ordem de trabalhos. Era apenas esta interpelação à Mesa.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

Depois de falar aqui o meu colega do Louriçal, até já estou com medo aqui dos pedidos. Mas, como é óbvio, nós, como Presidentes de Junta, temos de fazer, e é esse o nosso papel, ou seja, é a defesa das nossas freguesias e dos nossos territórios, e temos que o fazer com coerência, e atendendo, como é óbvio, à dinâmica do concelho, das freguesias, e ao Orçamento – que estamos aqui a discutir o Orçamento Municipal.

Eu começo pela parte mais fácil, começando por dar os parabéns ao Executivo por um projeto, as Comissões Sociais de Freguesia, que passado mais um ano, é sinónimo de sucesso, sucesso de parceria. Ou seja, o que eu quero realçar aqui foi um desafio lançado às freguesias, na minha opinião – estão aqui outros colegas, podem dar o seu testemunho – um desafio ganho: ganhou-se em eficácia, ganhou-se na proximidade, e ganhou-se também na confiança dos próprios munícipes perante tudo o que é público. Ou seja, muitas vezes as pessoas nem conheciam as ferramentas, e pelo menos naquela questão da proximidade, e de as pessoas perceberem que há ali mais um ponto em que podem procurar informação, daquilo a que eu tenho assistido presencialmente, é muito importante, e é uma aposta ganha, uma aposta que o Município contempla em Orçamento, e na minha opinião, deve reforçar, porque daquilo que eu conheço das outras freguesias, só temos a ganhar neste âmbito social. E como já foi aqui dito noutras áreas, é uma área que, infelizmente – porque eu digo mesmo, infelizmente – a questão da pobreza mental, financeira, vai ser o problema do futuro, e não é do Concelho de Pombal, é do nosso país. E quem está nas freguesias dá a cara todos os dias, e se não formos nós a tentar dar um bocadinho de resposta às pessoas, não são as Seguranças Sociais e outras instituições que as vão ajudar numa primeira fase.

Nesse aspeto, lanço um desafio: gostava de ver em Almagreira, como noutras freguesias, uma Universidade Sénior. Sei que em Pombal corre muito bem. Nós temos uma dificuldade a nível de recursos humanos, como o José Manuel já dizia, hoje em dia já é muito difícil arranjar pessoas para trabalhar, e pessoas com qualidade. É um desafio que eu lanço, e continuo a lançar em Almagreira, que pessoas aposentadas, com formação, nos possam dar essa ajuda, sempre no voluntariado – porque, aí está, os Orçamentos de uma Junta de Freguesia, com estas nuances todas e com estas áreas todas, não vamos ter Orçamento que nos valha nos próximos anos.

Passando aqui para a parte mais difícil, ou seja, a parte de obra, também tenho que sublinhar a inclusão e o reforço da tal Rede Pombus, que eu continuo, uma vez mais, a dizer que tem que ser alargada, além da Freguesia de Pombal, a outras freguesias, como é óbvio, e acho muito bem que esteja incluída em Orçamento verba para adquirir novos autocarros. E o apelo que eu faço é que essa rede seja estendida, aí está, com eficácia, a outros lugares, e neste caso, os lugares limítrofes da Freguesia de Almagreira, que como é óbvio, são pessoas – como dizia o José Manuel, e bem – e aquela zona industrial merece, no fundo, todo um sistema de transportes, as pessoas vão ter que ter mobilidade. Hoje em dia, fala-se no ambiente, e o ambiente, são estes pequenos gestos, ou seja, passar de um meio de transporte individual para um meio de transporte público, temos é de lhes dar as ferramentas; não podemos ser muito teóricos e depois, na prática, a pessoa não consegue lá chegar. E são aqueles pequenos gestos que eu também tenho de realçar aqui.

Depois, a questão do saneamento básico, e voltando à parte do ambiente, como é óbvio, lugares como a Assanha da Paz, Barros da Paz, S. João da Ribeira, Bonitos, já deviam ter o saneamento. Nós temos estradas – como em Bonitos e S. João da Ribeira – empedradas, à espera do saneamento. Ou seja, o que nós dizemos todos os anos às pessoas é: “Calma, aguentem mais um inverno, nós vamos tapar aí os buracos com tuvenan, porque o saneamento vem a seguir.” Ou seja, o apelo que eu faço, são aquelas pessoas que vivem naquelas casas, que vivem naquelas ruas, porque é muito ingrato não aparecer – ou seja, passa um ano, não aparece. Eu sei que é



MUNICÍPIO DE POMBAL

difícil, e como já diziam aqui os meus colegas, e bem, gerir, e gerir um concelho como Pombal, é difícil. Temos que ter prioridades, e acho muito bem que as prioridades, neste caso, também vão para o saneamento.

Uma nota também aqui para o Gabinete de Apoio às Freguesias, que tem que ser urgentemente implementado. Por quê? Por isto mesmo que também acabaram aqui de dizer: cada vez mais, as freguesias vão ter competências em áreas em que não vão ter recursos humanos – nem têm que o ter, na minha opinião – só por si. Ou seja, o projeto Interfreguesias tem essa mais valia. E eu posso dar o exemplo do Louriçal, Carriço e Almagreira, partilhamos duas técnicas superiores; até à data, excelente. Ou seja, se eu puder fazer o mesmo noutra área – e aí, o Município, e bem, foi assim que foi pensado. Por quê? Porque nós temos que comprar qualquer coisa, há um concurso público, uma Junta de Freguesia, não era como há dez anos, ou vinte, atrás, que emitia atestados, e o Presidente de Junta ia lá um dia, abria a Junta e emitia uns atestados. Mudou o paradigma. Esse paradigma tem que ser vertido, depois, na prática, e essa prática exige recursos. E estes recursos, quer humanos, quer financeiros, as Juntas, daquilo que eu tenho conhecimento, não os têm, e é uma mais valia esse Gabinete, certamente, em áreas de contratação e na parte logística vai ser uma mais valia.

Gestão energética, há um ponto em que diz só Freguesia de Pombal, a parte da iluminação pública. O que nos preocupa, e é aquele esforço que eu peço também – como é óbvio, era bom que houvesse fundos comunitários para substituição e para a eficiência energética, não só para a Freguesia de Pombal, mas para todas as outras freguesias também, e fazer esse caminho. Sei que a EDP está a substituir em vários sítios, à medida que as lâmpadas normais de xénon se fundem, voltam a colocar as LED. Mas, é um esforço que eu peço ao Município, que faça esse forcing, porque se ninguém forçar a EDP, a EDP é uma empresa privada, o objetivo é dar lucro, não nos iludamos também.

Outro projeto – e peço desculpa pelo tempo – é a “Creche para todos”. Nós, em Almagreira, andamos numa luta de dois anos com uma IPSS. E eu digo aqui publicamente, como já o disse às pessoas interessadas: eu não tenho nada contra o público, nem contra o privado, quer na área da educação, quer nesta área social. Se uma IPSS, ou o Estado, não der resposta, não tenho problema nenhum em assumir um compromisso com um privado, e nós, público, nós, autarquias, podemos dar o apoio para arrancar o projeto, porque é uma mais valia enorme – e estão aqui outros Presidentes de Junta que o sabem – a fixação de casais, de pessoas. Lá está, estas casas só são construídas, uma família só se vai deslocar para uma aldeia para viver se tiver algumas condições. E a escola, a parte da educação é fundamental – não tenhamos ilusões – a parte do emprego também é, mas a parte do emprego, às vezes são uns quilómetros, é mais um quilómetro para fixar uma empresa. Agora, uma escola, e atualmente uma creche, é fundamental para termos as pessoas fixadas no nosso território e nas nossas freguesias, que é por aquilo que nós lutamos. Temos estas duas hipóteses, a mim não me fere nada, como na questão da escola – ou seja, eu tanto defendo uma escola privada, como uma pública; eu defendo é uma boa escola. A mim, e como pai, só quero ter o direito de escolha; não me tentem impingir público ou privado, e que eu não possa escolher. Portanto, nesta área, exatamente a mesma coisa.

Depois, habitação social, também há ali uma verba. Nas freguesias, era isso também a tal luta em que nós estamos aqui todos os dias, porque, infelizmente, lá está, os tais casos sociais, chegamos a este cúmulo, que é a pessoa perder a casa. Perante isto tudo, o país não está assim tão bem, infelizmente – digo mesmo, infelizmente – em todas as áreas, e não é por aparecer nas notícias, ou não aparecer, porque nós sentimos na vida real. Eu faço um apelo, para quem tiver essa dúvida, experimente ir a um Centro de Saúde, marcar uma consulta normal no Serviço Nacional de Saúde, façam esse caminho, e depois digam-me o que é que aconteceu.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A parte da educação, infelizmente, também o temos. No fundo, qual é a salvaguarda disto tudo? A parte social. E quando uma pessoa perde uma casa, perde um teto, e quando bate à porta das instituições públicas, qual é a resposta? Zero. Ou seja, a pessoa, a seguir, vai à Junta de Freguesia, vem aqui à Câmara Municipal chatear a Sra. Vereadora, e qual é a resposta? É esse o apelo, ou seja, essa resposta vai ter que também passar pelas freguesias. No nosso caso, nós estamos, como noutras áreas – aí está, as freguesias, na parte social, estamos à vontade e com esta abertura de espírito para dizer que nós ajudamos, mas financeiramente não temos nenhuma mina, não temos ali nenhuma forma de construir casas. E o Município, nesse sentido, a tal recuperação, se calhar, de edifícios públicos, de edifícios que estejam sem uma utilização válida, que possam ser aproveitados para este fim. Por isso, acho que sim, e os meus parabéns por terem incluído esta nota aqui também no Orçamento.

No âmbito geral, como é óbvio, como dizia aqui o meu colega do Louriçal, se eu viesse para aqui chorar todas as obrinhas que eu achava que eram necessárias, não fará grande sentido. E o meu apelo – e estão aqui os meus colegas que o fazem também, nas reuniões com o Sr. Presidente e com o Executivo, vamos deslindar estas obras todas que queremos e achamos que devemos ter nas nossas freguesias.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Eu queria aproveitar, então, e pedir desculpa à Dra. Ofélia Moleiro, porque eu não estava presente na sala quando interpelou a Mesa, para tentar esclarecer a questão que foi colocada. A proposta enquadra-se no Orçamento que nos foi apresentado, que define as linhas do desenvolvimento estratégico desta autarquia. Então, trata-se de uma proposta e de um contributo, não carece de votação. Neste sentido, e havendo nomeadamente uma rubrica aberta para um programa de arrendamento jovem, nós só estamos a contribuir para que ele, de facto, seja implementado, e portanto, trata-se apenas de um contributo, não é nada de vinculativo, não é um documento que careça de votação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Vamos tentar aqui sintetizar, até porque estou convencido que qualquer que fosse o Orçamento, havia aqui umas Bancadas que votariam sempre contra, e isso dá-nos sempre esta alegria de fazermos estas sessões, e de estarmos tão entusiasmados a fazer as discussões. Mas, eu já lá vou, porque eu, como estive a ler aqui o desdobrável de um dos movimentos, vamos tentar fazer aqui um exercício curioso, que é perceber quais das obras que estão em curso é que não estão no programa do movimento. Já lá vamos.

Bem, o Orçamento que apresentamos é muito parecido com o do ano anterior. Nós encontramos descrições já garantidas de catorze fontes de financiamento, para além do Orçamento Municipal – o POIS, o PO-SEUR, o FEAC, o FEDER, o Pacto da CIM, PEDU, FEADDEC, das questões das Aldeias de Calcário, através das Terras de Sicó, o ICNF, a APA, Infraestruturas de Portugal, DGAL, através do benefício dos equipamentos municipais, o Ministério da Educação, o Programa “Valorizar” do Instituto de Turismo de Portugal, o Fundo Florestal Permanente, o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Serão fontes diversas de financiamento, que têm contratos já fechados com o Município, e que vão contribuir para o nosso Orçamento, que começa com trinta e oito ponto trinta e nove milhões de euros (38.390.000€), e que previsivelmente contará com a transição do saldo de gestão orçamental de 2019 para 2020, de cerca de oito ponto três milhões de euros (8.300.000€), o que significa que poderemos andar aqui à volta dos quarenta e seis ponto sete milhões de euros (46.700.000€).

O Orçamento de que estamos a falar em concreto são trinta e oito ponto três (38.300.000€), e portanto, divide-se por quatro grandes capítulos: dezasseis milhões (16.000.000€) para PPI, sete ponto seis (7.600.000€) para PAM, nove ponto trinta e três (9.330.000€) para despesas de



MUNICÍPIO DE POMBAL

pessoal, e cinco ponto quarenta e dois (5.420.000€) para despesas correntes sem plano – que são, como sabem, os combustíveis, os transportes, a vigilância, a segurança, os encargos com instalações, aquisição de serviços, e coisas do género.

Destes dezasseis milhões de euros (16.000.000€) de obras que estão aqui previstas, as vinte maiores estão adjudicadas, em concurso – e portanto, transitam para o ano que vem – em obra ou em processo de aquisição: o Centro Escolar da Guia, o Centro Escolar de Vila Cã, o Centro de Saúde do Louriçal, os novos Pombus, os novos veículos de resíduos sólidos urbanos, o novo autocarro, a Casa Varela, a Rua Custódio Freire, o Jardim do Cardal, as Laranjeiras, o novo Centro de Formação da CERCIPOM, a estação elevatória do Louriçal, as condutas elevatórias dos Alhais, os equipamentos de eficiência hídrica e energética, que integram o conjunto de modificações que fazemos na nossa rede de abastecimento de água, o parque desportivo de Abiul, a aquisição de terrenos industriais, o CIMU-Sicó, a requalificação de parques de estacionamento (também do PEDU), os pontões do Valarinho, no Louriçal, e a requalificação urbanística das Meirinhas. Estas vinte obras totalizam setenta e seis por cento (76%) do investimento municipal que fica comprometido para 2020, num valor de doze ponto cento e setenta e seis milhões de euros (12.176.000€). Isto é o que nós estamos a fazer.

O que é que diz, por exemplo, o programa eleitoral do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano sobre o Centro Escolar da Guia? Diz, no capítulo das grandes obras e investimentos, no Ponto 25, que é para fazer. E o que é que diz sobre o Centro Escolar de Vila Cã? Diz também no Ponto 25 das grandes obras – se tiverem, podem ir acompanhando – que também é para fazer. E o que é que diz do Centro de Saúde do Louriçal? Diz, no Ponto 17 e 18 do campo da ação social e saúde, que também é para fazer. Diz assim: “Avaliação com as entidades competentes da funcionalidade das unidades de saúde do concelho e análise das estruturas de saúde descentralizadas de Pombal. Tomar medidas no sentido de reabrir os Centros de Saúde nas freguesias, onde a relação de proximidade seja considerada imprescindível pelos representantes eleitos e pelo povo das respetivas freguesias.” Ou seja, não me parece que seja para abandonar os recursos de saúde, bem antes pelo contrário.

Então, e os novos Pombus? Os novos Pombus estão aqui na ação social, no Ponto 29, que diz assim: “Aumento da frota de Pombus e miniautocarros, com alargamento das rotas e horários, servindo mais população da cidade e lugares da freguesia e do concelho.” Então, e o novo autocarro? Está no n.º 30, e diz assim: “Adquirir um autocarro de sessenta lugares...” – só se a Sra. Doutora acha que cinquenta e cinco não cumpre bem o requisito – “... para apoiar instituições do concelho.” E então, o que é que diz aqui da Casa Varela? A Casa Varela faz parte do PEDU, diz aqui no ordenamento de Pombal, nos Pontos 4 e 5, estão aqui todos descritos – já eram conhecidos, aliás, na altura. E o que é que diz aqui, então? Vamos lá ver aqui, no ordenamento do território, o ponto aqui do Plano de Ordenamento do Território, nos Pontos 4 e 5. Diz assim: “Rentabilizar a reabilitação urbana da zona histórica de Pombal.” E portanto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, parece-me que é isto. E aqui resolvemos a Casa Varela, a Custódio Freire, o Jardim do Cardal e as Laranjeiras.

Há, de facto, aqui uma matéria que não está prevista, que é o novo Centro de Formação Profissional da CERCIPOM. Mas, eu não acredito que os senhores sejam contra isto; não acredito que sejam contra isto.

Depois, temos aqui as estações elevatórias do Louriçal. Então, vamos lá ver nas grandes obras, outra vez, o Ponto 17, que diz, de uma forma linear: “Consolidação e conclusão da rede de saneamento básico das freguesias e concelho de Pombal.” Parece que está aqui dentro. Depois, vamos ver, então, as condutas elevatórias dos Alhais, também faz parte deste conjunto de obrigações. E vamos ver, então, os equipamentos e eficiência hídrica e energética, que aqui estou



MUNICÍPIO DE POMBAL

a falar. Vamos aqui ao turismo e ambiente, ao Ponto 19. E o que é que diz o Ponto 19? “Implementação de um programa de eficiência energética.” Parece que também faz parte deste conjunto de compromissos.

Depois, temos aqui aquisição de terrenos industriais. Vamos lá ver as grandes obras e investimentos, o Ponto 02, o que é que nos diz. Diz-nos que vamos promover “a ampliação dos parques industriais Manuel da Mota, Guia, Louriçal e Vila Cã.” Está aqui dito.

CIMU-Sicó, vamos aqui ao turismo e ambiente, ao Ponto 02. E o que é que nos diz aqui o Ponto 02 sobre o CIMU-Sicó? Aliás, eu já li, há pouco, ali ao Sr. Aires: “Desenvolvimento e promoção do programa das atividades do CIMU-Sicó na Redinha.”

Ou seja, parece ser evidente que, mesmo não sendo este programa eleitoral, aquilo que estamos a fazer integra uma parte essencial daquilo que aqui está. E portanto, percebemos a retórica, mas cai a máscara quando se fala assim, porque nem estas prioridades deixavam de ser as vossas prioridades, nem estas prioridades deixam de ser boas, porque são os outros que as estão a cumprir. E isto, é importante que todos saibam, e lá em casa, quem nos está a ver, perceba como é que é tão fácil escrever centenas de pontos, não lhes dar ordem, e quando eles aparecem a ser feitos por outras entidades, vir dizer que as coisas não têm racionalidade nenhuma.

Vamos, então, agora aos licenciamentos industriais, e àquilo que os senhores dizem que é “isto está tudo morto”, “isto não há ponta por onde se lhe pegue”, “não há sentido nenhum”. Deixemo-nos de conversas, e vamos falar de coisas sérias. O que é que são coisas sérias? O que é que se está a licenciar, quem são os requerentes, onde é que estão a construir, quantos metros quadrados é que estão a requerer, e o que é que vão construir. Campovo, conseguem vê-la quando passam na autoestrada? Licenciamentos em curso, vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro metros quadrados. Maxiplas, também veem da IC8, cinco mil, novecentos e oitenta e oito; Dicamar, em obra na Guia, a acabar, mil, novecentos e noventa e dois; Dionísio José das Neves, dois mil, oitocentos e vinte e quatro, no Carriço; EPW, mil, setecentos e cinquenta metros quadrados – isto são tudo metros quadrados – na Guia; Lusiaves, Quinta de S. Francisco, quarenta e cinco mil, setecentos e quinze, no Vale do Telheiro, mais onze mil, novecentos e vinte; Doce Reina, a acabar para inaugurar em março, sete mil, oitocentos e cinquenta e oito metros quadrados; Valsteam, em obra, onze mil, trezentos e cinquenta e três metros quadrados; Electrocar, na Guia, lote novo, trezentos e noventa e quatro; Graça & Novo, na Guia, mil, quinhentos e quarenta e nove; RR Resinas, em Albergaria, três mil, quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados; Indumape, Transportes Central Pombalense, três mil, duzentos e cinquenta e quatro, mais mil e vinte; Lar Três Irmãos, em Abiul, mil, setecentos e vinte e três. Só aqui estão cento e trinta e um mil metros quadrados – cento e trinta e um mil metros quadrados.

Quem está, de facto, empenhado, num mandato inteiro, a fazer vendas – foi o que andámos a fazer, com a troika em Portugal, com os investidores retraídos, de facto, agora estamos a fazer outras iniciativas. E o que é que estamos a fazer? Estamos a desenvolver o projeto do parque industrial Manuel da Mota. Eu percebo que aquele formato clássico, que demorava anos, e anos, e anos para fazer as coisas, seja ainda o mais presente na cabeça de todos, e que toda a gente continue a achar que o modelo mais racional de fazer parques industriais é pegar numa mão cheia de dinheiro, comprar o terreno, infraestruturá-lo, e ficar à espera, fazendo a promoção, que alguém o venha procurar. Nenhum dos parques que nós temos, e que estão a ser ampliados, precisa de seguir esse modelo, porque têm redes de infraestruturas, há propostas de aquisição muito significativas, de vários grupos, e em muitos casos, nós até podemos nem ter que fazer nenhum tipo de infraestrutura.

Parque Manuel da Mota: o Parque Manuel da Mota, o valor que aqui está previsto, de um milhão de euros (1.000.000€), aquilo que aconteceu foi uma entidade terceira que veio fazer uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

impugnação pauliana da permuta que tinha existido. Há uma decisão judicial – aliás, há um pleito judicial que está a correr, e há uma negociação entre aqueles que reclamam o crédito e aqueles que são titulares do direito. O que pode vir a ser feito – aliás, como eu já tive ocasião de explicar, nomeadamente na Câmara – é a constituição de uma conta caução, onde será depositado o valor do Município – não precisamos da sentença judicial para nada nesta fase – para, através de uma conta escrow, existir um valor que, quando o processo judicial ficar resolvido, as partes vão buscá-lo. É diferente, há banca que não conhece muito bem estas coisas, mas nós estamos cá para preparar as operações, para lhes dar legalidade, e para lhes dar celeridade. Por quê? Porque quem quer vender, quer fazê-lo, quem está a impugnar, não quer importunar, tem interesses no Concelho de Pombal, nomeadamente dois mil e trezentos hectares de licenças de exploração mineira no nosso território, e o Município tem investidores interessados. Estamos a acabar, como há pouco nos dizia o Sr. Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, a ampliação de mais setenta mil metros quadrados na Guia – setenta mil. Já há interessados; ainda ontem e anteontem estive com os proprietários da maior propriedade que existe na União das Freguesias, que tem dezoito hectares, a falar com os herdeiros, precisamente para podermos fazer essas aquisições, porque está precisamente adjacente a esses parques industriais. E isto pode tudo acontecer, pode tudo acontecer muito rapidamente; pode tudo acontecer muito rapidamente. Não podemos é ficar sem esperança, e ficar com estas ideias, como se valesse uma grande coisa dizer: “Não criou nenhum lote”. Para que é que eu vou criar os lotes, se depois não os vendo? Para que é que eu vou fazer os investimentos, se depois as coisas ficam enterradas? Nós temos é que ter uma atitude completamente distinta. Ainda bem que hoje o Concelho de Pombal não tem lotes para vender, significa que eles foram vendidos, significa que existem milhares, centenas de milhares de metros quadrados de licenciamentos industriais que estão a acontecer, e isso, Srs. Deputados que se mostraram assim tão desagradados, mostra uma confiança política, um entusiasmo dos agentes económicos, que os senhores não conseguem acompanhar. Esse é o vosso sinal. Enquanto os investidores compram, acreditam, dinamizam, licenciam e investem, os senhores vêm com o discurso sempre dessa resignação. Talvez seja por isso que têm menos votos do que os outros, talvez seja por essa razão.

Aliás, o Dr. Carlos Lopes fez a referência da questão da pobreza. Eu não lhe falo da boca para fora, eu falo-lhe com dados dos jornais, baseados em estudos do INE, 14 de novembro de 2019. E o senhor tente-me explicar, para ver se eu consigo perceber, por que carga de água é que um concelho como Pombal, entre os anos 2007 e 2017, em que tivemos cinco anos a troika em Portugal, consegue ser a única cidade da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – aliás, do Distrito de Leiria; não é dos dez, é dos dezasseis – que cresce mais de dois dígitos – quando Leiria passa de noventa e nove para oitenta e sete, em termos de poder de compra concelhio, a Marinha Grande desce de cento e um para noventa e oito, Alcobaça sobe de oitenta e dois para oitenta e seis, Caldas da Rainha desce de noventa e nove para noventa e oito, e Peniche desce de oitenta e sete para oitenta e cinco; e Pombal sobe de setenta e três para oitenta e dois. O que é que aconteceu? O que é que terá acontecido para, numa altura em que aqueles que mais ganhavam se foram embora, e os senhores dizem que não há investimento, o que é que terá acontecido neste período para que o poder de compra concelhio tivesse subido? Alguma coisa aconteceu, com certeza absoluta. Vale a pena pensarmos nestas coisas e sermos bastante claros nessa identificação das causas e das diferenças políticas que podem, de facto, trazer aos nossos territórios comportamentos distintos. É o que isto diz; é o que isto diz, demonstrando inequivocamente, aqui há uma diferença sobre os outros territórios. E se acompanharmos isto com os níveis de desemprego, onde Pombal, com o dobro da população da Marinha Grande, tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

menos desemprego que a Marinha Grande, começa, de facto, a fazer sentido alguma parte desta nossa reflexão.

Portanto, não vale a pena procurarmos fazer discussões sérias, como os senhores as classificaram, sem estarmos fundamentados no rigor dos números. Uma coisa é nós dizermos: “Eu não acho prioritário o senhor comprar autocarros”, não acho prioritário fazer isto ou aquilo, estamos todos de acordo, não é isso; agora, não vamos dizer que não há investimento, que é mentira, não vamos dizer que há desinteresse dos investidores, que não é verdade, não vamos dizer que os números estão a recuar, que não é verdade; vamos olhar para estes números e ser inequívocos naquilo que são os resultados das políticas, os comportamentos e os números que entidades sérias nos trazem relativamente àquilo que são as nossas prioridades, e aquilo que nos deve reclamar a nossa atenção.

Saneamento: há pouco fiz referência, seis ponto sessenta e sete milhões de euros (6.670.000€) para fazer a rede de saneamento dos Barros da Paz, da Foz e do Casal da Rola. Apreciaremos aqui um empréstimo para fazermos isto – apreciaremos aqui um empréstimo para fazermos isso.

Temos que lançar a Escola da Pelariga, também faz parte aqui deste programa, também faz parte. Temos a requalificação do espaço envolvente do Convento do Carmo. Eu acho piada que se identifiquem as nossas prioridades com as matérias que são importantes fazer no futuro, acho piada, fico até bastante agradecido, acompanhando aquilo que dizia há pouco, sob o ponto de vista daquilo que são as matérias que nós elegemos, e que os senhores dizem que isso devia ser feito. Nós sabemos, por isso é que nos lembrámos disso, e começámos a trabalhar para que isso fosse concluído.

O interface dos transportes de Pombal, está no PEDU, quatro milhões de euros (4.000.000€); a requalificação urbana da Várzea, está no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, um ponto noventa e nove (1.990.000€); a requalificação do viaduto Guilherme Santos – ainda há pouco, o Sr. Deputado Rui falava disto – os parques de recolha de “monstros”, a beneficiação do Teatro Cine, a nova piscina descoberta. Pois, Sr. Deputado, o senhor gostaria, com certeza, que nós disséssemos assim: “Agora carregamos aqui num botão, e temos uma piscina descoberta.” Pois, não é assim; tem que se lançar um concurso público, escolher um projetista – até lhe vou dizer mais: nós vamos aproveitar a construção da piscina descoberta para fazermos aquilo que a população de Pombal anseia há muito tempo, que é passarmos o acolhimento das pessoas que vão à piscina para o lado do parque de estacionamento, para que os miúdos não apanhem chuva no inverno, nos cinco ou seis meses em que vão à piscina, e que têm tempo menos agradável. E vamos aproveitar os balneários que hoje existem para dar apoio à parte da piscina que fica do lado dos campos de ténis. Estamos a trabalhar nisto, há já uns drafts, e daqui, se calhar, até ao final do ano, teremos ocasião de ouvir as pessoas, porque há ainda só um estudo prévio para o fazermos.

Beneficiação de edifícios certificados para implementação de medidas e melhoria de eficiência energética – piscina coberta, Paços do Concelho, serviços técnicos, Cineteatro e biblioteca – um milhão de euros (1.000.000€) candidatados à CIM, faz parte do Pacto Territorial. Estamos à espera que seja feita a apreciação dessa candidatura para podermos começar estes trabalhos. Requalificação da zona industrial da Formiga, está aberto o concurso público; está aberto o concurso público para se fazer este projeto.

Vários asfaltos, falou o Sr. Presidente de Junta, há pouco, Vicentes – Cumieira, duzentos e cinquenta mil (250.000€); Barrocas – Vermoil, quatrocentos mil (400.000€); Estrada da Borda, tem que ser repavimentada, quatrocentos mil euros (400.000€); Afonsos, Malhos, Mendes, Cavadinha, estrada do Caminho 1038 – ainda no outro dia falámos na reunião de Câmara – Carnide, limite do concelho, estrada do Barracão para a Guia, é essa de que estamos a falar; a



MUNICÍPIO DE POMBAL

variante do Vale das Éguas, está o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria já a trabalhar nisto, já comprámos terrenos junto ao Bairro Social de Albergaria, no acesso que dá para a nascente do Arunca, a caminho do Vale das Éguas, já se fizeram aquisições no Serradinho para fazer as ligações e corrigir aquela curva, para se facilitar os acessos às Lareiras Pombo, no início de Albergaria. Estamos a fazer todos estes trabalhos gradualmente. O parque de estacionamento do Osso da Baleia, os acessos à Praia do Urso, já vamos falar disto.

Projetos a lançar, estratégia, vou-vos falar de onze a lançar, e vou-vos falar de talvez mais uns vinte e um a concluímos este ano, 2020. Carta Municipal de Habitação, oportunamente proposta pela Sra. Deputada Odete Alves. Está aqui, a primeira pessoa que na Câmara falou na necessidade de uma Carta Municipal de Habitação foi a Sra. Deputada, na sequência da publicação do respetivo regime jurídico. Estamos já a trabalhar na preparação do caderno de encargos, ainda ontem recebemos propostas de sociedades, que têm todo o interesse em fazer estes estudos, a manifestarem a sua disponibilidade.

A Rede Solidária do Medicamento, que faz parte do nosso programa e que está neste projeto. O estudo de caracterização de cargas poluentes do Anços, Arunca e Carnide, proposta do Partido Socialista, acolhida no nosso Orçamento e no nosso plano para o ano que vem. Programa Municipal de Florestação autóctone, proposta do Partido Socialista. Rede Municipal de Postos de Abastecimentos a Veículos Elétricos, não apenas os dois que estão a acabar de ser montados em Pombal, queremos fazê-lo para as nossas freguesias, gradualmente estender, igualdade de tratamento em todo o território. Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Empresarial, Plano Estratégico de Comércio, que está a ser desenvolvido pela Associação Comercial, com o nosso apoio, na sequência da proposta que eu próprio lancei à Associação dos Comerciantes de Pombal, para por ocasião do centenário poder desenvolver este estudo. Hasta pública para a exploração turística das escolas primárias desativadas, que creio que esteja concluído no ano que vem. Plano Estratégico da Cidade de Pombal, acabou-se o caderno de encargos e o programa de concurso para se lançar esta intervenção. Plano Local de Saúde – ontem, pela primeira vez, a CIM mandou para Pombal o Plano Local de Saúde, apresentado e aprovado em sede do ACES do Pinhal Litoral. Pela primeira vez, foi pedido ao nosso representante na Assembleia, que é o Dr. João Coucelo, e já surtiu resultado – aliás, resultante desta nossa discussão. E o Plano Estratégico do Envelhecimento.

E o que é que nós queremos terminar em 2020, que está a lançar-se, está a correr, têm havido iniciativas, e estamos em fase final? Estudo da Escola Superior de Agroindústria e Floresta, tem que ser terminado, estava organizada uma visita ao estrangeiro, que por dificuldades de organização da parte do IPL, não se conseguiu concretizar na altura prevista. Plano de Desenvolvimento Turístico do Concelho – houve várias reuniões, está a trabalhar-se, há uma equipa que está selecionada e contratada para desenvolver este projeto. Transferências de competências para as freguesias, como há pouco se referiu aqui as preocupações do Sr. Presidente de Junta, do Decreto-lei n.º 57/2019 – das treze competências, dez estão relativamente resolvidas com os Presidentes de Junta; há três mais complexas, nomeadamente aquelas que podem interagir especificamente com a Freguesia de Pombal, e que se prendem com mercados, com feiras e com alguns licenciamentos, e que têm que ser discutidas na especialidade, e que estão bem encaminhadas. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Casarelo – o que estava previsto, por exemplo, neste programa era a extensão da zona verde do Castelo para a zona nascente. Não sabia quem é que ia pagar a conta de comprar os terrenos, mas era o que estava previsto. Nós não só temos os terrenos, como lançámos o concurso, como escolhemos o projetista, e já estamos a trabalhar. E os terrenos foram comprados, se bem se recordam, há dois



MUNICÍPIO DE POMBAL

anos. *Unidade de Execução Urbanística na zona industrial das Meirinhas – Carnide: não é verdade que estejam esquecidos, de quando é que se vai fazer; está aqui o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas, está a Sra. Tesoureira de Carnide, está o Sr. Presidente da Junta de Vermoil, que já estiveram reunidos comigo, e que sabem que esta vai ser a estratégia, na sequência do que, aliás, tem sido apresentado na casa associativa e no antigo mercado das Meirinhas, precisamente aos proprietários, já há algum tempo, para que nós agora possamos utilizar a ferramenta jurídica que nos permita desenvolvê-lo. Tem que ser desenvolvida, apresentada, para o podermos concretizar.*

O Plano de Desenvolvimento Social, finalmente está concluído, está a ter várias auscultações, vai ser apreciado agora na próxima Comissão Local de Ação Social, que reúne para a semana. Carta Estratégica da Educação: muitos de nós já tiveram reuniões, já esta semana, sobre isto, com os pais e educadores, com as associações, com os políticos, com as Direções das escolas. É este o trabalho que se está a fazer, orientado pela Universidade Católica. Roteiro Municipal de Neutralidade Carbónica, proposto aos serviços da Câmara para identificarmos algumas destas matérias. “Creche para todos”, para podermos desenvolver, como aqui foi referido. Limpezas florestais nas freguesias. Por quê? Porque temos ainda proprietários que têm sido demandados para fazer as limpezas, e não conseguem, e temos que encontrar as soluções. O ATL para mais de dez anos e para mais de quinze anos, essencial, está praticamente resolvida a forma com que o vamos fazer. A requalificação da Conde de Castelo Melhor. A piscina, que eu já falei, a nova piscina descoberta do Vale da Sobreira. Fizeram-se as reuniões, fecharam-se preços, vamos fazer escrituras, e vamos lançar o projeto, para se desenvolver esse projeto – que, aliás, tinha já, há uma série de anos, esta leitura.

O Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias e às Associações. O quadro de pessoal que é aprovado com estes documentos tem estes recursos, tem recursos de arquitetura, de engenharia, um coordenador, e tem um assistente administrativo. Como é que queremos que isto funcione? Para as associações, instruir licenciamentos, acompanhar peças que têm que fazer, e desenvolvê-las, se for caso disso, e acompanhar essa direção técnica desses processos, e arranjar meios de financiamento alternativos, que não só o municipal. O que é que isto vai fazer para as freguesias? Pequenos projetos e auxiliar na captação de investimento, um grupo específico para o fazer, a começar nesta matéria, que vamos ter que estender a outras matérias – como há pouco aqui o Presidente Humberto nos lembrava, que é a atenção à contratação pública, e a atenção àquilo que possa ser também pareceres jurídicos e matérias de outro género, que temos que nos sentar para poder desenvolver.

Plano de Melhoria de Acessibilidades e Património Natural e Cultural do Concelho, candidatura aprovada para ser executado. Projeto de requalificação do IC2, que está praticamente terminado. E neste projeto, vale a pena sublinhar, a Câmara pronunciou-se sobre vários projetos e deu parecer negativo, em muitos casos eles não foram feitos. Neste caso, a Câmara é dona do projeto; o projeto só será aprovado com o parecer favorável da Estradas de Portugal e da Câmara Municipal. Podemos falar com os projetistas, porque somos nós que os contratamos, e no final – no final – é a Estradas de Portugal que paga a conta. Foi isso o acordo que nós fizemos; este foi o acordo que nós fizemos. E portanto, parece-me ser uma solução muito adequada.

Projeto de requalificação do Carriço, todo por conta do Município, está avançado, já pedi que esta rubrica pudesse ser inscrita naquilo que são as propostas de financiamento do Estado para os próximos anos. Ampliação do Teatro Cine, projeto praticamente terminado, ampliação de capacidade, mais cem lugares, que muitas organizações nos pedem isso. E depois, outra discussão importantíssima que vamos ter que fazer, a organização dos serviços de saúde,



MUNICÍPIO DE POMBAL

nomeadamente na nossa rede de cuidados primários de saúde, vamos ter que encontrar soluções. E espero que, de facto, a circunstância de termos um Secretário de Estado bastante acessível, e da nossa região, o Dr. Sales, nos possa ajudar a encontrar esta solução. Mas, reitero aquilo que já disse várias vezes: se os Partidos e movimentos entenderem que esta é uma matéria para andarmos a desqualificar o nosso território, a fazer guerrilhas políticas, o que vamos fazer é atrasar a fixação de médicos, atrasar o interesse que a saúde e os seus profissionais têm no nosso território, e a tratarmos pior as pessoas que mais precisam. Portanto, isto não é um projeto do PSD; isto é um projeto do território, e o que for aprovado deve ser respeitado por todos, porque vai demorar muitos anos a ser concretizado, mas não tenho dúvida nenhuma de que o que vier a ser feito – que vai ter sacrifícios, porque nós não vamos continuar a pensar que vamos ter dezassete Extensões de Saúde espalhadas pelo nosso território – vai ter que ser bem pensado, e tem que ser um compromisso do nosso território, para que, de facto, possamos corresponder àquilo que achamos que é melhor para todos. Façamos bem essas discussões, para depois podermos avançar para a fase seguinte.

Procurando agora responder às questões diretas que foram apresentadas, deixe-me talvez aqui começar pelo Gabinete de Apoio ao Investidor. Talvez valha a pena aqui recordar que a proposta de criação, dotação e funcionamento do Gabinete de Apoio ao Investidor foi do Executivo. O Município nunca teve; o Município nunca teve. E portanto, parece que, de facto, foi uma boa solução, toda a gente pede para que ele continue, para que seja dotado – ainda hoje, a Câmara aprovou a abertura do concurso para a contratação desse profissional. E faz sentido, por isso é que ele foi criado, precisamente com este propósito.

As perguntas do Sr. Presidente Gonçalo Ramos sobre as questões da Praia do Urso: continuamos com dificuldades com o ICNF e com a Agência Portuguesa do Ambiente. A Agência Portuguesa do Ambiente não acha adequado fazer o passadiço nem a escada. Eu não sei como é que eles querem que passemos a duna primária; não sei, vamos ter que fazer estas discussões, porque sabemos que, infelizmente, nem sempre impera muito bom senso. Não é novidade, não é novidade; ainda hoje, na reunião de Câmara, trocávamos impressões sobre este assunto.

Sobre a questão da envolvente da Ermida, já trocamos impressões sobre o assunto, vamos avançar para isso. Eu inclusivamente achei que era oportuno, porque podemos estar perante alguma evolução dos meios financeiros europeus em overbooking, porque os níveis de execução do país são fracos, para identificarmos aquele património que, não sendo monumento nacional, é património de interesse municipal, para que possamos eventualmente acalentar essa expectativa, o que significa que temos que desenvolver também os projetos para podermos corresponder a tudo aquilo que aqui está.

Sobre as questões dos diversos investimentos, Srs. Presidentes, é evidente, nós, mesmo que não tivéssemos limitação financeira, que nos dificultasse lançar as obras todas que quiséssemos, sempre acabaríamos por ter uma limitação operacional, humana, para podermos fazer tudo ao mesmo tempo. E portanto, há aqui trabalhos que são desenvolvidos em diversas frentes – e esse é o compromisso que nós temos – para correspondermos da melhor forma possível. Isto tem a ver com os projetos do Pombus, a Rede do Pombus tem que estar a ultrapassar toda a Freguesia de Pombal para se pensar chegar a Almagreira, e por consequência ao Lourical, ou à Pelariga, e depois à Redinha. Não nos podemos esquecer do seguinte: o que está em cima da mesa, no âmbito da decisão – que daqui a pouco, aliás, vamos ter que apreciar outra vez, porque ela veio incompleta – da constituição da Autoridade de Transportes na Comunidade Intermunicipal de Leiria é, de facto, a promoção, através da CIM, do concurso público de concessão dos transportes públicos nos dez concelhos que a integram, o que significa que vamos ficar durante a temporada que está prevista, que são dois anos, dependentes desse concurso. Portanto, temos que



MUNICÍPIO DE POMBAL

pensar e fazer tudo isto. E temos que fazer uma reflexão oportuna, que é perceber se os transportes públicos no Concelho de Pombal devem ser todos municipalizados, ou não. É isto que nós estamos a discutir, porque aqueles que não forem concessionados, terão que ser tratados por nós, e nós temos de nos dotar de meios que nos permitam garantir essas soluções, porque elas custam dinheiro – reparem, no nosso quadro de pessoal, que também vamos apreciar, e que faz parte desta proposta, estão mais nove condutores do Pombus, para podermos suprir as necessidades que teremos com mais cinco novos autocarros. As coisas têm que ser planeadas, para quando chegarem os autocarros, termos cá os motoristas, e possamos pensar, já no ano letivo 2020/21, em setembro do ano que vem, em termos cá uma rede mais ampliada em Pombal, e que dispense a cobertura na Freguesia de Pombal dos passes que hoje temos que suportar.

Mas, vale a pena talvez pensar também se outras opções políticas de que hoje não falámos – porque elas estão a ser desenvolvidas, e portanto, não são novidades – como é que estão a funcionar. O que é que cada um de vós retirou do relatório que foi tornado público ontem e anteontem, feito no âmbito do PISA, sobre o que é que condiciona a progressão dos nossos alunos? O sucesso escolar em Portugal fica condicionado por quê? Vem dizer, em 2019, aquilo que nós aqui viemos defender em 2014, é isso que vem dizer. O ambiente, a debilidade social, o contexto em que o aluno vive, em função do seu desfavorecimento, prejudica-o. Foi isto que nós fizemos. Não vamos reagir agora, para termos um plano daqui a cinco anos; fizemo-lo há cinco anos, acompanhámos centenas de alunos que perderam o risco que tinham quando foram caracterizados, de serem menos bons alunos, ou de terem mais dificuldade na sua progressão, oitenta por cento (80%) perdeu o seu risco, só temos nove que transitam para o 2.º ciclo e que se mantêm, dos cento e dezanove que tinham sido acompanhados. E isso é uma coisa boa; isto é uma coisa boa para todos. Não é um parque industrial, não é mais IMI, não é um campo de futebol; é uma pessoa, é um corte de uma correia hereditária de pobreza, que nós estamos a trabalhar nas nossas Comissões Sociais de Freguesia para continuarmos a identificar e a acompanhar as famílias. Esse é um processo, que não é só um processo económico, não é só um processo social; é um processo sustentável, porque é equilibrado, porque os queremos preparar bem, porque queremos que eles tirem os pés dos territórios sombrios, desfavorecidos, que não nos interessam. E quando olhamos para os resultados do poder de compra, do sucesso escolar, do menos abandono, nós não temos razões para nos envergonharmos; temos razões para acreditarmos, para termos confiança, e pelo menos olharmos para o lado e perceber como é que os outros estão a fazer e o que é que está a resultar. Talvez seja essa a razão por que eu, para a semana, tenho que ir prestar contas, precisamente para demonstrar o que é que estamos a fazer nisto, ao conjunto das outras CIM's, indicado pela CIM de Leiria. Talvez seja por isso, não deve ser para apresentar um farrapo mal-enjorcado. Calculo eu que seja por essas razões.

Portanto, vale a pena nós percebermos, e não ficarmos apenas aqui nesta discussão muito superficial, que depois vamos para casa e não nos preocupa. O que é que estamos a fazer, como é que está a resultar. Não funciona bem? Desistimos, temos de corrigir, voltamos a pensar. Não interessa se é uma OPA Florestal, se é uma coisa qualquer, só nós aqui em Portugal é que podemos achar que, se calhar, fazemos tudo bem à primeira. Não, não fazemos. Inteligente é aquele que pensa, que reflete sobre aquilo que está a fazer, e pode chegar à conclusão de que não está a ir no bom caminho, e arrepiá caminho. Isso é uma coisa positiva, não diminui ninguém, acho que faz todo o sentido.

Para terminar, para deixar aqui a nota também relativamente às questões de saneamento. Há pouco, o Sr. Presidente de Almagreira fazia esta referência. Nós temos que nos recordar que há cinco anos atrás, nós tínhamos na Bacia da Ribeira de Carnide, nos seus dezassete quilómetros de comprimento, uma elevatória e uma ETAR. Não havia emissário, dezassete quilómetros, não



MUNICÍPIO DE POMBAL

houve um tostão de financiamento comunitário para o fazer, foi feito com o Orçamento do Município. Era preciso desenvolver o resto dos projetos que foram concluídos, e agora temos que os fazer, e temos que ir à banca buscar dinheiro. Eu ainda espero que possa haver alguma revisão, e que nós possamos ir ao overbooking, mas nós temos que os lançar, e temos que assumir que, efetivamente, isso é importante para o nosso território. Eu acho que é importante para o território. Aliás, o que está a acontecer naquilo que é a cobertura de custos do nosso sistema de saneamento é os investimentos avultados que temos feito, sem ter a contrapartida financeira comunitária, estão a dar-nos a indicação de que as receitas que nós temos com as vendas dos serviços que prestamos são insuficientes para a estrutura de custos que temos, e a entidade reguladora que aprova os preços, qualquer dia está a dizer-nos: “O senhor tem que aumentar os preços, porque está a fazer investimento, não tem financiamento comunitário, e os custos que o senhor tem não são pagos pelas receitas que gera.” E como eu não posso obrigar as pessoas a gastar mais águas, das duas, uma: ou ganho eficiência, ou sirvo mais pessoas. E só servimos mais pessoas se alargarmos a nossa rede. E então, vamos para Almagreira, vamos para os Barros, vamos para Assanha, vamos para a Ladeira, vamos para os Penedos, vamos para a Foz, vamos para o Casalinho da Foz, vamos para os Brejinhos, para S. João da Ribeira, vamos para o Casal da Rola – e só aqui são três mil fogos; só aqui são três mil fogos. E vamos avançar para o poder fazer. Mas, isto era o ponto de partida. Este era o ponto de partida. Não estamos aqui a dizer que estava tudo pronto; este era o ponto de partida, que nós temos que nos lançar para isto. Sobre a questão do “Creche para todos”, Sr. Presidente, eu percebo aqui alguma impaciência no processo. Agora, nós não nos podemos esquecer de fatores relevantes para isto. Nós não podemos lançar um projeto destes sem termos um suporte de uma instituição que tenha um alvará para poder prestar este serviço. Nós não fazemos redes clandestinas; nós temos que ter uma rede que assente, ou numa valência de uma IPSS, ou num projeto que seja iminentemente privado. São as soluções que tecnicamente estão à nossa disposição. E portanto, faz sentido que a primeira procura que nós tenhamos seja nas IPSS's que estão nos locais que nós queremos cobrir – e, atenção, das dezassete freguesias deste concelho, sete não tinham creche: a Redinha não tinha creche, Almagreira não tinha creche, o Louriçal não tinha creche, a Mourisca não tem creche, S. Simão não tem creche, Abiul não tem creche, e Santiago não tem creche – sete destas freguesias. E nós temos que olhar para isto, e perceber como é que estamos a fazer, e com quem é que vamos fazer. E em muitos casos, temos IPSS's que estatutariamente se concentraram nos idosos, e nós temos que respeitar. A Fundação de Abiul está concentrada nos idosos; a Associação João Costa da Fonseca, em Santiago de Litém, está concentrada nos idosos; o Centro Social de S. José, em S. Simão, está concentrado nos idosos; a Santa Casa do Louriçal está concentrada nos idosos (no tempo do Eng.º Ulisses, ainda se pensou em abrir essa porta); o Centro Social Senhora da Graça, de Almagreira, está concentrado nos idosos. São condicionantes, são condicionantes, e nós temos que utilizar isto. As mais novas já tiveram outra abertura: o Lar da Felicidade, das Meirinhas, duas valências; o Centro Social do Carriço, duas valências; o Geruntunium Vermoil, duas valências; o Centro Social de S. Pedro, em Albergaria dos Doze, duas valências; a Misericórdia de Pombal, só mais tarde é que teve a segunda. Vieram mais tarde, têm outras leituras. Reparem, é isto, e temos outras que se especializaram – a Acured não tem idosos, a APEPI não tem idosos, a CERCÍ não tem idosos – a CERCÍ tem uma especialização muito bem definida; tem idosos se forem deficientes, não tem os idosos numa perspetiva geral. Portanto, nós temos que respeitar isto. Nós temos que olhar para estas coisas, que são as condições que estão à nossa disposição. E portanto, Srs. Deputados, eu agradeço muito os vossos contributos, acho que se disseram aqui algumas coisas de pura retórica política, e portanto, fico muito satisfeito que todos acabassem



MUNICÍPIO DE POMBAL

por reconhecer que estamos a cumprir o programa eleitoral que apresentámos aos Pombalenses. Já vou muito satisfeito daqui, só por terem dito isso.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Eu não quis intervir numa primeira fase, porque de acordo com as palavras do Sr. Presidente, e muito bem, não fará muito sentido as Bancadas – pelo menos na minha ótica – declararem o sentido de voto sem, de facto, ouvir as explicações do Sr. Presidente, e daí achar que o ponto deveria ter começado por aí.

Fazer uma pequena correção àquele ponto, há bocadinho, que era, de facto, sobre esta matéria que versava; não era nenhuma pergunta, mas era apenas um apontamento, para sermos mais rigorosos, no sentido de solicitar às equipas multidisciplinares que depois constroem estes elementos e estes documentos, que, de facto, sejam claros, nomeadamente naquilo que é o mais importante, que é o sentido de voto.

Relativamente ao Orçamento, e ainda antes, fazer apenas aqui uma pequena referência, que me parece preocupante, e um pouco fomentado – digo eu – por alguns comentadores de bancada – e os Srs. Presidentes de Junta não me levarão a mal, mas as funções autárquicas, sejam elas de que natureza forem, não podem nunca ser encaradas como as funções do coitadinho. As funções autárquicas são funções nobres e devem merecer de cada um de nós o melhor de nós próprios para a causa pública. Custa-me imenso ouvir – embora não tenha sido esse, e não é dessa forma que o quero transmitir, ouço mais vezes lá fora do que aqui, mas hoje também ouvi aqui alguns lamentos que, de facto, fazem parte da dificuldade de ser autarca. Mas isso, quando para aqui viemos, toda a gente sabia com o que contava.

Posto isto, e sobre o Orçamento, ouvi com atenção as explicações do Sr. Presidente – aliás, já tínhamos falado nisso na reunião do Direito de Oposição – confesso que não alterou, na sua substância, a minha opinião em relação àquele que será o sentido de voto da Bancada do CDS. Devo dizer-lhe que, naturalmente, nós não esperamos pela reunião do Direito de Oposição para lhe ir apresentando propostas para, de acordo com aquilo que são as pretensões do Executivo atual, naquilo que é a estratégia de desenvolvimento do concelho. Falo nomeadamente – para dar apenas aqui dois ou três exemplos – na Central de Biomassa, no Centro Desportivo de Alta Competição, e em algumas ocasiões em que lhes falei aqui várias vezes de transportes. Verifico – e também não será novidade para si – verifico que houve aqui uma alteração de estratégia entre 2018 e 2019, e os números não me deixam mentir – o Sr. Presidente gosta muito de números – em 2018, propôs para 2019 um Orçamento de dez ponto oito milhões de euros (10.800.000€) para o PAM, e de onze ponto quatro milhões de euros (11.400.000€) para o PPI, o que quer dizer que nivelou aí aqueles que são os dois papéis essenciais do Município. E nessa mesma altura, foi referido por si que isso versava sobre a evolução, do ponto de vista estratégico, do conjunto de outros investimentos que reclamam uma atenção cada vez maior dos Municípios – são palavras suas. Em 2020, vem propor um valor para o PAM de sete ponto seis milhões de euros (7.600.000€) – há aqui uma diminuição de três ponto dois milhões de euros (3.200.000€) – enquanto o PPI sobe para dezasseis milhões de euros (16.000.000€), desequilibrando novamente aqui a balança. E tal como a questão da OPA, evidencia que arrepiou caminho para algum lado, porque entendeu que, se calhar, o caminho que tinha seguido no ano anterior não seria o mais correto, o que, na nossa ótica – e permita que lhe diga isto, as Oposições são mesmo assim, respeitam os documentos que são apresentados pelos Executivos, mas, naturalmente, têm um nível de exigência, ou devem ter um nível de exigência, e devem manifestar aqui aquilo que são as prioridades, vistas pelo lado do copo meio vazio, e o Sr. Presidente, de facto, argumenta com a visão do copo meio cheio, mas isso é normal, é a democracia a funcionar. E portanto, queria dizer-lhe que essa mudança de estratégia, de alguma forma me preocupa – a mim e à Bancada do



MUNICÍPIO DE POMBAL

CDS – porque, efetivamente, se no passado houve aqui alguns indícios de que íamos deixar a política do alcatrão e do cimento para trás, não deixando de fazer as obras absolutamente necessárias e atrasadas, que já deveriam ter sido feitas – mas, também já foi referido – há muitos anos atrás, justifica aqui um pouco daquilo que nós entendemos como sendo uma falta de estratégia para aquilo que nós achamos ser o desenvolvimento do concelho, nomeadamente dos desafios contemporâneos das sociedades modernas, numa época de indústria 4.0 e numa sociedade globalizada. Dando como exemplos, modelo de desenvolvimento económico, que é a locomotiva de todas as outras rubricas: não vale a pena escamotearmos esta situação, o desenvolvimento económico está em primeiro lugar de todas as prioridades dos desenvolvimentos, quer seja do desenvolvimento local, quer seja do desenvolvimento nacional, quer internacional. Não vale a pena escamotear isto. Gabinete do Investidor, quinhentos euros (500€), já foi referido por si; fomento à fixação de empresas, quinhentos euros (500€). Os números são seus, não são meus, e portanto, não tenho como, nesta visão de Oposição, lhe dar conta da nossa preocupação em relação a estes números.

Processos em tribunal, no que respeita ao alargamento dos espaços de instalação de novas indústrias: o senhor, quando fez o negócio, sabia que havia um problema, e portanto, percebendo que isto podia levar o seu tempo, deveria ter imediatamente acionado uma alternativa, coisa que não fez. Alargamento noutros parques industriais: enfim, quando as campainhas soaram, é verdade, mas só quando as campainhas soaram. Apresenta aí muitos números, mas o que é certo é que, efetivamente, estamos aqui a discutir basicamente alargamentos de indústria instalada – que não deixa de ser importante, naturalmente, mas aquilo que seria muito mais interessante, e à semelhança daquilo que acontece nos concelhos vizinhos, em que tem havido a capacidade de captação de novas empresas, de novas indústrias, a criação de novos postos de trabalho, a fixação das pessoas ao território, necessidade de intervenções em escolas para albergar as famílias que se vão instalando noutros territórios, e portanto, isso é inegável, o Concelho de Pombal está a perder população, Sr. Presidente, e isso também é um fator inegável. E pode consultar todos os sites do INE, eles confirmarão essas informações, com toda a certeza. E temos parques industriais, lamento dizê-lo, mas sem qualquer tipo de procura. E ao contrário daquilo que disse, nesses casos em particular, houve investimento municipal, houve a criação de infraestruturas, e ficou-se à espera de se vender os terrenos. E os terrenos, pelos vistos, não são atrativos para as empresas.

Modelo de desenvolvimento social, comissões e mais comissões para resolver os mesmos problemas, sem solução à vista, nem tampouco resolução dos casos conhecidos. Se os há, são poucos.

Modelo de educação: edifícios, alguns com condições que se conhecem, para quem invoca pretender dar as melhores condições de ensino, como se estas fossem apenas dependentes dos muros das escolas. Atenção que não basta ter infraestruturas, mas se elas existirem, convém fazê-las bem. E o Sr. Presidente disse há pouco, e muito bem, que isto tem as suas dificuldades. Nós sabemos disso. A questão é: tantas, Sr. Presidente? Tantas dificuldades? É que os casos, de facto, vão-se multiplicando.

Modelo da saúde, pouca diferença em relação à educação. E falou nisso há pouco, constante ziguezague na definição clara e objetiva da manutenção dos serviços de proximidade. E se alguns ficam felizes pela construção de edifícios novos, outros deverão estar preocupados quanto à manutenção dos deles.

Turismo, o que é que o Orçamento nos diz? Requalificação do parque de estacionamento na Praia do Osso da Baleia, manifestamente pouco para quem quer, de facto, desenvolver o turismo no Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cultura: benefício da dúvida, algum esforço, sem, contudo, ser uma prioridade, nem tampouco partir de uma efetiva avaliação dos interesses locais. Ou seja, tem sido feito algum esforço nessa matéria, mas aquilo que se verifica, pelos resultados que nós vamos percebendo, é que, ainda assim, não chega à população, porque ela manifestamente demonstra pouca atratividade para aquilo que se tem feito nesta matéria.

Regeneração urbana: atrasos constantes nas obras de regeneração; continuação da aposta no cimento da pedra, em detrimento dos espaços verdes e de lazer – já falámos nisso também noutros fóruns.

Transportes: falta de uma visão ampla para todo o concelho, não cobertura total dos horários escolares. É uma realidade. Sr. Presidente, eu não estou a constatar aquilo que são as suas intenções para daqui a quatro anos, que versam do PPI, mas estou a constatar aquilo que existe hoje em dia, e que, de facto, novamente voltando a colocar isto na visão da Oposição, um nível de exigência, é que isto fosse, de facto, uma situação que já estivesse resolvida.

Ainda na área dos transportes, falou também aqui há pouco de problemas constantes nas intervenções patrocinadas pelo Município. Falou há bocadinho das Meirinhas, mas se a memória não me traiçoa – e faço a pergunta – aquela obra onde assaltaram os senhores dos camiões, aquela obra foi lançada pelo Município, naturalmente com a natural colaboração da Infraestruturas de Portugal, mas o Município teve intervenção nesse projeto. Se a memória não me falha, mas faço essa pergunta também.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Só para pedir, em abono aqui das pessoas que estão há tanto tempo sentadas, a tentar discutir estas coisas, que respondesse ao deputado Pedro Pinto apenas aquilo que me parece, que ele não percebeu nada da sua intervenção, porque o resto, é estar a falar sobre coisas que não têm interesse absolutamente nenhum.

E depois, queria também dizer que não vejo aqui nenhuma Bancada do CDS; vejo aqui um elemento do CDS, que é uma coisa completamente diferente. E acho que está até com alguns laivos de alguma insensatez na forma como está a colocar algumas questões, que, no meu entender, já foram respondidas. Ou não percebeu, ou não quer perceber, mas nós não temos é que estar aqui a aturar isto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu vou oferecer ao Sr. Deputado esta publicação, que se chama “Educação para o futuro”, que foi apresentada agora, no início do ano letivo. Eu só lhe vou ler aqui o índice, para não o maçar, só o índice, para perceber o que é que aqui está – e com certeza, se tivesse estudado um bocadinho mais os processos, tinha-nos poupado àquilo que acabámos de ouvir.

Fazemos o balanço de 2018 e 2019, requalificação e reorganização da rede escolar, depois tratamos dos equipamentos, inovação administrativa, apoios à família, potenciação do sucesso, cidadania e inclusão, saúde e alimentação, educação ambiental, promoção da leitura e da escrita, outros projetos educativos, o desporto e a atividade da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, que já aqui falámos hoje, tivemos aqui uma reunião importante. Depois, temos o capítulo II, Caminhos para o futuro, o Plano Estratégico Educativo Municipal, que já aqui falámos do seu desenvolvimento, a potenciação do sucesso, o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, desenvolvido pela CIM, o Plano Integrado de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física, o Plano Local de Educação para a Cidadania e Inclusão, também com a CIM, o Plano de Ação Local para uma Cidade Amiga das Crianças, o Plano Local de Leitura, os Novos Caminhos. Depois, os roteiros indicadores, do ambiente, da cultura, turismo, património e leitura.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, com isto fica a perceber rapidamente que essa interpretação que fez, de paredes, está longíssimo daquilo que é o nosso objetivo, e fica aqui respondido.

Nas matérias sociais, parece-me que foi inequívoco o testemunho que aqui ouviu, e eu tenho imenso gosto que possa vir, como meu convidado, à Comissão Local de Ação Social, ou às reuniões das Comissões Sociais Interfreguesias, para ouvir de quem está no terreno, dos técnicos, o que é que está a acontecer, porque quando for confrontado com isto, vai perceber, de facto, que a profundidade da intervenção, que muitas vezes os Srs. Presidentes de Junta que aqui estão ficam, eles próprios, conhecedores profundíssimos do seu território, interrogados de como é que havia coisas que lhes tinham escapado, pelo trabalho de profundidade que hoje é desenvolvido. E isso é um trabalho rico, que não andam a dizer, não têm que dizer – aliás, deve ser protegido, pelo contrário. Isto não é para andarmos nos jornais; é ouvir as pessoas no sigilo e no direito que o senhor tem. Portanto, não vale a pena fazermos essas discussões.

Se nós temos um programa de Transportes Escolares que está numa concessão, nesta fase não é isso. O senhor vai-me dizer assim: “Olhe, eu proponho que o Município de Pombal, em vez de gastar setecentos mil euros (700.000€) em transportes públicos, transporte de passageiros, por ano, gaste um milhão (1.000.000€).” Gasta trezentos mil (300.000€) para ir buscar toda a gente para a escola, gasta trezentos mil (300.000€) para levar das escolas, à hora de almoço, toda a gente para casa, e volta a gastar trezentos mil (300.000€) para, no final do dia, pegar em toda a gente e voltar a levá-los para a escola. Pronto, a única coisa é dizer: a proposta é que nós façamos três travessias por dia. O que não pode acontecer é que nós, em maio, aprovamos aqui, em Conselho Municipal de Educação, a rede dos Transportes Escolares, e em novembro e outubro é que temos os horários escolares. Isso é que é impossível. Mas, é a Lei; é a Lei. Por mim, tinha os alunos todos em casa, acabados às cinco e meia – as aulas começam às oito e meia e acabam às cinco e meia. A partir daí, vão jogar à bola, vão para os escuteiros, vão para onde quiserem, vão para a música, vão dançar, o que eles quiserem. Era assim que funcionava. E as escolas têm que ter mais capacidade. Sabe o que é que fizeram os senhores da “geringonça”? Foi: “Não, acabe-se lá com o contrato de associação, metam tudo em Pombal”, e aquilo que devia ser um rácio de um ponto uma, ou de um ponto duas turmas por sala, é um ponto cinco, ou um ponto seis. É impossível, é um desgoverno, ficamos todos mal. São as circunstâncias, caro amigo, são as circunstâncias, temos de viver com isto. E nós temos de decidir isto tudo, e fazer os concursos públicos em maio e em junho, para estarem a funcionar em setembro, depois de terem o visto do Tribunal de Contas. É assim que as coisas têm que ser feitas. Nós podemos imaginar, podemos sonhar, mas nunca podemos perder os pés da terra, para perceber como é que fazemos as coisas, senão queremos o máximo, e não conseguimos sequer o mínimo, que é os miúdos irem para casa e virem de casa para terem aulas. Isso é que não pode ser comprometido. Portanto, essas são as condições que nós temos.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com 11 (onze) votos contra do CDS, do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, do Bloco de Esquerda e do PS, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020 e respetivos anexos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020/2023.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020/2023 a votação, tendo as mesmas sido aprovadas, por maioria, com 11 (onze) votos contra do CDS, do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, do Bloco de Esquerda e do PS, aprovar as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020/2023.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura o **Sr. Deputado João Pedro Domingues (BE)**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Manifestar aqui a minha intenção de voto.

Hoje, esta Assembleia Municipal votou as propostas de Orçamento e de Grandes Opções do Plano, perfazendo vinte e três vírgula seis milhões de euros (23.600.000€) em 2020. Mas, não foram disponibilizados aos Srs. Deputados e Deputadas os documentos financeiros trimestrais ou mensais, na forma de balanço, de demonstração de resultados e de execução financeira do Plano de Atividades Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, que suportam os resultados expressos no relatório de Orçamento. Devíamos ter dados financeiros trimestrais ou mensais, de forma a podermos compreender como se distribuem as despesas e as receitas ao longo do ano, e desta forma pode-se discutir o planeamento financeiro. Os valores globais anuais são insuficientes; precisamos de mais transparência, precisamos de ter acesso aos orçamentos iniciais e ao grau de execução desse Orçamento ao longo do ano. As decisões só podem ser democráticas se todos tivermos acesso à informação clara.”

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2020 (Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação).

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

*“Então, posto isto, vamos continuar para o **Ponto n.º 2.6**. Alguém se inscreve neste ponto para usar da palavra?”*

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Acerca deste ponto, considerando o futuro do Município na matéria da transferência de competências, tendo em conta a aproximação da entrada em vigor, urge aumentar o quadro de pessoal, para desta forma, com a devida formação e aptidões adequadas, atenderem às exigências para a prossecução das atividades municipais.

Portanto, o meu voto é a favor; e o da Bancada.”

Elisabete Alves (PS):

“Só aqui uma questão prévia, que não tem ainda a ver com este ponto, mas que tem a ver pelo facto de, não só o adiantado da hora, como, depois, assistirmos a determinadas intervenções, como foi o caso da última intervenção do deputado João Coucelo, que considero lamentável, vergonhosa, sobre a intervenção do deputado Pedro Pinto. E essa intervenção do Sr. Deputado João Coucelo não devia ter sido permitida pela Sra. Presidente. Considero lamentável essa atitude, e talvez o tenha deixado falar pelo simples facto de ele ter apontado para o relógio



MUNICÍPIO DE POMBAL

quando estava a falar o deputado Pedro Pinto, e a Sra. Presidente ter interpelado o deputado Pedro Pinto para que abreviasse. Portanto, que não seja esse deputado a orientar os trabalhos. A questão prévia era esta.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, está a questão prévia lançada, faça favor de se pronunciar sobre o ponto.”

Elisabete Alves (PS):

“Relativamente a este ponto, da análise que fizemos do documento que nos foi apresentado, não conseguimos vislumbrar os concretos motivos da criação de alguns postos de trabalho ali indicados como a ocupar, pois para além de não constar no campo das observações nenhuma explicação, também no texto que acompanha o mapa, assinado pelo Sr. Diretor do Departamento de Recursos Humanos, nada explicou quanto aos mesmos motivos, limitando-se a tecer considerações genéricas e vagas quanto aos motivos.

O Sr. Presidente da Câmara disse, há pouco, nesta reunião – e bem, afirmação com a qual todos nós concordamos, certamente – que temos que ser objetivos para perceber o que é que estamos a fazer. Indo, por exemplo, a uma das unidades orgânicas com postos a ocupar, que é a unidade de projetos educativos, onde se verifica a criação de seis postos de trabalho, todos por tempo indeterminado, questionamos: quais os motivos? São necessidades permanentes dos serviços, ou são relativas a projetos temporários? Se se destinam a necessidades permanentes dos serviços, expliquem-nos quais são essas necessidades permanentes, onde são necessárias, quem as solicitou. Se se destinam a projetos temporários, por que motivo são contratados por tempo indeterminado? É necessário termos necessidades concretas, determinadas, já que se não as temos, nada justifica essa decisão de contratação destes postos de trabalho por tempo indeterminado. O documento não explica, não apresenta as concretas necessidades. Lembramos que existem projetos temporários, como por exemplo, o EPIS, que tem técnicas em regime de avença, projeto cuja utilidade de manutenção futura é incerta, sendo que se trata de uma experiência. Ora, cremos que não possa ser para integrar essas técnicas em regime de contrato por tempo indeterminado, pois se fosse, seria um grave erro de gestão. Estaremos atentos a essa situação. Alertamos que não podemos ir atrás de relatórios elaborados com vista à manutenção de postos de trabalho, elaborados por mentores desses projetos, obviamente a querer orientar o Município através de relatórios, com interesses próprios em manter determinados postos de trabalho, e portanto, não podemos aqui embandeirar em arco, e às vezes, os números que nos apresentam não espelham a realidade, porque muitos fatores podem contribuir para chegar a esses números, e não aqueles motivos que são apresentados em relatórios.

E portanto, nós estaremos atentos, realmente, a se estas contratações são necessárias, é necessário é conhecer para onde é que são necessárias, e quem as solicitou.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu queria só recordar aqui à minha colega de Assembleia, Elisabete Alves, que não percebeu bem, com certeza, o teor da minha intervenção. Eu não me dirigi à Sra. Presidente da Assembleia, dirigi-me ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando, atendendo ao adiantado da hora – porque é o adiantado da hora, e já ando aqui nestas reuniões de Assembleia Municipal, infelizmente ou felizmente, há mais anos do que provavelmente a Dra. Elisabete tem de vida, e nunca assisti a ninguém, perante uma recomendação feita em tom político normal, vir um Sr. Deputado Municipal – deputado ou deputada – dizer que tinha sido vergonhosa a minha intervenção. Quer dizer, eu não sei porque é que foi vergonhosa. Eu estava a fazer um reparo ao Sr. Deputado Pedro Pinto por uma razão simples: ele já tinha ouvido, e nós tínhamos ouvido o conjunto de explicações relativamente a pontos que ele depois veio novamente falar, prolongando, naturalmente, esta reunião, e eu pedi ao Sr. Presidente da Câmara para responder



MUNICÍPIO DE POMBAL

– isto é fazer política, faz-se assim também – para responder exclusivamente às questões que parece que ele não tinha ficado a compreender devidamente.

Portanto, Sra. Deputada, eu não lhe levo a mal, levo-lhe isso como um problema de juventude, não lhe levo a mal isso que disse, porque eu não tenho por hábito insultar ninguém, não tenho por hábito ser mal educado seja para com quem for, mas tenho o direito de fazer intervenções políticas que podem não agradar às pessoas que estão nesta Assembleia. Mas, esse é o nosso papel. Portanto, espero que releve esta minha declaração sobre este assunto.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Mas, nem de propósito. Eu, como Presidente de Junta, queria testemunhar aqui o trabalho e enaltecer o profissionalismo dos profissionais da Câmara, que todos os dias trabalham nas freguesias. E lembro aqui áreas – eles e elas sabem quem são, não vou frisar o nome de ninguém; digo só as áreas – e quem está no terreno, como os Presidentes de Junta que estão aqui sabem quem é que dá formação às nossas colaboradoras, às educadoras, nas áreas, imaginem, de nutrição, a parte da alimentação, a parte da higiene, a parte do ambiente. Ou seja, é este trabalho, este trabalho de equipa, que eu peço, e reforço este pedido para que o Município continue a apostar nestes profissionais, para que reforcem os nossos centros escolares e as nossas escolas, e, no fundo, a formação, que é fundamental. Perguntem aos encarregados de educação as ações de formação e as formações que têm tido em várias áreas nas escolas das freguesias.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu vou tentar ser rápido, para tentar responder, de facto, à pergunta da Sra. Dra. Elisabete Alves.

Quando nós aprovámos o programa de potenciação do sucesso escolar na Câmara, no mandato anterior, na altura, a Sra. Vereadora Marlene Matias, eleita pelo Partido Socialista, ficou entusiasmada com o programa, e no final, fez-me uma pergunta, que foi: “Sr. Presidente, que garantias é que o senhor nos dá de que este projeto continua no futuro?”, porque precisava de ter aqui uma consequência, uma longevidade que era importante. E eu respondi-lhe: “Bem, se a senhora votar em mim, eu garanto-lhe que o projeto continua”, porque ele dependia, de facto, dessa opção política.

Faz algum sentido que nós tenhamos uma preocupação quando estamos a desenvolver projetos-piloto, que depois até acabam por ser beneficiados com financiamento comunitário, através do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, através da CIM, que, aliás, está a suportar os encargos com aquele quadro de pessoal, seis técnicos superiores que estão a fazer esse trabalho, e que já estavam, aliás, antes de o financiamento estar aprovado, faz algum sentido que nós nos posicionemos, sob o ponto de vista programático, no sentido de percebermos se este é o caminho que nós queremos fazer, ou não queremos. Eu percebo a sua dúvida sobre os relatórios das entidades que, nas suas palavras, condicionam os resultados para aquilo que lhes interessa – tenho, aliás, a certeza absoluta de que deve estar a pensar naqueles relatórios encomendados pelo Governo de Sócrates, que permitiram fazer as PPP’s e assaltar os cofres do país, que esses é que eram feitos com esse propósito, e de certeza que isso ainda hoje a deve preocupar e registar na sua mente. Mas, nós não trabalhamos com essa gente; nós não trabalhamos com essa gente. Eu não me posso rever nas suas palavras porque, das duas, uma: ou, de facto, é conhecedora de qualquer informação tão importante que não devia estar a ser partilhada aqui, devia estar a ser partilhada nos órgãos de investigação criminal correspondentes, ou então está a dizer uma coisa da boca para fora, sem ter a mínima noção da barbaridade que acabou de dizer. Mas, fica apenas aqui o registo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O que eu lhe quero dizer é que, sem prejuízo daquilo que sejam esses relatórios todos, técnicos, há duas decisões que não devem deixar de ser tomadas quando se optar pelos caminhos que definitivamente comprometam este concelho naqueles investimentos que são apenas os materiais nas escolas – porque é disso que estamos a conversar. A primeira é perceber como é que os nossos parceiros, os parceiros do Município, nomeadamente aqueles que estão em Conselho Municipal de Educação, olham para os diversos projetos e programas que nós temos desenvolvido, e como é que eles reputam a sua importância – se são importantes, se não são, se devem ou não devem ser desenvolvidos. E depois, os órgãos competentes – a Câmara primeiro, e a Assembleia Municipal. Aquilo que eu tive ocasião de dizer na Câmara Municipal, e que a senhora acabou parcialmente por comentar, é precisamente isso, que é: nós temos que fazer uma programação – como, há pouco, a Sra. Deputada Fernanda aqui tão bem sublinhava – sobre aquilo que nós possamos vir a receber. E aquilo que eu disse na Câmara, e que está na ata, e que a senhora quis selecionar apenas a parte que lhe dava jeito, foi o contrário daquilo que a senhora acabou de dizer, que é: nós temos que avaliar aquilo que estamos a fazer, e em função disso, tomaremos as decisões de contratar. E foi esse o compromisso que eu assumi perante a Câmara, e que assumo perante a Assembleia Municipal. Fazendo o quê? Uma avaliação prévia sobre isto. Agora, nós não podemos, Srs. Deputados, e tenham paciência, nós não podemos, há dois anos, ou há três, estarem aqui os senhores muito empenhados na regularização dos precários na Administração Local, sem estarem nada preocupados com como é que isso ia funcionar, e passados três anos, já se esqueceram disto tudo. Mantenhamos alguma coerência no nosso discurso; mantenhamos coerência no discurso.

E portanto, nós não queremos atitudes precárias, mas queremos ter a certeza do que o que estamos a fazer, estamos a fazer adequadamente. E portanto, estamos a programar, estamos a planear, temos que ter dotação financeira, e estamos a condicionar este conjunto de circunstâncias. Portanto, espero que tenha sido suficientemente claro sobre isto.

Os quadros que hoje estão a trabalhar na Câmara a recibos verdes integram o Programa de Potenciação do Sucesso Escolar, são pagos por financiamento comunitário a cem por cento (100%), são fiscalizados, sob o ponto de vista técnico, por nós, e são fiscalizados, sob o ponto de vista dos resultados, pela candidatura do IPL, que é quem faz a supervisão no âmbito da decisão que a CIM tomou. É assim que as coisas se fazem. Portanto, não há aqui frentistas, não há aqui gente a justificar remunerações, não é nada disso. Não é nada disso, não sei de onde é que a senhora foi tirar essa ideia, não sei que raio de gente é que pensa que nós somos, que andamos a fazer esses trabalhos. Não é isso, não é nada disso. Portanto, se quiser, eu dou-lhe outra vez os programas, as propostas, essas coisas todas para ler. Os senhores estejam à vontade, sempre que precisarem dessa informação, peçam à Câmara. Não façam interpelações que manifestam ignorância, desconhecimento, e em alguns casos, má intenção.

Vamos à votação do Ponto n.º 2.6. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, este ponto foi aprovado por maioria, com quatro (4) abstenções (PS).”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenções da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

compromissos plurianuais, nos termos do art. 12º do DL 127/2012 de 21/06.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

*“Vamos passar ao **Ponto n.º 2.7**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art.º 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”*

Colocado este ponto a discussão ninguém se inscreveu passando-se à sua votação imediata.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 23/2019 – 2.ª secção – Auditoria aos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e aos respetivos Planos Operacionais Municipais, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Passamos ao **Ponto n.º 2.8**, que é apenas para conhecimento e tomada de posição desta Assembleia Municipal.”*

Manuel Rodrigues Marques (NMPH):

“Sr. Presidente, eu fiquei com alguma preocupação ao ler o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, mas fiquei muito mais preocupado com a trapalhada que os Governos Socialistas têm andado a fazer, e que se preparam para malhar mais nesta sensível matéria. O Sr. Ministro diz uma coisa, o seu contrário, e nunca se ri. Já sabíamos que as metas contra incêndios ficaram por cumprir, mas não sabíamos que os socialistas se preparavam para acabar com tudo o que funciona, dizendo que vão despejar dinheiro nos próximos dez anos, como que a quererem esconder as maldades que têm andado a fazer. Dividiram o país em parte urbana e em parte rural, quando alteraram a designação do DECFE – Dispositivo Especial de Combate a Fogos Florestais, para DECFR – Dispositivo Especial de Combate a Fogos Rurais, e tentaram uma encoberta regionalização, criando os CADIS, os Comandantes dos Agrupamentos, que deu uma asneira das grossas.

Ontem, o Sr. Ministro apresentou o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que vai determinar a política para a prevenção e combate aos incêndios até 2030, que está em consulta pública durante sessenta dias, e é dividido em cinco planos regionais. O Observatório Técnico Independente, que obrigatoriamente deve dar o seu parecer, vai terminar a sua vida daqui a vinte e seis dias, mas o Sr. Ministro afirma que se deixou de falar da época de incêndios, dado que a matéria é falada todo o ano. Propõe-se acabar com os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, e nada diz sobre o despovoamento do interior do país, que potencia o risco dos incêndios.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, nem tudo é mau. Os Governos Socialistas têm um grande mérito: pensam uma coisa, dizem outra, fazem uma terceira diferente, e conseguem justificar toda a trapalhada que fazem.

Tudo isto me faz lembrar Mia Couto, com a sua “Morte silenciosa”:

“A noite cedeu-nos o instinto / para o fundo de nós / imigrou a ave, a inquietação / Serve-nos a vida / mas não nos chega: / somos resina / de um tronco golpeado / para a luz nos abrimos / nos lábios / dessa incurável ferida / Na suprema felicidade / existe uma morte silenciada.”

Votos de um bom natal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado, pela boa disposição. Sr. Presidente, Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

Eu não trouxe nenhum poema, mas depois de ler este relatório, como o Rodrigues Marques, também fiquei mesmo preocupado, porque percebi – e aí está a história dos relatórios, e a história de utilizar, infelizmente, uma instituição idónea, que é o Tribunal de Contas, para justificar, como dizia o Eng.º Rodrigues Marques, um conjunto de trapalhadas que numa área tão sensível, para um país como Portugal, e para um concelho como Pombal, é esta matéria. E eu, como Presidente de Junta, temos aqui – e já foi falado aqui – um incêndio, a vida real, porque estes relatórios e teorias, toda a gente sabe, mandam uns bitaites; agora, no mundo real, depois tem que lá ir alguém, alguém tem que dar o corpo, tem que sair de casa, e as coisas acontecem na vida real. E quem ler este relatório – convido-vos só a ler as recomendações, não é preciso ler aquelas duzentas e onze páginas, leiam só a parte das recomendações, começa logo com recomendações ao Governo, e digo só esta: “Recomenda-se ao Governo que, em termos de quadro legal, seja introduzidos mecanismos que permitam o aumento da eficácia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente promover uma maior harmonização entre a Legislação de Defesa da Floresta e o ordenamento e planeamento do território, clarificando as responsabilidades na regulação do uso do solo rústico e nas ações de reflorestação.”

O que é isto? Basicamente só para dizer que está aqui uma grande trapalhada. Ou seja, quando é que isto se cruza? Onde é que está a Legislação que define o ordenamento e a Legislação que define a floresta? E depois, no meio disto tudo, estão as pessoas, as pessoas que ficam sem casa e sem vida. Depois, a correr, vemos despejar dinheiro em cima de quem? Dos bombeiros, a criar as EIP, como já foram aqui votadas, as equipas permanentes, no combate, e depois esquece-se tudo o resto.

Leiam, eu também não me vou alongar sobre esta matéria, acho que toda a gente deve ler este relatório. Neste aspeto, o Tribunal de Contas também passou para a parte do próprio ICNF, os próprios Municípios. Mas, qual é, no fundo, o desígnio? É passar a responsabilidade. Isso assusta-me, enquanto autarca e enquanto pessoa, enquanto cidadão deste país, que é o passar das responsabilidades.

E como não vou falar mais, também desejo a todos um santo e feliz natal, e um 2020 com muita saúde, e que seja muito próspero para todos.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Vamos passar ao **Ponto n.º 2.9**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis relativa ao ano de 2019.*

Neste ponto, alguém se quer inscrever? Então, vamos passar à votação.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o n.º de dependentes, relativo ao ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Vamos passar ao **Ponto n.º 2.10**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2019.*

Sr. Presidente, quer intervir aqui, ou espera que haja inscrições? Quem se inscreve neste ponto para usar da palavra? Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra o Ponto n.º 2.10? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.10 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a fixação redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o n.º de dependentes, relativa ao ano de 2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Passamos ao **Ponto n.º 2.11**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2019.*

Alguém quer intervir?”

Carlos Lopes (PS):

“Muito rapidamente, em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós gostaríamos de saber se a Câmara tem um levantamento exaustivo destes prédios degradados, e se o tivesse, a Bancada do Partido Socialista solicitava que nos fosse entregue, para termos uma perceção do número, de facto, de proprietários que se encontram nesta situação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado, Sr. Presidente, era importante nós sabermos se estas majorações têm sido aplicadas na prática. Nós, já no ano passado, levantámos esta questão, porque o pior que nos pode acontecer é ficarmos aqui com a sensação de impunidade, ou seja, aprovarmos esta majoração, mas, depois, na prática, verificarmos que ela não tem aplicação prática. Daí que seja importante que nós possamos conhecer qual é o histórico da aplicação desta medida, para também podermos avaliar, e para podermos refletir se vale a pena continuarmos com esta aprovação.

Depois, Sr. Presidente, saber também se os proprietários, tendo sido notificados, e os edifícios recuperados, se o Município está a ponderar, ou ponderou, algum benefício fiscal relativamente a esses proprietários. E quando falo em benefício fiscal, estou a pensar nomeadamente na redução da taxa.

Depois, há aqui uma outra questão, que eu acho que nós poderemos e deveremos ser sensíveis a ela, e que é a seguinte, Sr. Presidente: suponhamos que há um proprietário de um prédio degradado que não tem condições económicas para reabilitar o seu prédio. A pergunta que se coloca é: o que vamos fazer? Claro que a resposta poderá sempre ser: “Bom, se não tem condições económicas, então proceda à venda.” Mas, essa é uma solução que nos parece inadequada. Por quê? Porque isso leva a estarmos a pressionar o proprietário a tomar uma decisão que porventura não era a pretendida por ele. E portanto, eu gostaria de saber se a Câmara tem alguma coisa pensada para estes casos de insuficiência económica. É evidente, Sr. Presidente, não estamos aqui a pensar nos proprietários como coitadinhos, mas é apenas e tão só para alertar o Município para situações que porventura possam vir a ocorrer.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Vale a pena talvez aqui recordar que foi no Orçamento de Estado de 2019, aprovado pela “geringonça”, que o seu Partido propôs um agravamento dos prédios devolutos, do IMI – o agravamento aprovado pelo Orçamento de Estado do Partido Socialista, do PCP e do Bloco de Esquerda, dos prédios devolutos degradados, em sede de IMI, de trezentos por cento (300%) – trezentos por cento (300%). Pois, mas isso é aquela realidade que o Partido Socialista sempre nos habituou, que é aquela que é da lua, ou de Marte, ou de Saturno, não é a da Terra. Portanto, eu percebo que o senhor, felizmente, seja um homem bastante mais equilibrado, tem os pés na terra e percebe que as coisas podem acontecer.

O que tem acontecido – o relatório que me pediu está aqui, eu posso facultar, ele foi à Câmara, tínhamos uma informação que sintetizava o que aqui está, percebo essa sua preocupação – o que tem acontecido, e repare, a política tributária tem precisamente essa intenção, é determinar que seja tomada uma decisão. Os proprietários têm que decidir: ou recuperam, ou vendem, põem no mercado, ou fazem o que quiserem. O que nós já aqui fizemos – no tempo do Eng.º Narciso, aliás – foi: na impossibilidade de os proprietários poderem recuperar o imóvel, a Câmara substituiu-se, demoliu, fez contenção periférica, e nós estamos agora a contactá-los todos para que a compensação do investimento municipal se traduza na aquisição daquele património, porque gastámos lá muito dinheiro – ali na Praça Marquês de Pombal. Esse é um caminho. Cada caso vai ter que ser avaliado per se, porque não pode ser de outra maneira.

Em 2019, foram referenciados setenta e um imóveis degradados, estando vinte e seis devolutos, propondo-se o agravamento do IMI de quarenta e oito imóveis. Os restantes vinte e um encontram-se em reabilitação ou com projetos apresentados na Câmara, e não se conseguem identificar os proprietários de dois imóveis. Portanto, repare, a importância disto é que isto põe a cidade, ou as áreas de regeneração urbana, a mexer – e vê-se, eu saio hoje aqui dos Paços do Concelho, olho aqui à volta do Largo do Cardal, e diz-se que foi tudo arranjado de novo. O último que faltava ser pintado era o da Farmácia Paiva, e agora o lado que está da Farpella's foi



MUNICÍPIO DE POMBAL

pintado, mas não tem o telhado arranjado. De resto, está tudo arranjado de novo. E isso, de facto, é positivo. E quando entramos para a zona histórica, continuamos a ter um conjunto de soluções. Também temos os outros casos, de proprietários que historicamente resistem em não fazer a sua recuperação, e que agora estes processos acabam por ter que ser resolvidos.

E portanto, está a funcionar, e como sabe, foram lançadas mais seis áreas de regeneração urbana – Louriçal, Guia, Redinha, Albergaria dos Doze, a zona dali da Rua do Seixo e Abiul – e que vão ter depois, sucessivamente, este conjunto de intervenções, para que as coisas sejam equilibradas da melhor forma possível.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, passar à votação deste ponto. Ponto n.º 2.11, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos para o Ponto n.º 2.12, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicada a prédios rústicos em situação de abandono, relativo ao ano de 2019.

Quem se inscreve neste ponto para usar da palavra? Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.

Carlos Lopes (PS):

“E também de uma forma rápida, este é também, na nossa perspetiva, um processo que não é de fácil aplicação. E não é de fácil aplicação por quê? Porque há quem limpe voluntariamente, e depois há aqueles proprietários em que a Câmara tem que se substituir a eles. O ano passado, segundo os dados que conseguimos obter, em termos de levantamento, foram identificados trinta e nove proprietários – penso que este número é o correto – para fazer as limpezas voluntárias. Agora, a questão que nós colocamos é: fizeram estas limpezas? Teve o Município que se substituir a eles? E portanto, gostaria também de saber, se o Município tiver esses números disponíveis, quais são os últimos números, ou seja, quantos proprietários é que foram identificados, e quantos deles é que fizeram a limpeza.

Outra questão que nós colocamos é: a Câmara, independentemente de saber quem é que são os proprietários, faz a limpeza? Permito-me dizer isto, porque acredito que a Câmara tenha sérias dificuldades em algumas localidades de identificar os proprietários, porque, infelizmente, enquanto nós não tivermos cadastro predial, vamos ter esta dificuldade.

Depois, Sr. Presidente, temos aqui uma outra questão, que é esta: como é que a Câmara atua em caso de conhecer o proprietário – e voltamos àquilo que falávamos há pedaço – e este não ter condições económicas, quiçá até de saúde, para efetuar as limpezas, porque isto é uma realidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

que nós temos no nosso concelho. E portanto, eu pergunto: é a Câmara que, depois, se vai substituir a estes proprietários?

Nós não temos perceção do número de pessoas que possam estar nessas condições, e perguntamos ao Município se porventura tem esses números. E perguntamos isto, e penso que era importante termos esses números, por quê? Porque se, efetivamente, constatarmos que estamos perante um número com algum significado, deste tipo de proprietários, talvez haja necessidade de o Município regular esta matéria. Bem sabemos que o Município deve-se concentrar, de facto, em resolver a questão dos problemas, porque isso, de facto, é que é o importante – e já aqui se falou muito na questão dos incêndios, eu não vou entrar agora por aí, mas nós também sabemos que sendo ainda a realidade do concelho onde existe um grande apego à propriedade rural, acreditamos que esta matéria é de algum melindre. E como tal, entendemos que o Município deve usar todos os expedientes para conseguir identificar os proprietários, exatamente para evitar que depois, mais tarde, venha a ser confrontado com a circunstância de ter invadido propriedade privada, embora nós também tenhamos a sensação de que alguns proprietários até porventura agradecerão a intervenção do Município, porque será um alívio para eles ter o Município feito essa intervenção.

Neste caso concreto, acho que o Município deve contar aqui com a ajuda prestimosa dos Srs. Presidentes de Junta, porque são eles que estão, de facto, no terreno, são eles que conhecem melhor as realidades, e também porque também é para eles, para os cofres das Juntas, que esta receita reverte.

E portanto, na linha daquilo que também dissemos no ano passado, entendemos que esta majoração não deve servir como fator de penalização, mas deve servir para um fator de dissuasão, ou seja, deve servir para que os proprietários limpem as propriedades.”

Presidente da Câmara Municipal

“Muito bem. Sr. Doutor, deixe-me começar talvez pelo princípio, dizendo: eu não tenho de cabeça o número das limpezas coercivas que foram feitas, que são aquelas em que o Município se substitui, depois de passado o número de tempo suficiente para que as pessoas as possam fazer. Nesses casos, elas são debitadas, em função do regulamento municipal que está em vigor, aos respetivos infratores.

O que há pouco eu fiz referência quando falei do planeamento para 2020 eram as limpezas sociais da floresta, e essas são aquelas que nós nos propomos regular para fazer a limpeza nas situações que o senhor descreveu – isto é, naqueles casos em que manifestamente a condição de saúde, económica, disponibilidade da pessoa, a impede de fazer essa limpeza e, evidentemente, tendo presente aquilo que é a importância daquela limpeza para a estrutura de segurança que nós temos de salvaguardar. E portanto, temos que ponderar tudo isto, porque, como sabe, nós temos essas observações e indicações que nos podem surgir de reclamações, de problemas entre vizinhos, de situações para que a própria GNR nos desperta, nas freguesias prioritárias, onde temos de ter uma atenção maior, nos perímetros urbanos onde tem de haver essa segurança, que é feita de forma bastante mais intensiva. Portanto, isto é o ponto de situação, e eu pedirei ao GTF o número das limpezas coercivas.

O que lhe posso dizer é que, de todo o modo, a percentagem de limpezas voluntárias, quando as pessoas são notificadas, é esmagadora – nós estamos a falar de números superiores a noventa por cento (90%). As pessoas são notificadas, o mais que às vezes nos acontece é pedirem-nos mais algum tempo para poderem limpar, ou socorrerem-se de outros pequenos empreiteiros locais para poderem fazer esses trabalhos. Mas, de um modo geral, a nossa população tem respeitado e tem cumprido. E portanto, posso dar-lhe os números, o histórico dos últimos tempos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O que é que isto nos remete? Que aqueles números, como há pouco descrevia, que ficam como sendo agravado o seu incumprimento regulamentar com o agravamento do IMI, são muitos casos. Por quê? Porque quando a pessoa é identificada e limpa, acaba por ficar com o seu problema resolvido. E as pessoas, de um modo geral, fazem isto. Aliás, nós, nas nossas campanhas de sensibilização, chamamos isto à atenção, e portanto, os trinta e tal mil, ou quarenta mil desdobraíveis que são remetidos todos os anos para casa das pessoas acabam por ter um bocadinho este efeito positivo, e de um modo geral, se calhar de uma forma mais positiva do que noutros pontos do país, em Pombal as pessoas têm respeitado, e sempre que são notificadas, fazem as limpezas. Eu dou-lhe os números exatos, é uma questão de pedir ao GTF. Aqui de cabeça, não tenho, não vinha preparado para lhe responder objetivamente a esta questão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.12. Quem é que vota contra? Quem se abstém? Este ponto foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.13, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2020.

Quem se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Carlos Lopes, Sr. Deputado João Coucelo. Começo pelo Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

Rapidamente, para dizer o seguinte: Sr. Presidente, nós, para sermos francos, estávamos, de facto, à espera que o Município este ano acolhesse esta proposta, que fizemos no ano passado, no sentido de se fixar a taxa nos três por cento (3%). Inicialmente, a taxa ficou nos cinco por cento (5%), no ano passado baixou um ponto percentual (1%), fixou-se nos quatro por cento (4%), e o que é certo é que, este ano, a proposta que nos é apresentada fica-se pelos três e meio por cento (3,5%). Nós achamos que o Município poderia ter ido mais além, fixando-se nos três por cento (3%). E como o Sr. Presidente com certeza bem se recordará, o Partido Socialista desde há bastante tempo se tem batido e tem esgrimido argumentos no sentido de, de facto, a taxa se fixar nos três por cento (3%). E esgrimimos argumentos, e entendemos que era importante a fixação da taxa nos três por cento (3%) por quê? Porque era um sinal positivo que se dava às famílias. Esse sinal, enfim, já apareceu quando se passou dos cinco (5%) para os quatro (4%), agora dos quatro (4%) para os três e meio (3,5%), mas parece-nos que ainda é um sinal relativamente fraco.

E portanto, Sr. Presidente, se nós, de facto, queremos um concelho atrativo, e se queremos cá fixar população, e se o Município também quer ser amigo das famílias, entendemos e esperamos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

e deixamos aqui este repto, que para o ano o valor e taxa a fixar se situe nos três por cento (3%), porque com certeza aí o senhor contará com o nosso voto favorável.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu vou ser muito breve. Também gostaria que fosse para os três por cento (3%), mas compreendo que fique, de alguma maneira, nos três e meio por cento (3,5%), até porque o que nós estamos à espera é de aumento de impostos para o ano que vem. Eu acho que o Governo, o que nos prometeu já, se não nos impostos diretos, em grande percentagem, mas sobretudo nos indiretos. É engraçado, na semana passada fui abastecer o meu carro a Espanha, estava em Campo Maior, e meti na Galp gasolina vinte e seis cêntimos (0,26€) mais barata do que em Portugal. E isto é estranho, uma empresa portuguesa em Espanha, e é natural que toda a gente vá abastecer a Espanha, tal como compram gás em Espanha, etc., porque nós, em Portugal, temos impostos, estes impostos indiretos, que afetam toda a gente – os que têm mais, os que têm menos – são muito mais injustos, e o que nós esperamos para o ano, porque o Sr. Primeiro Ministro já disse, é aí que vai buscar o dinheiro, que com um sorriso disse que os impostos indiretos provavelmente serão aumentados, como é óbvio.

Portanto, eu compreendo o Dr. Carlos Lopes, mas para ser amigo das famílias, e para ser amigo do país, e para haver maior competitividade, e para haver maior fixação, e para isso tudo, se o Poder Central, quem nos governa, tiver um bocadinho mais de atenção aos impostos que os cidadãos pagam, é natural que as coisas andem um bocadinho melhor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“De facto, isto é o milagre socialista, que é: impostos no mínimo, e depois nós vemos no nosso país que não há investimento público. Nós queremos impostos no mínimo, mas queremos, na pior das hipóteses, manter o investimento público – que é aquilo que nós, há pouco, estávamos a falar, que o Orçamento, no princípio, com trinta e oito milhões de euros (38.000.000€), temos dezasseis milhões (16.000.000€) para fazer obras, e mesmo assim, os Srs. Presidentes de Junta, justamente, reclamavam que fosse mais algum dinheiro. Mas, nós temos que somar quanto é que é a despesa fiscal que já aqui aprovámos: a diferença do IMI máximo, de zero ponto cinco (0,5%) para o IMI mínimo, custa-nos três ponto vinte e um milhões de euros (3.210.000€); o número de filhos a reduzir ao nosso IMI custa-nos mais cento e trinta e seis mil (136.000€); e estes três e meio por cento (3,5%) de dispensa do IRS custa-nos mais quatrocentos e dez mil (410.000€) – três ponto seis milhões de euros (3.600.000€). Três ponto seis milhões de euros (3.600.000€) é quase dez por cento (10%) do Orçamento que nós acabámos de aprovar, que são trinta e oito milhões (38.000.000€). Srs. Deputados, isto não é um regime socialista soviético, e ainda bem, porque podemos falar e votar. Portanto, temos que equilibrar tudo isto, num caminho bastante estruturado – e ainda vamos chegar à Derrama, que ainda vamos somar aqui mais despesa, não se esqueça que na Derrama ainda vamos aqui acrescentar.

Portanto, percebo o esforço, nós estamos a fazê-lo. Repare que estamos a fazê-lo numa altura em que todos os impostos subiram muito, os impostos que o Município paga – não se esqueça de que nós continuamos a pagar vinte e três por cento (23%) de IVA na eletricidade, o Município; continuamos a ter os impostos sobre os combustíveis, o imposto de petróleo elevado; temos muito mais despesas com a Segurança Social; os salários aumentaram. Portanto, temos de olhar para estas coisas de forma muito organizada, para percebermos os impactos que temos que trazer, porque corremos o risco, depois, de comprometer a nossa capacidade de execução.

E portanto, vamos com conta, peso e medida, até porque, repare, nós ainda não percebemos, foi ensaiado o modelo – e não se esqueça que nós estamos a fazer essa discussão numa altura em que não conhecemos praticamente nada do Orçamento de Estado para 2020. Normalmente, já sabemos algumas coisas. E falou-se que ia haver uma alteração nos escalões do IRS, não



MUNICÍPIO DE POMBAL

fazemos os efeitos, avaliou-se a possibilidade do englobamento em sede de IRS, já se voltou para trás porque aquilo era uma catástrofe, logo nos primeiros dias de o novo Parlamento funcionar. Portanto, há aqui uma série de oscilações, e isto é sempre um bocadinho, desculpe a expressão, um tiro no escuro, porque não fazemos ideia do que é que vamos ter no dia 2 de janeiro, se tivermos o Orçamento aprovado, e quando é que vamos ter o Orçamento aprovado, que ainda será outra discussão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.13. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.13 foi aprovado por maioria, com cinco (5) abstenções (Partido Socialista e Bloco de Esquerda). Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco (5) abstenções do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2020.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama a Cobrar no Ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.14, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2020.

Neste ponto, alguém se inscreve? Presidente, quer falar sobre isto? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Se me permite, porque nós temos uma modificação legislativa que nos remete – aliás, a proposta que aqui está é diferente da do ano passado. E já na altura em que o assunto estava agendado na reunião de Câmara – ou já depois; na altura ainda não tínhamos, foi depois; aliás, na altura da reunião de Câmara soubemos que a Associação Nacional de Municípios tinha pedido ao Governo para que a regulação dos benefícios fiscais a conceder em sede de Derrama tinha que ser aprovada por regulamento. Entretanto, o Governo veio publicar, dizendo que estendia para o final do mês de dezembro a comunicação correspondente à Derrama. E eu hoje, por acaso, à hora de almoço, quando me cruzei com o chefe das Finanças, perguntei-lhe se ele entendia – porque eu ainda não consegui perceber qual é o sentido da decisão – se ele entendia que esta prorrogação da comunicação da Assembleia e da Câmara até ao final do ano também significava a prorrogação da não aprovação do regulamento competente, que me parece que é o espírito – ou seja, para o ano vamos ter que o aprovar, para podermos dar as isenções. E por isso, a proposta tem esta figura um bocadinho excêntrica, que diz assim: se isto for como era no ano passado, é zero; se o Governo disser que só se pode dar isenções se tiver regulamento, nós, não tendo regulamento, nem tendo condições para até ao final do mês aprovar – é impossível, só em discussão pública perderíamos o tempo; por isso é que eu acho que a proposta do Governo é no sentido de passar para o ano que vem – se for essa intransigência, qual é a taxa que vamos aplicar? A taxa mínima que podemos. Qual é a taxa mínima? Zero ponto zero um por cento (0,01%). O que é que isto daria? Bem, quem tivesse volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), se tivesse vinte e cinco mil (25.000€) de resultados, que é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

brutalidade para uma faturação de cento e cinquenta mil (150.000€), pagaria um por mil, pagaria vinte e cinco euros (25€).

Ora, também é verdade que há uma alínea no Código do IRC que diz que se o IRC e a Derrama tiverem um pagamento de imposto inferior a vinte e cinco euros (25€), estão isentos. Portanto, eu acho que nós conseguimos aqui uma chamada isenção técnica, que não é isenção, porque podemos não ter capacidade jurídica para a decidir, mas a taxa é tão pequenina, que se o valor de rendimento a ser tributado, de lucro, for pequeno, ele acaba por ficar também sem expressão. Se assim não acontecer, perdoar-nos-ão os três ou quatro empresários que eventualmente tenham de pagar sete (7€), oito (8€), dez (10€), doze euros (12€) de Derrama, não é por isso que eles ficam mais pobres, apesar de contrariar aquilo que é o nosso espírito, que é os volumes de negócio abaixo de cento e cinquenta mil (150.000€) pagarem zero.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.14. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.14 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama a Cobrar no Ano de 2020.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.15, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2020.

Alguém se inscreve neste ponto? Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa? Então, vamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que o Ponto n.º 2.15 seja também aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2020.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém quer intervir neste ponto? Presidente, quer o senhor? Então, vamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi este ponto aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Pombal.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.17. Apresentação do Relatório Final sobre a concessão de exploração da Quinta de Sant'Ana - Redinha – Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O Ponto n.º 2.17 é apenas para conhecimento, Apresentação do relatório final sobre a concessão da exploração da Quinta de Santana, na Redinha – Para conhecimento.

Quem se quer inscrever? Sr. Deputado Pedro Pinto, pode começar a intervir. Mantenham o braço levantado, para eu fazer a inscrição.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Antes de mais, agradecer as simpáticas palavras da deputada Elisabete Alves, relativamente à intervenção do deputado João Coucelo aquando da minha intervenção, e dizer-lhe que não lhe levo a mal a sua intervenção; contudo, não interpreto das minhas palavras que aquilo que eu entendo como democracia... Foi uma intervenção de acordo com as pessoas que acham que só aquilo que dizem e que falam é que tem valor, e que tudo aquilo que os outros dizem e que falam, porventura terá menos valor. E vou-me ficar aqui nestes comentários, dizendo apenas que não lhe levo a mal, mais uma vez, para que não fique essa confusão.

Ao tema em concreto, e porque não discordamos sempre – aliás, quando temos que concordar, fazemo-lo afirmativamente – neste caso em particular da Quinta de Santana, quero apresentar aqui esta observação positiva por parte do Executivo, que, de facto, conseguiu com sucesso concluir um processo que se arrastava há um conjunto de anos. Isso deve-se, naturalmente, ao esforço do Município, congratulo também o empresário que arrojadamente decidiu avançar para um projeto que também ele é arrojado. Na apresentação do projeto na reunião de Câmara, observei das palavras do Sr. Presidente que, de facto, era um projeto que, de alguma forma, iria trazer uma mais valia de quatrocentos e oitenta mil euros (480.000€) – é fácil fazer as contas, é multiplicar pelo número de meses.

Contudo, não posso deixar de fazer esta observação, até porque fui fazendo ao longo das vezes que vim aqui a esta Assembleia, não posso deixar de lhe dizer que, de facto, os cinco anos em que aquilo esteve fechado representaram também um não ganho para o Município na ordem dos cento e oito mil euros (108.000€). E portanto, também fiquei um pouco triste pelo facto de ter desvalorizado que aquilo era apenas um restaurante. Discordo em absoluto dessa sua opinião, porque independentemente da atividade económica que estava a ser desenvolvida, era uma atividade que trazia mais valias ao território, houve ali gente do concelho, e não só, que contraiu ali os seus matrimónios, havia eventos de empresas. E portanto, fosse o que fosse a atividade que estava a ser desenvolvida, ela era importante, e era tão importante que tivemos aqui esta seca de cinco anos que, felizmente para todos nós, ao que parece vai ser bem resolvida.

Como será esta a minha última intervenção, à partida, não queria deixar de o fazer também, desejar a todos os presentes e a quem nos acompanha um santo e feliz natal, e um ano de 2020 muito próspero para todos, e para as famílias.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ora, então, aqui nesta minha última intervenção, acerca deste ponto, congratulo-me com a adjudicação da Quinta de Santana, por finalmente decidir, depois de tanto se ter comentado, promovido no estrangeiro, etc. E ficou-se na proposta escolhida por um empresário Pombalense. A seu tempo se verão resultados.

Agora, resta-me desejar a todos boas festas.”

Patrícia Carvalho (PS):

“Sra. Presidente, muito boa noite. Permita-me que cumprimente todos os presentes na sua pessoa, e que aproveite também para deixar os meus votos de boas festas a todos.

Relativamente a este ponto, também nós entendemos que é uma boa notícia, e nos congratulamos com ela. Quem conhece o concelho e a Freguesia da Redinha sabe que a Quinta de Santana é já um marco, há muito tempo que o é, da freguesia, e que consideramos que tem, realmente, também muito potencial para poder ajudar a freguesia a alavancar a sua economia local. É uma freguesia que tem um capital humano e natural extraordinário, conheço bem e reconheço-lhe – e penso que não sou a única – essas características. Mas, de facto, também entendemos que, apesar de ser uma boa notícia, por si só o facto da sua existência, e de alguém estar a explorar esta propriedade, esta instalação, por si só isso não significa que vai ajudar assim tanto a freguesia. Ou seja, é importante que seja, de facto, um bom projeto; é importante que quem pegar naquele local fantástico o saiba explorar devidamente e dar-lhe a dinâmica que ele merece, e a dignidade que ele merece.

E por isso, eu queria perguntar ao Sr. Presidente se tem informações que nos possa dar acerca do projeto que lá vai ser desenvolvido.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Talvez começando aqui pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, deixe-me dizer-lhe que nós nunca faremos uma avaliação muito adequada se ficarmos presos à questão financeira, porque a Quinta de Santana não foi adquirida para o Município para ser uma aplicação financeira. Tem esta intenção de ser, de facto, um catalisador do processo turístico, cultural e de atratividade do território, como dizia a Sra. Deputada, de facto, para potenciar tudo aquilo que lá existe. E eu reitero aquilo que lhe digo, não é um restaurante por si só que faz esse trabalho. E portanto, estou muito mais próximo desta vontade que a Sra. Deputada Patrícia Carvalho acabou de nos transmitir, do que propriamente dizer que estava mais ou menos bem. Eu acho que nós temos que ser um bocadinho mais exigentes, porque o projeto original que foi apresentado não era aquilo, era muito mais do que aquilo. E se fosse para aquilo, não fazia sentido nenhum comprar a Quinta. E portanto, nós temos de ser exigentes, e dizer assim: o que lá esteve, esteve o que pôde estar, mas está muito longe de ser aquilo que nós gostaríamos que estivesse. E é isso que interessa.

E portanto, quando se preparou o caderno de encargos e o programa de concurso que foi respondido, foi isso que se pediu, e é isso que eu vou ler aqui à Sra. Deputada, respondendo à sua pergunta sobre o que é que se pretende na caracterização da intervenção, subscrita por Manuel Augusto da Conceição Silva, que é também o promotor da Pousada d’El Rei, em Parati, a duzentos quilómetros ao sul do Rio de Janeiro, no Brasil, e que é nosso conterrâneo Pombalense, e que nos apresentou a proposta, dizendo: “O que se pretende com a concessão da Quinta de Santana é revitalizar o complexo turístico, comprometendo-se a proceder às obras de melhoramento dos edifícios e espaços exteriores. Pretende-se proceder à remodelação de todos os edifícios do complexo, de modo a promover aulas de equitação, promover protocolos com instituições escolares, sociais e locais, centros de férias, construção de uma sala de conferências, promoção da gastronomia local, turismo rural, aulas abertas de equitação, criar hortas



MUNICÍPIO DE POMBAL

biológicas e promover atividades desportivas, rapel e passeios pedestres.” Temos aqui, depois, observações sobre a questão do património, e por aí fora.

Portanto, é um projeto que é muito mais do que simples restauração, é muito mais do que simples hotelaria; é um projeto de animação, e que a pessoa agora terá tempo de escolher o empreiteiro, iniciar os seus trabalhos, pagá-los, ao mesmo tempo desenvolver estes projetos, e começar a fazer as contratações e a desenvolver. Eu julgo que é um empresário que tem sucesso no Brasil, tem também investimentos em França, e portanto, que estamos com uma pessoa muito capacitada, com muita vontade, com muito amor à terra – e isto é importante, porque eu acho que este projeto tem que ter também da parte do promotor esse sentimento do serviço público que ele vai prestar, sem prejuízo e não perdendo de vista, evidentemente, o sucesso económico que tem que atingir. Mas, se for só o sucesso económico, e não for o serviço público, também não está bem; têm que ser ambos. E eu acho que aqui, vamos encontrar aqui uma solução muito interessante, e que nos vai animar a todos naquele território, e pôr-nos a pensar noutra tipo de investimentos para continuarmos a acompanhar o esforço que os privados começam aqui também a fazer.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.18. Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental - 3º trimestre de 2019 da PMUGEST, Pombal Manutenção Urbana, E.M – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Vamos passar ao **Ponto n.º 2.18**, também só para conhecimento, Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental – 3.º trimestre de 2019 – da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, Empresa Municipal.*

Alguém quer usar da palavra neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Sobre este ponto, queria dizer o seguinte: que o nosso movimento tem vindo, em sucessivas intervenções, quer em sede de Assembleia Municipal, quer em sede de Executivo, a chamar a atenção para problemas graves, ao nível de gestão na PMU. Perante o relatório que hoje nos é presente, relatório de execução referente ao terceiro trimestre de 2019, vemos reforçadas as nossas preocupações. A PMUGest apresenta pela primeira vez prejuízo. Este prejuízo é justificado com a não revisão da tabela de preços, mas isso revela uma falha na previsão, pela falta de uma política de preços adequada aos custos e às necessidades da empresa. Por outro lado, não cresceu a área da limpeza de terrenos, resultado da inadequada gestão de recursos e falta de investimentos em equipamentos. Não raras vezes fomos alertados por munícipes pela falta de resposta da PMU, que demorava mais de dois meses a fornecer orçamentos solicitados por proprietários de terrenos florestais.

Vem agora o auditor dar razão, através do seu relatório, às nossas preocupações. Cito apenas algumas das suas recomendações. Passo a citar, na sua nota final: “O resultado final, antes de imposto, contrasta com o mesmo indicador em períodos homólogos, sofrendo uma quebra de trinta e dois mil, quinhentos e onze euros (32.511€).” Continuando: “De acordo com a Legislação, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados. Nos casos em que se verifique uma situação de resultados líquidos negativos nos últimos três anos, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução.” Continuando o que diz o



MUNICÍPIO DE POMBAL

auditor: “Que sejam encontradas soluções, tendo em conta o aumento do salário mínimo nacional para o próximo ano, em cerca de seis por cento (6%), prevendo-se, portanto, acréscimo significativo dos gastos com pessoal.” Fim de citação.”

A PMU, portanto, atingiu a linha vermelha de risco, e isso, há mais de um ano que andamos a alertar para situações graves de gestão na empresa municipal.

E já que é a minha última intervenção, eu desejo a todos um bom natal, um feliz ano novo. Agradeço ao Sr. Presidente o livro, que suponho que é maravilhoso, e que será, com certeza, um grande contributo para a história de Pombal, em particular da ação social das Misericórdias, em particular também de Abiul, e a agenda, que eu achei lindíssima, que acho que foi a mais bonita que tivemos até hoje. Muito obrigada, boas festas para todos.

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Deixe-me dizer, Dra. Ofélia, primeiro, não estamos com os resultados finais; os resultados finais são prestados em dezembro, e apresentados aqui em março ou abril na Câmara, e depois aqui em junho. Segundo, estamos muito longe dos três anos negativos; essa observação que aqui está a ser observada, feita pelo revisor oficial de contas, tem a ver com o primeiro ano. Deixe-me dizer-lhe que a situação que estamos a viver, se compararmos com aquilo que encontrámos na Pombal PROF, é da noite para o dia. Eu percebo essa preocupação, e até me intrigo, porque vejo pessoas muito incomodadas quando exigimos aos titulares dos cargos de administração exigência, quando apresentamos e reclamamos que as pessoas prestem contas, e alguns depois ficam muito incomodados porque as pessoas são achincalhadas na praça pública, porque, de facto, o único que pode ser achincalhado na praça pública, o único que tem esse estatuto, é o Presidente da Câmara. Esse é o único que pode ser; todos os outros que estão investidos de poderes, que estão obrigados às regras da gestão pública e da sua condição de gestor público, se forem pouco cautelosos, pouco prudentes, pouco atentos, pouco diligentes, pouco organizados, esses, então, está tudo mal. Está tudo mal. Essas pessoas é que têm que nos prestar contas, não somos nós que temos que lhes prestar contas a elas. Não me interessa se são do PSD, se são do PS, se são do que quer que seja. Essas pessoas é que têm que nos prestar contas. E nós temos uma tendência normal de inverter os papéis. Da mesma maneira que eu aqui venho aos senhores prestar as contas e ouvir essas observações – justas, injustas, mais profundas ou menos – eu também, enquanto representante do acionista, tenho a obrigação – nem é o direito, é a obrigação – de perguntar por que é que esses critérios de prudência, de organização, de planeamento, não foram lançados.

E portanto, foi já depois disto apresentada uma proposta para melhorar a atividade da empresa, ela já foi discutida na Câmara. É evidente que ela não será recuperada em três meses, mas eu acredito que o ano que vem será um ano para começarmos a inverter essa tendência, e onde, evidentemente, não se pode pensar que é através dos serviços prestados à Câmara que a empresa vai melhorar a sua situação, porque aquilo que nós pretendemos, e aquilo a que a Lei nos obriga, é que, de facto, exista menos dependência da PMU da Câmara Municipal. E o que nós tivemos nos últimos quatro anos foi isso, a empresa nunca dependeu tão pouco das vendas à Câmara como nesta altura.

E portanto, o que nós aqui temos que pensar é por que é que durante os anos em que os preços não foram aumentados, a empresa libertou recursos, e quando a empresa manteve aqueles preços, não conseguiu ganhar uma operação e uma eficiência que lhe permitisse conseguir ultrapassar essas debilidades, e fazê-lo com tempo, receber com tempo, e por aí fora. Tem a ver com a administração, objetivamente, e não deixo de ser solidário, porque no dia em que deixar de ser solidário, o que farei é propor à Câmara a sua alteração. É muito simples, o mundo é feito destas coisas, e eu tenho que ter essa capacidade decisória, sem ter grande cerimónia em fazê-lo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E aí, isso terá que ser feito, porque eu acho que a empresa faz todo o sentido, continua a manter todo o sentido que tem desde o princípio, que tem áreas de negócio que nunca foram sustentáveis, mas que foi a própria Câmara e Assembleia que determinaram essas áreas de negócios – portanto, não podemos estar a dizer que a área de negócio não é, quando fomos nós que dissemos à empresa que a empresa vai ter que fazer isto. E portanto, tem sido este equilíbrio que nós temos procurado desenvolver. Têm-se lançado noutras áreas, apresentou um plano de investimentos para o ano, que é simpático – aliás, também proposto sob o ponto de vista do nosso Orçamento – e portanto, espero que 2020 seja um ano de recuperação destes sinais menos adequados. Mas, recordo-vos que quando se aprovou o Plano e o Orçamento da empresa, não se sabia qual era, no Orçamento de Estado, o valor do salário mínimo. Tínhamos uma ideia de que podia subir, e ainda não está o Orçamento de Estado definido, o que, como compreendem, quando a empresa, por exemplo, com a Câmara, com quem negocia cerca de seiscentos (600.000€), setecentos (700.000€), oitocentos mil euros (800.000€) por ano, tem ao longo do ano uma inversão dos preços, esses contratos não podem acolher imediatamente a alteração dos preços que são praticados nos trabalhadores, nos encargos sociais ou nos combustíveis que a empresa vai ter que praticar; vai ter que os acomodar de outra maneira. E nós tivemos aqui anos em que o salário mínimo subiu quinze por cento (15%) – quinze por cento (15%). E portanto, não houve essa rapidez na atualização dos preços, e por consequência, tem aqui estes resultados postos nestes termos.

Agora, o que eu acho que não foi feito trabalho suficiente foi nos ganhos de eficiência da empresa, porque, então, eu pergunto: por que é que na água isso não aconteceu, na água que a Câmara vende? E por que é que no saneamento isso não aconteceu? Por que é que nos resíduos sólidos urbanos isso não aconteceu – quando, ainda por cima, temos uma entidade reguladora que nos tem que aprovar o tarifário? É porque se ganhou essa eficiência, porque senão nós tínhamos que trazer aqui propostas dizendo que os custos de operação são superiores àquilo que são as nossas vendas, e por consequência, a entidade reguladora está a alertar-nos que temos que o fazer. Há um trabalho que pode ser feito, há um trabalho que tem sido feito; porque se tudo sobe, por que é que, então, nos outros preços nos serviços que nós praticamos, temos estes impactos? E estamos a falar de faturações que são duas, três ou quatro vezes superiores à faturação anual da PMU. E isso tem sido feito; isso tem sido feito, tem sido acomodado, e tem resultado. Portanto, eu acho que há aqui um trabalho, que não é apenas um trabalho de aumentar preços. Aumentar preços é o mais fácil, e o gestor capaz não é aquele que diz que tem que aumentar os preços; é aquele que ganha eficiência na sua operação, e consegue ser competitivo, fazer mais com menos, e ser, de facto, a solução mais adequada, seja a Câmara a comprar os serviços, seja um privado. Isso é que lhe dá essa vantagem, e eu acho que a empresa tem condições para o poder fazer. Eu acho que tem condições para o poder fazer, e espero que consiga.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal para domínio privado do município no Loteamento Industrial da Guia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Vamos, então, passar ao **Ponto n.º 2.19**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de parcela de terreno do Domínio Público Municipal para Domínio Privado do Município, no loteamento industrial da Guia.*

Neste ponto, alguém pretende usar da palavra? Presidente, quer fazer alguma apresentação? Então, passamos à votação deste ponto. Quem vota contra o Ponto n.º 2.19? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.19 foi aprovado por maioria, com seis (6) abstenções (do Bloco de Esquerda e do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano). Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta este ponto? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com seis (6) abstenções do Bloco de Esquerda e do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, aprovar a proposta da Câmara sobre a desafetação de parcela de terreno, do domínio público municipal para domínio privado do município, no Loteamento Industrial da Guia.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros com a CIM (Lei 52/2015 de 9 de junho) – Adenda n.º 1/2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Passamos ao **Ponto n.º 2.20**, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros com a CIM de Leiria – Lei n.º 52/2015, de 9 de junho – Adenda n.º 1/2019.*

Neste ponto, alguém quer usar da palavra? Sr. Presidente, quer intervir? Vamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Este ponto foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros com a CIM (Lei 52/2015 de 9 de junho) – Adenda n.º 1/2019.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Passamos ao último ponto de votação, **Ponto n.º 2.21**, Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quem quer usar da palavra neste ponto? Presidente, quer o senhor intervir? Então, neste caso, no Ponto n.º 2.21, quem vota contra? Quem se abstém? Foi este ponto também aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? O Ponto n.º 2.21 foi aprovado também por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar os pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Ponto 2.22. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos para o último ponto, que é apenas para conhecimento, Ponto n.º 2.22, Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento de atribuição de apoios às freguesias.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Sra. Presidente, não é sobre este ponto. Quero recordar-vos a todos que no dia 20 de dezembro teremos o nosso jantar de natal e que estão todos convidados. Também para daqui a pouco, antes de saírem, poderem aproveitar o bolo-rei que está ali, que ainda está quente, para poderem ganhar alento para chegar a casa. E desejar-vos a todos um santo natal, e muito obrigado pela vossa colaboração ao longo destas quase oito horas de Assembleia Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Então, resta-me a mim encerrar esta reunião. Eu quero agradecer a vossa paciência, o vosso esforço e o vosso trabalho. Obrigada.

Desejo um feliz natal, e um excelente 2020 para todos.”

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram 23 horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: